

AILTON RIBEIRO NASCIMENTO

**MEMÓRIAS DE CORUPUTUBA: EXPERIÊNCIAS DE VIDA EM
UM COMPLEXO AGROINDUSTRIAL (décadas de 1940 a 1960)**

DOURADOS – 2019

AILTON RIBEIRO NASCIMENTO

**MEMÓRIAS DE CORUPUTUBA: EXPERIÊNCIAS DE VIDA EM UM
COMPLEXO AGROINDUSTRIAL (décadas de 1940 a 1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: *Fronteiras, Identidades e Representações.*

Orientador: Prof. Dr. **Paulo Roberto Cimó Queiroz**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

N244m Nascimento, Ailton Ribeiro

MEMÓRIAS DE CORUPUTUBA: Experiências de vida em um complexo agroindustrial (décadas de 1940 a 1960) [recurso eletrônico] / Ailton Ribeiro Nascimento. -- 2019.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Paulo Roberto Cimó Queiroz.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Vila operária. 2. Pindamonhangaba. 3. Paternalismo. 4. Vale do Paraíba. 5. Família Silva Prado. I. Queiroz, Paulo Roberto Cimó. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

AILTON RIBEIRO NASCIMENTO

**MEMÓRIAS DE CORUPUTUBA: EXPERIÊNCIAS DE VIDA
EM UM COMPLEXO AGROINDUSTRIAL (DÉCADAS DE
1940 A 1960)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:

Fábio da Silva Sousa (Dr., UFMS) _____

3º Examinador:

Leandro Baller (Dr., UFGD) _____

Aos antigos trabalhadores e trabalhadoras da
Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado, em
especial ao casal D^a Maria Odila e sr. Alcício Pires (*in
memoriam*).

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Maria Auxiliadora, por nunca impor limites aos meus sonhos; à minha irmã Veronice Ribeiro, pelo companheirismo, a meu sobrinho Giuliano William. Sou grato também por compreenderem os momentos de minha ausência, até mesmo quando essa ausência era apenas simbólica.

Ainda se tratando de família, agradeço minha tia Maria Benedita e meus tios Guilherme R. Filho, Paulo de Tarso e José de Arimatéia por estarem sempre presentes nas horas mais difíceis. Agradeço ainda a meus primos, Rafael Diego e Romulo Alessandro, pelo apoio e disposição.

Por construir bases sólidas para o meu amadurecimento intelectual, pela dedicadíssima e paciente orientação, mas não só por isso, também pelo companheirismo, agradeço ao Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz, pessoa por quem hoje tenho grande estima e admiração. Agradeço pela orientação segura, apoio e confiança; destaco aqui seu empenho dedicado à elaboração deste trabalho. Meu muito obrigado, Prof. Cimó.

Do mesmo modo, sou grato ao corpo docente do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, em especial, aos professores Leandro Baller, João Carlos de Souza e Nauk Maria de Jesus, Eudes Fernando Leite, Fernando Perli, Losandro Tedeschi e ao do professor visitante, Jiani Fernando Langaro (UFG). Todos fizeram importantes apontamentos acerca do tema que contribuíram bastante para o desenvolvimento do trabalho. Nesse sentido, meus agradecimentos ao prof. Dr. Fábio Sousa da Silva, pela participação (que exigiu dele, deslocamento) e observações feitas durante a banca de qualificação. Ao Prof. Fábio, bem como ao Prof. Leandro Baller, agradeço também as observações efetuadas por ocasião da defesa, as quais foram úteis para a elaboração desta versão final da dissertação.

Expresso minha gratidão aos entrevistados (a eles dedico esse trabalho), por compartilharem suas memórias e proporcionarem conversas prazerosas e acolhedoras, e Amélia Lara, que me apresentou a boa parte das pessoas com quem conversamos.

Agradeço também às pessoas que deram suporte e tornaram possível a realização dessa pesquisa. Dona Margarida, sr. Sampaio, todos os funcionários e estagiários do Arquivo Municipal e Histórico Athayde Marcondes e Juliana Andrade, responsável pelo Centro de Memória Barão Homem de Mello. Destaco que todas essas pessoas, além de prestarem um excelente trabalho, foram sempre muito gentis, receptivas e atenciosas. Assim como Eliani, da Dr. Fundação João Romeiro e demais funcionários.

Dedico ainda agradecimentos aos colegas de turma; pessoas solidárias e espirituosas com que estabeleci fortes vínculos de amizade: Mateus Brunetto, Suellen Cerqueira, Joice Souza, Aricelle Borges, Myleide Souza, Ary Alburquerque, Miriam Cristina, Sthefany Souza, Scheilla Guimarães e Guilherme Nogueira.

Finalizo agradecendo as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa e aqueles que ao longo desse percurso, muitos desde a graduação, têm me ajudado de todas as formas: Vinicius Menezes, Michel Gomes, Jhonata Reis, Pedro Baraúna, Danilo Moreira, Gilberto Barbosa, Alana Oliveira, Gabriela Pedroso, Ricardo Oliveira, Gabriel Gualhanone, José Luis Sant'Ana Filho, Guilherme Henrique, Bruna Godoi, André Bahia ... e em especial, Tiago Ribeiro Flores, amigo que tem o coração do tamanho do mundo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

No ano de 1929, foi fundada na cidade de Pindamonhangaba/SP, a Companhia Agrícola e Industrial Coruputuba, com sede localizada no interior da Fazenda Coruputuba. Um empreendimento dirigido por Cícero da Silva Prado que, mais tarde, tornou-se um dos principais esteios econômicos do município. Com toda uma infraestrutura construída para atender os trabalhadores, com moradias, espaços de lazer, serviço médico, entres outros, Coruputuba, como ficou conhecido todo complexo, consagrou na memória oficial como um lugar elogiáveis experiências. Por meio da análise de materiais de imprensa e textos memorialista foi possível constatar a veiculação de uma imagem enaltecedora construída dos tempos vividos em Coruputuba, que privilegiava a imagem de Cícero da Silva Prado, enquanto que narrativas sobre trabalhadores eram pouco exploradas. Nessa dimensão, esse trabalho tem por objetivo analisar a memória de antigos trabalhadores da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado. Procura conhecer a trajetória desses sujeitos e perceber como suas narrativas se relacionam com a memória oficial construída em torno da empresa e de seu fundador. Para tanto, utilizamos fontes de imprensa, textos memorialistas e utilizamos a fonte oral como possibilidade conhecer aspectos do passado vivido em Coruputuba pela perspectiva dos trabalhadores.

Palavras-chave: Vila Operária, Pindamonhangaba, Paternalismo

ABSTRACT

In 1929, was founded in the city of Pindamonhangaba / SP, the Coruputuba Agricultural and Industrial Company, with headquarters located in the interior of Coruputuba Farm. A venture run by Cícero da Silva Prado, which later became one of the main economic pillars of the municipality. With a whole infrastructure built to serve the workers, with housing, leisure spaces, medical service, among others, Coruputuba, as it became known all complex, consecrated in the official memory as a place commendable experiences. Through the analysis of press materials and memorialist texts it was possible to verify the transmission of an exalting image built from the times lived in Coruputuba, which privileged the image of Cícero da Silva Prado, while narratives about workers were little explored. In this dimension, this paper aims to analyze the memory of former workers of the Agricultural and Industrial Company Cicero Prado. It seeks to know the trajectory of these subjects and to understand how their narratives relate to the official memory built around the company and its founder. Therefore, we use press sources, memorialist texts and use the oral source as a possibility to know aspects of the past lived in Coruputuba from the perspective of the workers.

Key-words: Worker Village. Pindamonhangaba. Paternalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 – Croqui da região onde se situa a Fazenda Coruputuba	39
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

PRP – Partido Republicano Paulista.

UDN – União Democrática Nacional.

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	11
Capítulo 1	32
O VALE DO PARAÍBA, PINDAMONHANGABA E A COMPANHIA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL CÍCERO PRADO	32
1.1. O contexto regional e local após a atividade cafeeira	33
1.2. A Fazenda Coruputuba: primeiras iniciativas.....	38
1.3. A lavoura do arroz.....	43
1.4. “O cultivo do arroz trouxe novos horizontes”: a fábrica de papel.....	49
e outros empreendimentos.....	49
Capítulo 2	61
CORUPUTUBA E CÍCERO PRADO PELO OLHAR DA IMPRENSA E DA LITERATURA LOCAL	61
2.1. A dupla face do progresso	62
2.2 Coruputuba à sombra de Cícero Prado – e suas representações	67
2.3. Entre homenagens e benfeitorias	71
2.4. Relações políticas.....	75
2.5. Imagens literárias	80
Capítulo 3	85
CORUPUTUBA E SAPUCAIA: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE VIDA	85
3.1. Lembranças do trabalho	87
3.1.1. <i>A fábrica sob a perspectiva do Sr. Ivan e de D^a Ivanilda</i>	88
3.1.2. <i>Sr. Zacarias: vida e trabalho na Fazenda Sapucaia</i>	93
3.1.3. <i>D^a Carminha e o serviço social</i>	96
3.1.4. <i>Vó Graça e Sr. Chico Pedro</i>	98
3.1.5. <i>Professor Paulo Tarcízio</i>	100

3.2. Lembranças da casa e da vila operária	102
3.3. Paternalismo e lazer: lembranças dos espaços e dos momentos.....	107
3.4. Tensões e as omissões da imprensa e dos memorialistas	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	122
Obras citadas	122
Documentação consultada.....	125
Entrevistados	126

INTRODUÇÃO

No ano de 1929, foi fundada na cidade de Pindamonhangaba (SP) a Companhia Agrícola e Industrial Coruputuba, com sede localizada no interior da Fazenda Coruputuba. Um empreendimento dirigido por Cícero da Silva Prado e Alberto Simi que mais tarde, já com a denominação de Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado, veio a ser considerado um dos principais esteios econômicos do município. No interior das propriedades pertencentes à empresa foram construídos vários conjuntos de moradias com a finalidade de abrigar a mão de obra ligada à Companhia, além de oferecer serviço médico e dentário, espaços voltados ao esporte e ao lazer, grupo escolar e energia elétrica em um momento em que boa parte do município vivia às escuras.

Com o gradual processo de desocupação das casas ao longo dos anos, a memória que se criou em torno da Fazenda Coruputuba colocou Cícero da Silva Prado – destacado na cidade por suas ações empreendedoras e de cunho social – em um lugar privilegiado, ao passo que relegou aos trabalhadores, uma posição secundária nessa memória. Estes, por sua vez, narram com muito entusiasmo os tempos vividos na Fazenda Coruputuba, lembrando sempre com muito fascínio o lugar onde viveram, por alguns sintetizado pela expressão “lá era um pedacinho do céu”.

Boa parte dos estudos referentes a núcleos residenciais construídos por industriais, convencionalmente chamados de vilas operárias, destacam o caráter paternalista, disciplinar e, em alguns casos, higienista, vinculado a esse tipo de habitação. E aqui o conceito de paternalismo é importante, pois nos ajuda a compreender uma das características que permearam as relações fabris da fase inicial da industrialização brasileira, e nos fornece uma dimensão mais clara da relação entre Cícero da Silva e os trabalhadores de sua Companhia.

No início do século XX, a concentração da mão de obra nas imediações dos empreendimentos industriais possibilitou o fortalecimento de um tipo de relação cujas práticas sociais, normas e valores confluíam para a figura do patrão, metamorfoseado assim, em entidade

paternal. Essa relação, além de reforçar sua centralidade e possuir caráter moralizador, suavizava sua autoridade, que então se despia da rigidez autoritária, dando lugar à imagem do "bom patrão": aquele que estabelece uma relação de troca de interesses e vantagens mútuas entre fábrica e trabalhadores.

Em termos gerais, o paternalismo industrial se caracterizava pela crença, admitida por grandes nomes da indústria nacional, de que caberia a eles a tarefa de promover o bem estar social dos trabalhadores. Todavia, além de baixos salários e contradições sociais, por trás dessa aparente benevolência patronal, a burguesia industrial, resistente à intervenção estatal nas relações trabalhistas, tomava para si a responsabilidade de amparar e estabelecer o controle disciplinar da classe trabalhadora.

Com a concessão de casas e determinados benefícios, os industriais buscavam estabelecer um vínculo afetivo-familiar entre sua figura e os funcionários de sua empresa. A historiadora Michelle Perrot (1988, p. 61-62), que estudou o processo de industrialização na França em finais do século XIX, definiu três características principais do paternalismo, que resumidamente seriam: a “presença física do patrão nos locais de produção”, a percepção de que “as relações são concebidas conforme modelo familiar” e, por fim, a aceitação e reivindicação, por parte dos trabalhadores, dessa forma de integração.

A partir dos registros deixados pela empresa, material da imprensa local e textos memorialistas, pudemos verificar que esse tipo de relação também fez parte do universo da Companhia de Cícero da Silva e seus trabalhadores. Além disso, podemos dizer que, em conjunto, tais registros não apenas reforçaram um tipo de relação paternalista como contribuíram para que se construísse uma monumentalização em torno da memória de Coruputuba – entendida não apenas como um lugar de moradia mas como um grande empreendimento agrícola e industrial – e de seu fundador.

A imprensa local, junto com a elite política da cidade, ao longo de décadas, não poupou investidas na construção de uma imagem benevolente de Cícero da Silva Prado, dando destaque às ações sociais que o empresário realizou e prestando diversas homenagens para aquele que consideravam ser um visionário e símbolo do progresso municipal.

Considerando que a hegemonia de uma memória, podendo, em muitos casos, custar caro às variadas possibilidades de (re)conhecer, perceber, sentir, (re)elaborar, interpretar e compreender o passado, coloca em segundo plano vozes que possam ecoar em tonalidades ou direções contrárias e com isso atribuir valores distintos ao passado rememorado, objetivamos nesta pesquisa analisar as narrativas de antigos trabalhadores da Companhia Agrícola e

Industrial Cícero Prado, procurando identificar como essas narrativas se relacionam com a memória que se difunde daquele lugar.

Nesse sentido, nos debruçamos sobre os relatos de antigos trabalhadores da Companhia de Cícero da Silva Prado, pois esperávamos que as fontes orais oferecessem um contraponto à imagem construída pela imprensa e memorialistas, bem como pela própria empresa. No entanto, percebemos que isso não ocorreu. Em parte, isso se deve ao grande poder do paternalismo ainda presente na memória dos antigos trabalhadores. Por outra parte, verificamos que todas as pessoas que entrevistamos tiveram uma melhora de vida durante sua permanência na empresa, o que podemos considerar como um importante fator de acriticidade em relação à figura de Cícero da Silva Prado e sua companhia.

Entretanto, ainda que as narrativas desses trabalhadores não nos tenham oferecido o contraponto, tais relatos são muito ricos e permitem, efetivamente, conhecer um pouco das experiências de vida naqueles locais. Com isso pudemos dar visibilidade à trajetória de pessoas (tidas como) comuns, perceber a pluralidade de experiências vivenciadas e os sentidos atribuídos por aqueles que estiveram envolvidos com a empresa, ocupando lugar de menor destaque na memória oficial.

A elaboração de tal problemática se deu a partir de uma reflexão sobre o processo de industrialização de Pindamonhangaba. A dinâmica industrial na qual o município está inserido reproduz um ritmo de vida e condições sociais que no mínimo chamam atenção para uma análise. Poderia citar aqui a relação entre educação, trabalho e indústria que, poderíamos dizer, moldou o currículo das escolas técnicas e profissionalizantes da localidade, dando ênfase a cursos voltados a áreas como logística e metalurgia, com o intuito de produzir mão de obra qualificada.

Outros exemplos, talvez mais sutis, podem ser verificados em rodas de conversas entre amigos, nas quais a temática central é o trabalho na fábrica ou o cotidiano nas escolas técnicas. Também em coisas corriqueiras, como a entrada com os pés descalços nas agências bancárias como única possibilidade de não ser barrado na porta giratória devido à utilização de calçados com “biqueiras de aço”, próprios para a proteção individual do operário no ambiente fabril, o que sugere uma rápida fuga do trabalho, cujo horário muitas vezes coincide com o expediente bancário. Enfim, uma série de fatores que demonstram como o dia a dia em uma cidade fortemente industrializada pode gerar situações no mínimo peculiares.

A partir destas observações e tantas outras, resolvemos empreender uma investigação acerca do processo de industrialização pelo qual passou Pindamonhangaba, procurando

identificar o momento daquilo que pensávamos ser o rompimento com a economia agrária e entender como essa dinâmica industrial se construiu ao longo do tempo. A intenção era poder explicar, por uma perspectiva histórica, os fenômenos sociais presentes no município, que tem uma produção historiográfica sobre o século XX quase inexistente. Era uma pesquisa movida unicamente pela curiosidade, a princípio sem pretensões acadêmicas.

Após um exercício de reflexão, baseado em relatos de familiares, amigos e pessoas de gerações anteriores, deduzimos que a primeira indústria a se instalar na cidade provavelmente fosse a Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado. E a partir de tal premissa conduzimos nossa investigação.

Iniciamos a investigação consultando o catálogo digital do acervo do Museu Histórico e Pedagógico Dom Pedro I e Dona Leopoldina, disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba. Nessa busca nos deparamos com uma seção de documentos digitalizados referentes à Companhia, o que deu a nossa pesquisa novos rumos e fez com que fôssemos levantando outros questionamentos.

A primeira constatação que ocorreu após a leitura do livro *Coruputuba 1911 – 1968: 57 anos de glórias e realizações* (1968), obra memorialista produzida por um membro da empresa, foi o caráter heroico atribuído à imagem dos fundadores da fábrica, Cícero da Silva Prado e Alberto Simi. Se, por um lado, os adjetivos utilizados para enobrecer a imagem destes homens (como por exemplo, desbravadores e grandes empreendedores) evidenciava um esforço em elaborar um passado extraordinário protagonizado por eles, por outro colocava a figura do trabalhador à margem desse passado – implicitamente desconsiderando sua participação no trabalho junto à edificação da Companhia. E, conforme verificamos, esse fator se estendia a outros registros.

A partir desta análise a pesquisa foi direcionada à trajetória dos trabalhadores, buscando compreender qual papel tiveram no processo de constituição da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado e quais experiências vivenciaram ao longo das décadas. Entretanto, isso nos levou a perceber que tais experiências não se limitavam às atividades laborais, mas se estendiam à dimensão privada de suas vidas, considerando, que naquela circunstância, trabalho e moradia faziam parte de um conjunto de relações muito peculiares, inerentes àquele modelo fabril-habitacional.

Com a abertura do edital de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD, em 2016, aquela despreziosa pesquisa, ainda sem um objetivo nitidamente estabelecido, passou a tomar preocupações mais sérias. Com a intenção de tornar aquele

despretensioso estudo em um projeto de pesquisa, buscamos referenciais bibliográficos com temáticas relacionadas a núcleos residenciais fabris, ou vilas operárias, como são chamados. Então verificamos que em boa parte dos estudos sobre tal temática os assuntos mais recorrentes estão relacionados a questões como dominação, paternalismo e controle.

Nessa dimensão, podemos citar, por exemplo, a obra *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil: 1890-1930*, de Margareth Rago (1985), estudo no qual a autora discute os embates entre o operariado paulista e as forças patronais. Rago explica que, frente às ações do operariado, como roubos, boicotes, sabotagens, destruição de máquinas e greves, motivadas na maioria das vezes por anarquistas e sindicalistas, os industriais se viram obrigados a adotar estratégias para dissipar a mobilização coletiva e aplicar formas mais sutis de coerção e dominação do operariado. Estas estratégias implicavam em individualizar os trabalhadores para que assim perdessem a noção de classe, permitindo maior controle.

Essa postura adotada pelos industriais, sobretudo no início da Primeira República, contrapunha-se à conduta despótica dos primeiros industriais, que muito se assemelhava ao senhor de escravos, rude e carrasco. Frente aos embates promovidos pelos operários que denunciavam, através da imprensa anarquista, a precarização das fábricas, a exploração e a excessiva jornada de trabalho, fez-se necessário uma reformulação do ambiente fabril, antes hostil. Em consequência, a fábrica passou então a ser conduzida por uma nova perspectiva, em que o local de trabalho deveria ser higiênico e arejado de modo a proporcionar o bem-estar aos trabalhadores.

Com a concepção de "fábrica higiênica", surgiu a noção de que a fábrica, compreendida como a extensão do lar do trabalhador, precisaria ser limpa, oxigenada e aconchegante. Esperava-se com isso minimizar o descontentamento da classe trabalhadora, evitar danos provenientes dos embates e ao mesmo tempo estimular a capacidade produtiva dos trabalhadores. Nesse ínterim a postura paternalista passou a ser incorporada pelos industriais e tornou-se parte do universo fabril. Entendia-se que ao ser amparado, o trabalhador passaria a ver o patrão como seu protetor.

Todavia, tratava-se de uma relação ambígua. Se, por um lado, a ação patronal oferecia proteção e proporcionava melhores condições de vida e trabalho ao operariado, por outro era marcada pela ação disciplinar, vigilância e controle dos trabalhadores.

Além de Rago, outros(as) autores(as) ajudaram compor o referencial bibliográfico do projeto. Eva A. Blay, com *Eu não tenho onde morar* (1985), demonstra as dificuldades enfrentadas pelo operariado nas disputas pelo direito à moradia e a apropriação do espaço

urbano, revelando como as políticas públicas habitacionais desenvolvidas no país geraram resultados pouco eficazes frente à pressão dos interesses capitalistas. Com isso, Blay faz um balanço acerca das vilas operárias, demonstrando como as medidas capitalistas se apresentaram como solução organizacional ao problema da moradia operária.

Ademais, José Sergio Leite Lopes, numa obra volumosa intitulada *Tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés* (1988), ao procurar compreender como se dava a imobilização do operariado por meio da moradia, identificou as características que operavam nessa dominação. Maria Auxiliadora Guzzo de Decca, em *A vida fora das fábricas: cotidiano em São Paulo – 1927-1934*, contribuiu por evidenciar a condição de vida dos trabalhadores fora da esfera produtiva e as medidas tomadas para controlar essa classe que emergia no cenário urbano paulistano.

Enfim, outros exemplos podem ser citados, tais como *Vila Maria Zélia: visões de uma vila operária em São Paulo*, de Vanderlice de Souza Morangueira (2006); *O viver na “cidade do bem” – tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária* de Luiz Tarquínio na Boa Viagem – Bahia (1892-1946/47), de Marilécia Oliveira Santos (2010); *A fábrica de tecidos do Biribiri: empresa e fé no interior de uma vila operária em Diamantina/MG*, de Kátia Franciele C. Borges (2015). Entre muitos outros.

Apesar da vastidão bibliográfica que nos surge sobre assuntos relacionados a vilas operárias, cabe aqui destacar a originalidade deste estudo com relação à vila de trabalhadores de Coruputuba, que até o momento foi abordada apenas em obras de cunho memorialista. Uma dessas obras é *Retratos da Princesa do Norte (1954)*, do jornalista Rômulo Campos D’Arace, que aborda aspectos históricos do município de Pindamonhangaba. A outra é *Vultos de Pindamonhangaba (1957)*, onde o cronista João Martins de Almeida expressa seus sentimentos e impressões sobre o cotidiano e a cidade, bem como os fatos históricos relacionados a ela.

São obras que, não obstante, contribuíram para o desenrolar desta investigação, uma vez que nos permitiram vislumbrar as representações construídas sobre Cícero da Silva Prado e Coruputuba pela literatura pindamonhangabense, assim como *Coruputuba 1911 – 1968: 57 anos de glórias e realizações (1968)*, que já mencionamos anteriormente.

Cumpramos ainda observar a existência de um curta documentário, intitulado *Fazenda Coruputuba: um pedacinho do céu* (2014), elaborado por Beatriz Cristina de Oliveira e Luiz Gustavo de Souza Silva, como parte de um trabalho de conclusão de curso, do curso de Comunicação Social da Universidade do Vale do Paraíba. Localizamos também a outra parte

do trabalho (que é escrita), intitulada *Fazenda Coruputuba: aspecto histórico-cultural como desenvolvimento social (2014)*.

O filme, que está disponível no Youtube, contém relatos de antigos moradores da Fazenda Coruputuba e exibe imagens mais recentes das antigas instalações da vila de trabalhadores e da fábrica. Já a parte escrita, além de tópicos formais, como tema, objetivos, justificativa, hipótese etc., faz um brevíssimo panorama da história da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado e, ao final, traz os seguintes anexos: Autorização das Filmagens (anexo 1); Roteiro (anexo 2); Ata de Reunião do Trabalho de Conclusão de Curso (anexo 3) e Decupagem (anexo 4).

As duas modalidades do trabalho, tanto a fílmica como a escrita, não vão muito além do que foi explorado pelos memorialistas; na verdade, apenas reiteram o que já foi escrito por eles. Sua grande contribuição é dar visibilidade aos trabalhadores, porém sem muita preocupação crítica. Nesse sentido, considerando os cuidados específicos que a fonte audiovisual precisa ter, optamos por analisar esse trabalho em um outro momento.

Como já dissemos, os estudos referentes às vilas operárias, sobretudo os mais consagrados, situam seus recortes temporais entre as primeiras décadas do século XX e trazem, como temas centrais, o controle disciplinar; o paternalismo; a vigilância; a higienização; o aumento demográfico e políticas habitacionais. São problemas importantes, que nos ajudam a pensar a temática. Entretanto, se por um lado é admissível que o contexto da vila operária é marcado pela vigilância constante e pelas variadas tentativas de controle da classe trabalhadora, ainda nos resta saber se e como os moradores(as) e trabalhadores(as) empreenderam maneiras de driblar e subverter a ordem imposta. Isso evidencia que outras questões precisam ser colocadas.

Assim, entendemos que, ao debruçar-se sobre as experiências vividas por antigos trabalhadores da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado, este estudo procura produzir um conhecimento sobre o tema por outra perspectiva, a dos trabalhadores. Deste modo, embora a historiografia analisada sirva como ponto de partida para conduzir este trabalho, o intento aqui é extrapolar outras reflexões.

Nesse sentido, nosso foco, dentro da temática de vilas operárias, é compreendê-las enquanto um lugar onde se construíram memórias, uma vez que, no passado, se constitui como um espaço de múltiplas experiências, compartilhadas por um grupo. Porém, como entendemos que no caso aqui proposto as lembranças dos trabalhadores foram (e são) atingidas por um processo de construção de uma memória coletiva, focaremos em compreender como esses

sujeitos interpretam, significam ou atribuem valor ao seu passado. Sem, contudo, deixar de observar as questões já debatidas pelos autores consultados.

Trata-se de compreender como as narrativas dos trabalhadores colaboram, ou não, para a construção de uma memória consolidada, de um passado vivido e compartilhado em um ambiente em que trabalho, lazer e moradia se misturavam. Consideramos que cotejar as impressões que tais indivíduos carregam de seu passado nos permite verificar qual o grau de integração de suas lembranças à memória do grupo, que se reproduz preponderantemente, a ponto de obliterar nessa memória a experiência desses próprios atores.

Para o desenvolvimento desta pesquisa decidimos nos valer de fontes de variadas naturezas, sendo elas fontes orais, imprensa, fontes literárias e materiais produzidos pela imprensa; mas, claro, sem deixar de acompanhar os cuidados metodológicos que cada tipo pressupõe. Com isso procuramos articulá-las umas às outras, formando um mosaico de vestígios que nos permitiu explorar mais amplamente o objeto em questão.

No entanto, para fazer jus ao que a pesquisa propõe, nada mais coerente que dar destaque às fontes orais, acreditando tanto no seu potencial democrático como no seu caráter de valorização dos sujeitos, uma vez que viabilizam a inserção de novos atores na pesquisa histórica, sobretudo aqueles que, por um motivo ou outro, não puderam deixar registradas suas marcas através do tempo.

Consequentemente, são grandes as chances de um indivíduo, em sua narração, nos oferecer outra perspectiva sobre determinados temas, assuntos, fatos, eventos, situações, etc. Sobre esse ponto, Alessandro Portelli coloca que

[...] quando falamos dessas memórias individuais, há uma parte disso que se pode tratar como ferramenta comparativa e estática, porque há coisas que são compartilhadas e que se pode relatar, mas outras coisas são qualitativas, no sentido em que há o encontro entre um acontecimento, um lugar e uma subjetividade individual, uma história pessoal, individual, um passado e um futuro individuais (PORTELLI, 2014, p. 202).

Nesse caso, quando nos debruçarmos sobre as narrativas de antigos trabalhadores, talvez nos seja possível compreender suas experiências, sem deixar de considerar a visão e avaliação que cada um desses indivíduos tem de si e de seu próprio passado. Assim, acreditamos na possibilidade de contornar, sem abandonar, uma versão acabada do passado que, de certo modo, pode obliterar outras memórias e fazer destas meros fragmentos alijados da força produzida pela memória hegemônica – ou do grupo. Ademais, assim como Portelli, outros autores ajudam a compor o quadro teórico-metodológico deste estudo, José Carlos Sebe Bom Meihy, Verena

Alberti, Paul Ricoeur, Pierre Nora, Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Ecléa Bosi, só para citar alguns.

A primeira entrevistada foi D^a Maria do Carmo dos Santos Gomes, a antiga moradora mais popular de Coruputuba, que aliás participa do filme sobre a fazenda, anteriormente mencionado. Conheci-a por intermédio de Amélia F. B. Lara, escritora que, naquele momento, estava prestes a publicar um livro sobre a vida de “Dona Carminha”¹. Depois de uma entrevista, D^a Carminha e Amélia F. B. Lara nos colocaram em contato com “D^a Graça” e o “Sr. Chico Pedro”, um casal que ainda hoje vive nas dependências da antiga Fazenda Coruputuba, e com o sr. José Zacarias Bento, que, diferentemente dos demais, viveu na Fazenda Sapucaia, outra propriedade que pertenceu à Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado.

Os demais entrevistados foram indicados por amigos, que, ao tomarem ciência da proposta da pesquisa, deram sugestões de vizinhos, parentes ou colegas de trabalho etc. Dentre esses indicados, conseguimos realizar entrevistas com os irmãos sr. José Ivan Jacinto da Silva e a D^a Ivanilda Jacinto da Silva, e com o sr. Paulo Tarcísio. Com exceção de Amélia F. B. Lara, todos que aqui foram citados trabalharam para a Companhia de Cícero da Silva Prado.

De acordo com José Carlos Sebe Bom Meihy (2000), a história oral pode ser categorizada em três tipos, quais sejam, tradição oral, história oral de vida e história oral temática. Nesta pesquisa, prevalece esta última, uma vez que as entrevistas são delimitadas por um tema específico, neste caso, a trajetória de trabalhadores da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado. Conforme o autor, nesse tipo de história oral os “detalhes da vida pessoal apenas interessam na medida em que revelam aspectos úteis à informação temática central” (MEIHY, 2000, p. 68).

Por outro lado, visto que nosso interesse se volta ao significado que tais trabalhadores atribuem às suas experiências, podemos dizer que nossas entrevistas também carregam traços de história oral de vida que, “ao trabalhar com a experiência, sugere, pois, entradas para o entendimento do espaço pessoal subjetivo [...]” (2000, p. 62)². O que também justifica nossa moderada intervenção na entrevista e a utilização de um roteiro de perguntas mais aberto, sem a preocupação com fatos em si, estes colocados em segundo plano. Para Meihy

¹ D^a Maria do Carmo dos Santos Gomes é carinhosamente conhecida por “D^a Carminha”.

² Segundo Meihy, a combinação desses dois modos de história oral, a temática e a de vida, “tem sido muito apreciada porque, ao mesclar situações vivenciadas, a informação ganha mais vivacidade e sugere características do narrador” (MEIHY, 2000, p. 70). Aqui essa combinação se fez necessária, pois entendemos que o tema em questão e a biografia de nossos entrevistados, ou pelo menos parte dela, são elementos que se confundem, não podendo ser analisados em separado.

Nesse caso, deve ser dado ao depoente espaço para que sua história seja encadeada segundo sua vontade. A experiência deve, desde logo, ser alvo principal das histórias orais de vida, pois não se busca a verdade e sim a versão sobre a moral existencial (MEIHY, 2000, p. 64).

Convém destacar que, antes das entrevistas, realizamos consultas a fontes de outras naturezas, como a imprensa e obras memorialistas, para que assim pudéssemos dialogar com os entrevistados, já com uma noção prévia do assunto tratado. Contudo, sem deixar de prezar pela prevalência das narrativas dos entrevistados. Por isso, nos orientamos por aquilo que Verena Alberti (2005, p. 119) chama de “entrevista diretiva”, um diálogo onde “o entrevistador ouve muito mais do que fala, mas também conduz a conversa; ou seja, também fala”. Deste modo, respeitamos formulações pouco precisas quanto a datas ou nomes próprios por parte dos colaboradores, pois o que interessa está mais voltado às experiências e às visões dos entrevistados sobre o passado do que pontos factuais desse passado.

De modo geral, as perguntas realizadas durante as entrevistas foram as mesmas para todos os entrevistados. Giraram, entre outras coisas, em torno de assuntos relacionados à família ascendente, ao cotidiano e trabalho junto à Companhia e às atividades de lazer ou momentos de descanso. Contudo, apesar de pré-elaboradas, optamos para que elas não seguissem uma forma rígida ou que fossem feitas em uma ordem cronológica. Assim, à medida que as narrativas avançavam, os questionamentos eram lançados. Em alguns momentos foram feitas algumas intervenções para que a narrativa desse seguimento ou para que algum elemento fosse mais bem explorado.

Sobre a transcrição das entrevistas, de maneira moderada mantivemos as características próprias da fala dos entrevistados, como vícios de linguagem, erros gramaticais, repetições de frases ou palavras, risos e silêncios, bem como, quando necessário, para a melhor compreensão do leitor, inserimos nossas intervenções entre colchetes. Fizemos ainda uma textualização, ou seja, suprimimos as perguntas da redação final, julgando possível identificá-las dentro do próprio contexto da fala dos entrevistados. Enfim, realizamos pequenos reparos nas transcrições, sem que se perdesse o “sentido intencional dado pelo narrador [...]”, conforme nos orienta Meihy (2000, p. 89), de modo a assegurar maior fluidez à leitura e compreensão às entrevistas.

No decorrer das entrevistas percebemos que majoritariamente as narrativas se concentravam entre as décadas de 1940 e 1960, o que fez com que o recorte inicialmente estabelecido, que se situava entre 1950-2000, fosse imediatamente remanejado para aquele

determinado pelas memórias. Uma vez que percebemos que as narrativas dos entrevistados se referem ao período anterior à morte de Cícero da Silva Prado. Nesse sentido, foram as lembranças que definiram o recorte desta investigação.

Nessa pesquisa não deixamos de considerar que, apesar de toda preciosidade que uma narrativa acerca da experiência de determinado fato pode trazer à pesquisa, trabalhar com fontes orais está para além da pura e simples gravação e transcrição de relatos. Portanto, ponderações devem ser feitas acerca de seu uso.

Assim, entendemos que nosso trabalho aqui não é de apenas descrever os fatos narrados pelos entrevistados, mas sim, de analisar tais narrativas e procurar entender como estas são elaboradas, (re)interpretadas e sob quais aspectos se consolidaram na memória dos interlocutores. Nesse sentido, nossa preocupação é perceber como os traços do passado se organizam no imaginário dos antigos trabalhadores, como criam representações e como elas se relacionam entre si e como se articulam com as versões apresentadas pelos meios oficiais.

Por representações entendemos as construções simbólicas ou expressões que se “manifestam por imagens e discursos que pretendem dar uma definição de realidade”, mas que não necessariamente correspondem à realidade (PESAVENTO, 1995, p. 15). Para Roger Chartier (2002, p. 17), “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, o seu domínio”.

Temos em mente que, assim como o documento escrito – que, como Jacques Le Goff definiu, é “monumento”³ – a narrativa produzida pelos antigos trabalhadores está inserida num campo de disputa, consciente ou não, que visa resguardar impressões edificantes e que, portanto, pode produzir evidências diluídas em intencionalidades. Ora, se os grupos dominantes pretenderam conservar uma imagem virtuosa de seu passado, por que seria diferente com setores mais populares? Trabalhar com a fonte oral exige estar atento a esses pontos.

Em resumo, entendemos que a fonte oral é capaz de promover a inserção de sujeitos eventualmente ignorados pela “memória oficial” por meio das narrativas de indivíduos tidos como “comuns”, e nos permite interpretar de forma menos totalizante “determinados acontecimentos e conjunturas” (ALBERTI, 2008, p.165). Além disso, uma relação mais próxima

³ Jacques Le Goff afirma que tanto um como outro são resultado de escolhas de quem os elabora, sendo assim, podem apresentar uma visão unilateral da história. Segundo o autor, todo documento é monumento, pois, assim como este, aquele é produzido com intencionalidade. Nos seus dizeres, “cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo” (LE GOFF, 2003, p. 538).

aos sujeitos poderá contribuir, talvez, na localização de outras fontes e documentos que por ventura possam estar reservados em âmbito privado.

Apesar de privilegiarmos a memória como fonte, a escassez historiográfica sobre a cidade, referente ao recorte em que se situa este estudo, tornou imprescindível a consulta ao material produzido pela imprensa local, pois somente com a análise deste material nos foi possível compreender fatores importantes relacionados ao período em questão. A princípio, a produção historiográfica de âmbito regional pode dar um panorama do contexto social, político e econômico da região. Porém, por entender que a problemática aqui colocada é de abrangência estritamente local, consideramos que fosse fundamental realizar uma análise micro espacial mais acentuada.

Com essa finalidade, utilizamos os periódicos *Tribuna do Norte* e *7 Dias*, ambos pertencentes ao acervo da Fundação João Romeiro, em Pindamonhangaba. A partir desses jornais pudemos compreender o período em que a Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado estava em funcionamento; analisar os interesses políticos e a situação econômica do município na época e, principalmente, explorar os significados e as representações elaboradas em torno da figura de Cícero da Silva Prado e Coruputuba.

Para Maria Helena Capelato, existem três pontos cruciais que devem nortear uma investigação que se baseia em fontes de imprensa. Em primeiro lugar é preciso considerar as “circunstâncias históricas” que contextualizam a produção da análise que permeia o documento; em segundo, saber quais são os “interesses em jogo” e por último reconhecer os “artifícios usados por seus produtores” (CAPELATO, 2015, p. 115). Tomando esses pressupostos como base, faremos um panorama dessas fontes que dão sustentação a nossa discussão.

Em termos gerais, trata-se de dois periódicos que circularam em Pindamonhangaba no período correspondente ao recorte temporal em que se situa esta pesquisa, as décadas de 1940 a 1960. Ora com alguns recuos, ora com avanços. Por sua vez, assim como qualquer outro tipo de fonte, exige cuidados específicos de análise para que não apenas se evitem equívocos, como também para que possamos extrair o máximo de sua potencialidade. Assim, com base em estudos já conhecidos e outros menos consagrados, pretendemos nos guiar este trabalho.

Numa análise imediata podemos verificar que ambos carregam características bem similares, desde a qualidade gráfica ao conteúdo de suas matérias. Bem como, configuram-se naquilo que Capelato (2015, p. 118) definiu como “jornalismo político”, por privilegiar as “ideias” em seu conteúdo, diferentemente daqueles que se ocupam em veicular informações.

Outra semelhança entre os dois periódicos é o fato de ambos estarem dentro daquilo que Wilson da Costa Bueno definiu como “imprensa artesanal”, que se caracteriza, entre outras coisas, por mínimas condições de produção, amadorismo e número reduzido de funcionários que assumem diferentes funções. Segundo Bueno, nesse tipo de imprensa.

O jornal vive em função dos colaboradores, os 'amigos do jornal', que se contentam em ver o nome apostado às colunas. A colaboração resolve, de imediato, dois problemas: o do jornal, incapacitado de remunerar repórteres e redatores e carente de 'notícias' e o dos colaboradores que, através do jornal, fixam a sua posição de líderes da comunidade em suas áreas de especialização (OLIVEIRA, 2008, p. 21 - 22).

Os pontos que Bueno coloca são muito relevantes, por desvelarem os bastidores da “imprensa artesanal”, o que conseqüentemente nos permite reflexões mais aprofundadas acerca dos periódicos aqui analisados. Tanto um periódico como o outro apresentam algumas das características apontadas pelo autor. A colaboração de pessoas externas ao jornal é uma delas. Por esse aspecto, a variação de pontos de vista pode apresentar uma linha ideológica pouco precisa ou coesa, principalmente pela participação fortuita de muitos colaboradores; muito embora, de forma geral, as publicações tendam a se alinhar ao pensamento do diretor ou proprietário do jornal.

Assim, nos é indispensável pensar o material produzido pela imprensa não como “obras solitárias”, mas como resultado de um trabalho coletivo, “por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita”, como salienta Tania Regina de Luca (2008, p. 140). Diante desses pressupostos, torna-se necessário levar em conta não apenas os elementos internos que constituem o jornal, mas também seus componentes externos.

A fim de conhecer um pouco mais sobre a trajetória dos dois periódicos aqui estudados, nos é conveniente traçar um breve panorama da história de cada um deles, tal qual, pautar as implicações presentes no percurso de suas análises.

Sobre o jornal *7 Dias* não conseguimos muita informação. Sabemos que ele foi fundado por Nelson Pesciotta e por Rômulo Campos D’Arace, em novembro de 1947, com circulação limitada a Pindamonhangaba; porém não conseguimos precisar o fim de sua trajetória (D’ARACE, 1954, p. 210). Por se tratar de uma quantidade considerável de edições publicadas entre os anos que configuram o recorte deste estudo e pela falta de tempo necessário para uma análise mais completa, optamos por iniciar a exploração pelo jornal *Tribuna do Norte*. Com isso, até o momento conseguimos estudar de forma integral as publicações referentes aos anos

de 1957 e 1958, pois o acervo não conta com edições anteriores, e 1968, selecionada de imediato por ser tratar do ano de morte de Cícero da Silva Prado.

O jornal *Tribuna do Norte*, fundado em 1882 por João Marcondes de Moura Romeiro, foi o principal veículo de divulgação dos ideais liberais difundidos pelos membros do Partido Liberal pindamonhangabense e simpatizantes dos movimentos abolicionista e republicano (REALE, 1970, p. 25). Mais tarde, entre meados da década de 1930 e finais da década de 1940, foi transformado em órgão oficial de entidades partidárias como o Partido Republicano Paulista (PRP) e a União Democrática Nacional (UDN). Na década de 1960 foi doado ao poder executivo municipal de Pindamonhangaba, que fez do periódico seu principal canal de comunicação, oficializado em 1969 pela lei 1084/69, que o definiu como “Órgão de Imprensa Oficial do Município”⁴.

Vale destacar que, mesmo antes da implementação da lei mencionada, houve um esforço, por parte daqueles que estiveram na direção do jornal, em divulgá-lo como veículo de imprensa oficial do município. O que é possível notar em subtítulos, produzidos em momentos distintos e sob o domínio de diferentes instituições políticas. Sobre esse aspecto, Maria Helena Capelato comenta:

Com essa expectativa os periodistas arvoraram para si a responsabilidade de informar o leitor e pensar por ele. Acreditavam, ou faziam crer, que essa nobre missão só poderia ser desempenhada por seres portadores de atributos especiais, ou seja, os que detinham um saber capaz de interpretar a realidade e traduzi-la para o leitor (CAPELATO, 2015, p. 126).

Reivindicando esta autoimagem, a *Tribuna do Norte* tomava para si o papel de articulador entre os interesses dos grupos políticos locais e a sociedade pindamonhangabense; em alguns momentos servindo como instrumento de difusão dos anseios não só de indivíduos efetivamente ligados ao jornal, como também de colaboradores externos, que costumavam manifestar suas inquietudes e/ou entusiasmos quanto aos rumos políticos e econômicos que o município tomava. Entretanto, isso não significa que a população, a rigor, tivesse presença expressiva em suas páginas.

Numa análise pelos jornais percebemos uma dicotomia no discurso de progresso da elite política local, que, entre finais da década de 1950 e começo de 1960, estava dividida entre ruralistas e entusiastas da industrialização. De um lado, aqueles que queriam manter as bases econômicas do município essencialmente sustentadas pela agricultura; do outro, aqueles que

⁴<http://www.jornalolince.com.br/2009/dez/pages/tribuna-norte-27-anos-pindamonhangaba-www.jornalolince.com.br-edicao030.pdf> Acesso em 26/07/2018.

viam no incentivo à industrialização a medida a ser tomada para promover mudanças na cidade. Nessa disputa de ideias cada grupo via os sinais do progresso por ópticas diferentes e de acordo com o que lhes era mais conveniente. Sobre esse aspecto, Maria Helena R. Capelato, que reconhece as potencialidades da imprensa como fonte para a construção historiográfica, coloca que

A leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanhar o movimento das ideias que circulam na época. A análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social. Grupos se aproximam e se distanciam segundo as conveniências do momento; seus projetos se interpenetram, se mesclam e são matizados. Os conflitos desencadeados para a efetivação dos diferentes projetos se inserem numa luta mais ampla que perpassa a sociedade por inteiro. O confronto entre as falas, que exprimem ideias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos. (CAPELATO, 1988, p. 34)

Diante das controvérsias quanto aos rumos da cidade, Cícero da Silva Prado adquiriu lugar de destaque na imprensa pindamonhangabense, sempre representado como um empresário de espírito transformador e visionário, e sua imagem como a de fazendeiro industrial (ou industrial fazendeiro) satisfazia as aspirações dos dois grupos. Entretanto, o que mais lhe deu notoriedade foram as ações sociais que promoveu ou ajudou a promover no município.

Por fim, é importante observar a longevidade do jornal *Tribuna do Norte*. Hoje ele ocupa o 5º lugar entre os periódicos mais antigos do Brasil, sendo o 2º no Estado de São Paulo (cf. OLIVEIRA, 2008), ainda em atividade. Com mais de um século de existência, é reconhecido como o mais importante registro das transformações e acontecimentos que ocorreram em Pindamonhangaba ao longo do tempo⁵. Por esse motivo podemos inferir seu papel no processo de construção e manutenção da história e da memória da cidade, principalmente quando se constata uma parca produção historiográfica acerca do município.

Analisamos também algumas edições do periódico *O Trabalhista*, jornal produzido por funcionários do escritório da Companhia de Cícero da Silva, cuja circulação, que durou de 1950 a 1958⁶, se limitava às dependências da Fazenda Coruputuba. Infelizmente contamos com um número escasso de publicações, que datam de agosto a dezembro de 1950, estas salvaguardadas no arquivo histórico de Pindamonhangaba, e outras de 1958, que foram escaneadas e anexadas

⁵ Considerando que o município em 2018 completou 313 anos de emancipação política, podemos dizer que o periódico, com seus 136 anos, cobriu mais de um terço da história da cidade.

⁶ COMPANHIA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL CÍCERO PRADO, 1968, p. 14.

ao livro memorialista *Coruputuba 1911 – 1968: 57 anos de glória e realizações*, disponível no site oficial da Prefeitura de Pindamonhangaba.

Não obstante o espaço temporal de oito anos, entre um fragmento dessa fonte e outro, podemos verificar como este periódico procurou transmitir valores paternalistas e morais ligados ao trabalho, assim como em 1950 foi importante instrumento interno de propaganda política da campanha de Cícero da Silva Prado para deputado federal e dos demais candidatos da coligação PTB/PSP.

Além dos jornais mencionados, encontramos reportagens que destacam o trabalho realizado por Cícero da Silva Prado junto a seu empreendimento agroindustrial em periódicos de outras localidades. A partir de uma busca por palavras-chaves como Cícero da Silva Prado, Cícero Prado e Coruputuba, no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, conseguimos localizar 38 publicações que em algum momento mencionaram Cícero da Silva Prado e/ou Coruputuba. Eles se situam entre as décadas de 1920 e 1960 e correspondem a periódicos do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro. Embora a busca seja rigorosa compreendemos que ela talvez não seja por completo precisa, por isso consideramos o risco de não rastreamos os itens contidos nos jornais do acervo em toda sua extensão.

A partir de algumas dessas publicações obtivemos informações referentes à Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado, tais como: atividades econômicas, número de trabalhadores, volume de produção, maquinário e área de cultivo. Nesse sentido, nos valemos desses periódicos com outro propósito, diferente daquele que nos conduziu na análise dos jornais *Tribuna do Norte* e *7 Dias*.

Ainda no que diz respeito às fontes, além da imprensa, nos valemos da produção de escritores e poetas pindamonhangabenses que deixaram suas impressões registradas em crônicas e poesias. As imagens literárias construídas por eles nos ajudam a perceber como Coruputuba e Cícero da Silva Prado foram representados pelos setores mais intelectualizados da sociedade pindamonhangabense e, do mesmo modo, como foram percebidos pela óptica de quem vivia fora daquele complexo agroindustrial.

Para tanto, nossa análise está articulada a pressupostos metodológicos referentes a tal fonte, como a “análise textual (interna)” e a “análise contextual (externa)”, que nos leva a indagar os aspectos correspondentes à elaboração do texto literário e articular os elementos do texto com os que se situam para além de sua escrita (FERREIRA, 2017). Por isso, quando do uso dessa fonte é preciso compreender os aspectos históricos e sociais que a cercam.

Outro ponto a destacar é o fato de que tal forma de escrita não mais é do que uma versão do mundo sob o prisma de quem escreve, e que por isso, enquanto fonte histórica, deve ser entendida como uma “construção social da realidade”, incapaz de revelar a realidade, senão apenas representá-la (PESAVENTO, 2003). Contudo, não nos cabe criar uma dicotomia na relação realidade- representação, muito menos negar a força que esta pode exercer sobre aquela. Sobre esse aspecto, Sena Jr. comenta que as “imagens” criadas pela representação

não são nem o reflexo do real, nem a oposição deste, e sim representações historicamente construídas que colocam em campo forças que se relacionam e definem o imaginário acerca do real como construção social. Sendo que o que se deve ler na fonte literária é a representação que ela comporta, buscando-se a compreensão de suas imagens e metáforas. (SENA JR., 2010, p. 8).

Deste modo, por meio da literatura, procuramos entender o passado a partir da percepção dos indivíduos situados em determinado tempo e espaço. Nesse sentido, pensamos a fonte literária como fonte “privilegiada para a leitura do imaginário”, como argumenta Sandra J. Pesavento, uma vez que nos permite ter acesso ao “modo como as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais valores guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos [...], sensibilidades, perfis e valores” (2004, p. 82). Assim, reconhecemos que, se por um lado as obras aqui analisadas não são capazes de nos oferecer uma visão acabada do passado, por outro, enquanto textos literários que falam do seu tempo, são capazes de revelar “as sensibilidades, as razões e os sentimentos de uma época traduzidos esteticamente” pelos seus autores.

A dissertação está estruturada em três capítulos.

No primeiro, intitulado “O Vale do Paraíba, Pindamonhangaba e a Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado”, apresentamos um contexto histórico e socioeconômico da região vale paraibana e de Pindamonhangaba nas primeiras décadas do século XX. Em seguida, nos debruçamos sobre a trajetória histórica da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado e discutimos sobre as atividades econômicas nas quais investiu Cícero da Silva Prado após a aquisição da Fazenda Coruputuba, sobre o contexto histórico nacional da indústria papelreira no momento de fundação da Companhia e suas principais transformações ao longo do tempo.

No capítulo seguinte analisamos as representações construídas em torno de Cícero da Silva Prado e de seu empreendimento. Nossa proposta é demonstrar como a imprensa e a literatura ajudaram a difundir uma imagem positiva do empresário, especialmente por sua Companhia satisfazer o ideário de progresso da época e por suas ações sociais serem vistas como atos de bondade, justamente em um contexto de incertezas e transformações econômico-sociais.

No terceiro e último capítulo, analisamos as narrativas de antigos trabalhadores da empresa procurando identificar como essas narrativas se relacionam com a memória oficial. A partir das entrevistas pudemos conhecer aspectos da vida desses trabalhadores, no trabalho ou nos espaços físicos dos núcleos residenciais; entender a forma como valorizam os tempos vividos na Fazenda Coruputuba ou na Fazenda Sapucaia e a figura de Cícero da Silva Prado. Entretanto, em meio a visões tão encantadas do passado, foi também possível identificar uma vida modesta, de muito trabalho; pequenos conflitos e momentos de tensão entre os trabalhadores e a Companhia; elementos omitidos pela imprensa ou pelos memorialistas.

Capítulo 1

O VALE DO PARAÍBA, PINDAMONHANGABA E A COMPANHIA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL CÍCERO PRADO

Fundada em 1929, a história da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado tem suas raízes no início da década de 1910, quando Cícero da Silva Prado adquiriu a Fazenda Coruputuba e mais tarde outras propriedades agrícolas vinculadas a ela. Analisando as primeiras iniciativas tomadas pelo empresário, percebemos que elas basicamente correspondiam às mesmas atividades econômicas adotadas por boa parte dos proprietários de terra de Pindamonhangaba após o fim do ciclo cafeeiro na região. Porém, com o passar dos anos, a empresa conquistou lugar de destaque entre as iniciativas locais, sobretudo após a instalação de uma fábrica de papelão e pelas inovações técnicas empregadas na lavoura, ações que também deram ao empreendimento projeções mais amplas.

Para que possamos compreender os aspectos relacionados à constituição da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado e todas as suas transformações ao longo dos anos, o objetivo deste capítulo é investigar, descrever e analisar as atividades empreendidas pela empresa, enfatizando os principais momentos de sua trajetória histórica. Para isso, analisamos o contexto socioeconômico do Vale do Paraíba, mais precisamente o de Pindamonhangaba, nas primeiras décadas do século XX; em seguida, procuramos relacionar o empreendimento com o contexto nacional, buscando compreender como ele se insere no momento de formação da indústria brasileira, na consolidação do ramo industrial papeleiro, que atinge seu ápice com a produção nacional de celulose, e no processo de modernização da lavoura no país.

1.1. O contexto regional e local após a atividade cafeeira

A passagem para século XX se configura como um período de profundas mudanças para a cidade de Pindamonhangaba, assim como para quase todo o Vale do Paraíba Paulista; em parte, pelas transformações políticas que ocorreram no Brasil no final do século anterior, a saber, o fim da escravidão e a Proclamação da República, mas também, em maior parcela, fruto do colapso da sua principal força econômica: a cafeicultura. Enquanto a colheita dos últimos cafezais decretava o fim de uma atividade decadente em toda a região, a diversificação da lavoura, o crescimento do comércio e o desenvolvimento da pequena indústria anunciavam as mudanças do novo século.

Analisando essa questão por um panorama regional, podemos dizer que, se por um lado a baixa produtividade do café colocou o Vale do Paraíba Paulista numa rota de colisão com sua principal base econômica, por outro, abriu brechas para que transformações culturais, econômicas e sociais ocorressem nas cidades da região no início do século XX. Vejamos a seguir os fatores que impulsionaram algumas mudanças.

Quando o declínio da atividade cafeeira se mostrou iminente, parte dos cafeicultores da região migrou para o Oeste paulista à procura de solos mais férteis e novas oportunidades para reestabelecerem seus empreendimentos, há muito tempo assentados na exportação do café. Enquanto isso, aqueles que permaneceram nas cidades vale paraibanas, em sua maioria médios e pequenos proprietários de terras, se viram obrigados a tomar novas iniciativas.

Em Pindamonhangaba a lavoura, anteriormente concentrada na monocultura do café, abriu espaço para a retomada de culturas que haviam sido abandonadas em benefício da atividade cafeeira, como por exemplo, a cana de açúcar; gêneros agrícolas antes menosprezados passaram a ser valorizados. Logo, o cultivo do arroz, do milho, da mandioca, entre outros produtos, foi tomado como forma de superar a crise de produção da rubiácea (SILVA J. P., 2014, p. 153). Mais tarde, boa parte dos fazendeiros da cidade adotou a pecuária como prática principal, ou em alguns casos, como atividade complementar.

A criação de gado ganhou força com a chegada de criadores de Minas Gerais em algumas cidades do Vale do Paraíba. Ao adquirirem “velhas propriedades rurais decadentes, a preço vil”, esses mineiros transformaram as antigas áreas de plantação em pastagens, conferindo utilidade às imensas porções de terras desgastadas pelo cultivo inadequado do café. Assim, “vaqueiros, sem maiores exigências e requintes, acabam com os restos de culturas,

erradicam os cafezais, transformando tudo em pastos, neles soltando bois” (MOTTA SOBRINHO, 1978, p. 114).

Todavia, vale destacar que, embora a euforia dos tempos áureos do ciclo cafeeiro houvesse ficado para trás, mesmo depois da virada do século, o cultivo da rubiácea continuou gerando lucros e boas expectativas aos agricultores da região (MULLER, 1969 p.80). Em Pindamonhangaba, por exemplo, no ano de 1911, esperava-se uma safra de 80 mil arrobas do grão; vinte mil a mais do que no ano anterior, que havia fechado com 60 mil (*Correio Paulistano*, São Paulo, 29 maio 1912, Telegrama, p 2). Uma década mais tarde, o jornal *Tribuna do Norte* fez uma relação de vinte e uma fazendas, só na cidade, que ainda apresentavam “belas e produtivas lavouras de café”. Para aquele ano a expectativa era 100 mil arrobas (*Tribuna do Norte*, Pindamonhangaba, 29 jun. 2017, p. 4).

Ao mesmo tempo em que as mudanças no campo eram visíveis – e sensíveis, a fisionomia dos centros urbanos se transformava e a vida nas cidades passava a respirar novos ares. Em *O fato urbano na bacia do Rio Paraíba – São Paulo* (1969), a geógrafa Nice Lecocq Muller demonstra que, apesar do abalo econômico ocasionado pelo declínio da atividade cafeeira, o processo de urbanização se manteve em curso na região na entrada do século XX. Isso ocorreu principalmente nos municípios onde o apogeu da cafeicultura favoreceu o desenvolvendo de vias de circulação, utilizadas no escoamento da produção de café, e que mais tarde entraram na rota de passagem da linha férrea. Embora até mesmo nessas localidades as evidências da crise fossem presentes. (MULLER, 1969, p. 67).

No final do século XIX, os centros urbanos continuam na linha de desenvolvimento que fora estabelecida nos anos anteriores [...]. O reduto das famílias é a vila, onde vivem de costuras e prendas domésticas, de cargos públicos, os pretos e mulatos tendendo a se concentrar aí; os estrangeiros a escolhem pela maior oportunidade que proporciona às profissões artesanais, comerciais, liberais [...]. Se não se pode afirmar que todas cresceram, pelo menos pode-se afirmar que o equipamento urbano continua em desenvolvimento, inclusive nos serviços públicos. (MULLER, 1969, p. 65-66)

Já no século XX as atividades de natureza industrial ou comercial se avolumaram e aos poucos passaram a desempenhar um importante papel na economia local. A partir da década de 1910, a cidade começou a atrair investidores da capital paulista e de outras regiões do Estado. Cresceu o número de estabelecimentos fabris e máquinas de beneficiamento movidas a vapor começaram a ser instaladas no perímetro urbano, muitas vezes pelos próprios produtores rurais; além de surgirem fábricas de tecido, bolacha, bebidas e fecularias, oficinas de manutenção de máquinas agrícolas, entre outros.

A princípio, poderíamos imaginar que esse foi o momento em que se colocou em marcha um lento processo de industrialização da cidade, que atingiria seu ápice na segunda metade do século. Entretanto, não devemos compreender essa industrialização, mais tardia, como desdobramento fastigioso de uma incipiente concentração de fábricas. A industrialização inicial é de natureza mais espontânea e rudimentar. Além disso, ela representa apenas uma pequena fatia da economia local e é ainda muito ligada às atividades agrícolas, bem como, em boa parte, dependente delas. Nesse sentido, o termo industrialização, aqui utilizado, serve apenas para designar o surgimento de pequenas unidades fabris⁷.

Em julho de 1911, Pindamonhangaba, que até então era iluminada por lampiões a querosene, recebeu seu primeiro serviço de iluminação proveniente da energia elétrica (*Tribuna do Norte*, 17 maio 2018, p. s/n). Não sabemos afirmar se inicialmente o serviço de distribuição se limitava somente a clarear ruas, praças e residências da cidade, entretanto o interesse de que a eletricidade fosse utilizada para outros fins já era patente. Um nota publicada no jornal *Correio Paulistano*, em maio daquele ano, mostra que, mesmo antes da inauguração, Ricardo Villela, concessionário da empresa de energia elétrica contratada, havia decidido construir outro “compartimento contíguo à usina, para assentamento de mais uma caldeira” que forneceria “força de 200 cavalos, para pequenas fábricas” (*Correio Paulistano*, 10 maio 1911, p. 2). Ademais, uma nota que vem mais adiante, na mesma edição do periódico, traz a seguinte notícia

O coronel Luiz Fagundes contratou com concessionários da luz elétrica, força de 80 cavalos, para sua máquina de beneficiar arroz que vai ser instalada na praça Conselheiro Barão Homem de Mello (*Correio Paulistano*, 10 maio 1911, p. 2).

Talvez não nos seja lícito considerar que o advento da eletricidade no município tenha tido papel determinante no impulsionamento da atividade industrial local, uma vez que a presença de estabelecimentos industriais preexiste ao serviço e o predomínio de máquinas movidas a vapor nas décadas seguintes nos faz refletir sobre sua importância nos estabelecimentos industriais daquele contexto. Todavia, o investimento de Ricardo Villela na ampliação de sua usina, com finalidade de atender “pequenas fábricas”, no mínimo sugere que

⁷ Em *A industrialização brasileira* (1995), ao se referir à industrialização de São Paulo e Rio de Janeiro, Sonia Mendonça define o termo como “o começo de um processo no qual a unidade fabril, altamente mecanizada, afirmou-se como predominante na nossa economia urbana”. No nosso caso, de acordo com o que foi explicado no parágrafo em questão, precisamos compreender a industrialização de Pindamonhangaba de modo diferente daquele colocado pela autora, entendendo essa como um processo de ampliação da atividade manufatureira, ou seja, pequena industrialização.

este pudesse ser um negócio rentável e dá sinais de que a expansão de tal atividade estivesse em pleno desenvolvimento no município.

Não por acaso, uma semana após a inauguração do sistema de distribuição de luz elétrica, o próprio Ricardo Villela, juntamente com Athayde Marcondes, professor, deram entrada junto à Câmara Municipal da cidade a um requerimento com um pedido de “concessão para a montagem de uma fábrica de tecidos e licença para estabelecerem uma linha de bondes”, os quais seriam utilizados para transportar o material e as mercadorias da fábrica. Solicitaram ainda “isenção de impostos por 20 anos; uma área de terras não inferior a 5 hectares”, que deveriam estar “situadas na margem do [Rio] Paraíba”; por fim, “uma queda d’água à escolha dos proponentes, para uso e gozo da força motriz” (*Tribuna do Norte*, 6 ago. 1911, p. 1).

A Câmara atendeu a todas as disposições exigidas pelos proponentes. Em contrapartida, estipulou um prazo de 6 meses para o início da construção das instalações da fábrica, que deveria ser concluída dentro de um ano e meio, a contar da data de assinatura do contrato; além disso, determinou que fossem contratadas cem pessoas para tal serviço; por fim, exigiu que o capital do investimento não fosse “inferior a 300:00\$000 – trezentos contos de réis”. O parecer dado pela casa legislativa nos revela o entusiasmo com que o empreendimento foi recebido.

[...] considerando que as instalações de fábrica de tecidos numa localidade concorrem inquestionavelmente para o progresso e prosperidade; considerando que o dispêndio de toda e qualquer quantia em serviço que promova o aproveitamento do braço operário e aumento da população redundam sempre em benefício e bem estar do município; considerando que um dos meios mais prontos e eficazes para o levantamento do município, cuja lavoura se acha esgotada, é o desenvolvimento das indústrias fabris; considerando que deve ser o escopo de todos os filhos desta terra, a introdução nela do maior número possível de estabelecimentos industriais; considerando já existir uma lei especial concedendo favores às fábricas de tecidos que [ilegível]. (*Tribuna do Norte*, 3 set. 1911, p. 1)

As considerações feitas no parecer não só apontam aspectos relativos à situação socioeconômica do município, como também nos possibilitam examinar a mentalidade do poder político vigente nessa virada de década. Sem muita sutileza, sinaliza uma crença na indústria como elemento propulsor do “progresso e prosperidade” local e como alternativa salutar a uma atividade econômica exclusivamente agrícola, sustentada por uma monocultura em desgaste e deficiente. Logo, o anseio pelo desenvolvimento industrial se manifestava por meio de concessão de terrenos, licenças, isenção fiscal, entre “outros favores”, ou por meio de “lei especial”, como no caso do setor têxtil. A oferta desses incentivos, a exemplo do que ocorria

nos demais municípios da região, constituía um “importante instrumento de atração de investimentos” (RICCI, 2003, p. 20).

Para se ter noção de como a atividade fabril se intensificou no município nesse início de década, é interessante acompanharmos as notas publicadas no *Correio Paulistano* no decorrer de 1912, onde podemos ver, senão todos, pelo menos uma parte do número de estabelecimentos industriais instalados e previstos para aquele ano. Pelo que se verifica, em fevereiro, Ramon Teberga, “negociante”, instalou um “maquinismo para beneficiar a farinha de mandioca” (*Correio Paulistano*, 16 fev. 1912, p. 2); entre junho e agosto, Christovam Prates da Fonseca, promotor público e proprietário de terras no município, inaugurou duas máquinas de beneficiar arroz. Além disso, eram esperadas: uma fábrica de calçados, pertencente a Manuel Cembranelli, industrial da cidade; uma fábrica de bolacha, de Augustin San Martin, também proprietário de uma “fábrica de caramelos”; uma feccularia, de Ananias Ribeiro, agricultor; e duas fábricas de tecidos de algodão, uma delas dirigida por Benedito Machado, agricultor e industrial (*Correio Paulistano*, 19 maio 1912), e a outra por “Monteiro França [...], representante de um grupo de capitalistas” da capital (*Correio Paulistano*, 31 maio 1912, p. 1-2). Quando do anúncio desta última, o título da nota ainda destacou: “Pindamonhangaba progride – fábricas em perspectiva”.

Apesar desse aglutinamento fabril, é fundamental termos em mente que esse fenômeno era também resultado de uma conjuntura político-econômica mais ampla, ligada às primeiras tentativas da industrialização nacional⁸. Entretanto, aos fatores de âmbito geral, somavam-se as especificidades regionais. Nesse sentido, a localização geográfica de Pindamonhangaba, situada na região do Vale do Paraíba paulista e entrecortada pelos trilhos da Estada de Ferro Central do Brasil, favorecia o acesso a dois importantes mercados consumidores do país, São Paulo e Rio de Janeiro. Também há de se levar em conta que a infraestrutura criada na região para atender a demanda da atividade cafeeira, antes de sua expansão para o Oeste paulista, tornava a cidade propícia para investidores que procuravam ampliar seus negócios (MULLER,

⁸ De acordo com José Miguel Arias Neto, a modernização do país, dinamizada pela economia cafeeira desde o final do período imperial, propiciou melhoras no sistema de transporte, sobretudo com a implantação da malha ferroviária, e estimulou os setores comercial e bancário, além de promover a “integração do mercado interno nacional”, fatores estes que, acelerados pela liberação de créditos para a lavoura e por uma “política emissionista mais flexível”, promoveram uma “euforia nos negócios”. Ainda conforme o autor, a política financeira promovida pelo governo provisório após a instauração da República, conhecida como Encilhamento, além de ter dado plena “liberdade às sociedades anônimas”, garantiu a continuidade da “política emissionista”, que tinha por objetivo “atender às demandas de crédito dos empresários”. Mesmo que mais tarde essa política tenha deflagrado uma crise econômica, ela criou “condições [...] para um aumento no investimento em indústrias” (2008, p. 211). Encontramos também, em Arias Neto, fatores como as “necessidades de consumo” e a “demanda do abastecimento”, ampliadas pelo surgimento de novos núcleos urbanos. Inicialmente atendidas pela importação, tais demandas passaram progressivamente a ser supridas pela indústria nacional (2008, p. 220).

1969, p. 81). A linha férrea facilitava o recebimento de matéria prima oriunda de outras localidades e o escoamento da produção para os centros urbanos do estado.

No caso das indústrias têxteis, é provável que elas tenham sido atraídas pela matéria prima disponível nos municípios vizinhos. Com a introdução do algodão na lavoura do Vale do Paraíba após a depreciação do café, ocorreu que muitas fábricas do setor se instalaram na região, especialmente em Taubaté, Jacareí e Guaratinguetá, onde, em âmbito regional, se concentraram as principais fábricas do ramo. Todavia, em Pindamonhangaba essa situação se processou de maneira inversa. Como o cultivo do café ainda era predominante, a cidade não oferecia a matéria prima como as demais. Porém, com a chegada das fábricas de tecido, a exploração da cultura do algodão foi logo vista como oportunidade muito lucrativa.

[...] não pode haver melhor oportunidade para os senhores lavradores dedicarem-se ao plantio de algodão. As duas fábricas de tecido que vão ser estabelecidas nesta cidade consumirão toda e qualquer quantidade de algodão que seja colhido, por muito grande que seja, conseqüentemente a venda será certa (*Tribuna do Norte*, 10 nov. 1911, p. 1)

Há de se observar que desde a virada do século a atividade têxtil estava em pleno processo de expansão no país, sobretudo entre os anos de 1905 e 1915, quando “o número de estabelecimentos, de operários, e de produção em metros de tecidos cresceu mais do que 100%, o valor da produção 550% e o capital empregado 153%” (ÁRIAS NETO, 2008, p. 222). Apesar desse auspicioso momento para o ramo, podemos dizer que sua presença em Pindamonhangaba foi passageira ou de pouca expressão, uma vez que se constata que já na década que se seguiu, isto é, 1920, tanto o cultivo do algodão como as fábricas têxteis sequer são mencionados entre as principais atividades econômicas do município.

1.2. A Fazenda Coruputuba: primeiras iniciativas

A história da Fazenda Coruputuba nos conduz a um passado ainda mais remoto do que aquele descrito acima, que antecede a própria emancipação de Pindamonhangaba. De acordo com o historiador pindamonhangabense Waldomiro Abreu (1977), a denominação *Coruputuba* aparece em inventários datados no século XVII, como sendo local das “mais antigas sesmarias concedidas” na região. O autor demonstra que a grafia sofreu algumas alterações, como por exemplo, *Curuputuba*, *Curupaitiba* ou *Curupahitiba*, porém explica que a descrição física e

Ribeirão Preto, onde produziram extensos cafezais, tornando-se, entre o final do século XIX e início do XX, os maiores plantadores de café do mundo.

Além de produtores agrícolas, os negócios da família iam de casas bancárias a companhias ferroviárias, casas de exportação, indústrias e empresas imigrantistas (LOPES, 2014, p. 6). Na vida pública ocuparam cargos que lhes renderam prestígio e influência no meio político paulista. Martinico Prado foi Procurador Distrital de São Paulo, vereador na cidade de Araras e, mais tarde, “elegeu-se deputado para a Assembleia Provincial de São Paulo pelo Partido Republicano, em 1878” (FORTE, 2014, p. 18). Ao passo que, entre os anos de 1869 e 1890, Antônio da Silva Prado atuou como chefe do Partido Conservador, foi presidente da Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração; Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; Senador do Império e Ministro dos Estrangeiros. E, após um período recluso em suas fazendas, tornou-se prefeito de São Paulo em 1899, cargo que ocupou até 1910 (MAESTRINI, 2015, p. 96-97). Juntos, os irmãos Silva Prado ajudaram a promover as ideias abolicionistas no país e a viabilizar a vinda de imigrantes, em sua maioria italianos, para o Brasil.

Só para se ter uma ideia do poder deles, a família Silva Prado era dona de 226 do total das 1.000 ações inicialmente subscritas pelo Banco do Brasil, quando este fora criado. Outras 256 ações eram de famílias relacionadas, ou seja, quase metade das ações do principal banco do país estava em seu poder. Dirigiam, ainda, a Companhia Prado Chaves Exportadora, originária da Companhia Central Paulista fundada por Martinico, Antônio e Martinico Prado, em meados da década de 1880. Sua administração ficava a cargo de Paulo Prado, Plínio (filho de Martinico), João Machado Portella e Ernesto Ramos. Nessa época, Antônio Prado era o Ministro da Agricultura e foi quem planejou e organizou o programa de imigração, que trazia famílias europeias interessadas em trabalhar nas lavouras de café (FORTE, 2014, p. 18).

A família ainda ampliou sua influência e atuação política ao estabelecer relações com membros da elite industrial paulista. Fábio e Caio da Silva Prado, ambos filhos de Martinico Prado, tornaram-se genros de dois grandes industriais do ramo têxtil. O primeiro casou-se com Renata Crespi, filha do fundador do Cotonifício Rodolfo Crespi, e tornou-se “o principal assistente do sogro na fábrica”. Já Caio, casou-se com a filha de Antônio Álvares Penteado e tornou-se seu assistente industrial. Fábio Prado ainda foi prefeito da cidade de São Paulo entre os anos de 1934 e 1938 (FORTE, 2014, p. 18-19).

Mais do que um clã de políticos e empresários bem sucedidos, a família Silva Prado também se notabilizou por infundir padrões socioculturais e civilizatórios inspirados em aspectos da vida europeia, especialmente parisiense, nos primeiros anos do período

republicado. A matriarca da família, Dona Veridiana Valeria da Silva Prado, avó de Cícero da Silva Prado, ficou conhecida por promover encontros culturais, políticos e científicos em sua residência, na época o “centro irradiador das novidades trazidas da Europa” (MUTO, 2008, p. 37; FORTE, 2014, p. 17). Do mesmo modo o fez Antônio Prado; enquanto prefeito, procurou dar à cidade de São Paulo características de um espaço urbano, na sua concepção moderno, baseado em referenciais de uma cidade europeia.

Entre os membros que se destacaram no campo artístico e intelectual, temos Paulo Prado (primo), escritor que esteve envolvido com a Semana de Arte Moderna de São Paulo em 1922; o jornalista Eduardo Prado (tio); o também escritor e arquiteto Carlos Prado (sobrinho); e o intelectual Caio Prado Jr. (sobrinho).

Seguindo os passos do pai, do tio e de boa parte dos homens da família, Cícero da Silva Prado graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. No entanto, após concluir os estudos, lançou-se à atividade agrícola e iniciou seus negócios ao adquirir a Fazenda Coruputuba.

Voltando, portanto, ao tema da aquisição, por Cícero da Silva Prado, da antiga sesmaria de Curupaitiba, é possível que ela tenha ocorrido entre o final de 1911 e o início de 1912. De acordo com os textos memorialistas, em 1911, Prado teria comprado a propriedade de mil alqueires então pertencente a José Marcondes Rangel pelo valor de 250 contos de réis. No entanto, os jornais *Correio Paulistano* e o carioca *O Século* noticiaram a aquisição do mesmo imóvel por Cícero da Silva Prado, juntamente com Geraldo Pacheco Jordão, em maio de 1912; vendido por Benedito Marcondes de Moura pelo mesmo valor mencionado.

Vale salientar que uma semana antes o *Correio Paulistano* havia noticiado o retorno do empresário à capital do Estado após uma visita a Pindamonhangaba; na ocasião, acompanhado por Alberto Simi e José Antônio Teixeira Salgado, pessoas que posteriormente ocupariam posição de destaque na Companhia, este como engenheiro agrônomo, aquele como administrador.

Conforme um dos periódicos mencionados, o empresário tinha como objetivo cultivar mandioca e estabelecer uma feclaria no local, entretanto, logo nos primeiros anos diversificou e ampliou sua lavoura; começou a produzir legumes e a cultivar arroz e, assim como os demais fazendeiros da cidade, lançou mão da criação de gado. Para se ter uma ideia, em 1915, havia na fazenda mais de mil cabeças de porco e cerca de oitocentas de boi (*Correio Paulistano*, 31 ago. 1915, p. 3).

Em 1918, junto com Francesco Matarazzo, fundou a “Fecularia Moreira César”, denominação que fazia referência ao distrito urbano de Moreira César, em Pindamonhangaba, onde mais precisamente se localizava a Fazenda Coruputuba (*Diário oficial*, 8 nov. 1922, p. 7126)⁹. O acordo firmado entre os empresários estipulava que Cícero da Silva Prado fornecesse a Matarazzo um milhão e quinhentos mil quilos de mandioca em cada safra, por um preço de 45 réis o quilo(*Diário oficial*, 17 nov. 1922, p. 7355).¹⁰ Em pouco tempo o empreendimento já se posicionava entre os mais bem sucedidos da cidade.

Um breve balanço da situação econômica da cidade, publicado no jornal *Tribuna do Norte* em 1921, mostra que a agricultura e a pecuária continuavam sendo o principal motor da economia local, concentrando-se sobretudo na criação bovina, esta, cada vez mais crescente, e na lavoura de arroz; além do café, como mencionado anteriormente. No âmbito industrial, apesar da existência de um número variado de atividades fabris, o destaque ficava com a “indústria do amido”, representada por mais de uma dezena de fecularias. Dentre essas, a propriedade de Cícero da Silva Prado, que chamava atenção por suas “alterosas chaminés”, é mencionada como a mais importante da cidade. Além disso, a matéria também dá ênfase à sociedade entre Prado e o empresário italiano (*Tribuna do Norte*, 13 fev. 1921, p. 1).

Em 1924, a produção diária da Fecularia Moreira César era de 5 mil quilos de fécula de mandioca, quantidade que aumentou em meia tonelada na virada para a década seguinte. Em uma edição da revista *O Campo* de 1930, Cícero da Silva Prado, ao lado de outros quatro proprietários rurais da cidade, são identificados como os maiores produtores de mandioca e de seus derivados em Pindamonhangaba. Juntos, somavam “uma extensão de mais de 1.500 hectares de terra com tal cultura” e se destacavam pela técnica empregada na preparação do solo e pelo maquinário utilizado em suas propriedades, considerado “mais ou menos aperfeiçoado” (*O Campo*, 1930, p. 77) Ao se referir ao maquinário utilizado na Fazenda Coruputuba, mais uma vez vemos a parceria entre Cícero da Silva Prado e Francesco Matarazzo ser evocada:

[...] não se falando do grande engenho das Industrias Reunidas F. Matarazzo, na Fazenda Coropatuba [sic], em Pindamonhangaba, que fabrica somente

⁹ Disponível em http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1922%2fdiario%2520oficial%2fnovembro%2f08%2fpag_7126_3ARR0152HJ67NeET88MPNB4NJLC.pdf&pagina=7126&data=08/11/1922&caderno=Di%C3%A1rio%20Oficial&paginaordenacao=107126 Acesso em 14 jun. 2019

¹⁰ Disponível em http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1922%2fdiario%2520oficial%2fnovembro%2f17%2fpag_7355_7OU6HBT3K3TEBe7BMMLM52G9UJL.pdf&pagina=7355&data=17/11/1922&caderno=Di%C3%A1rio%20Oficial&paginaordenacao=107355 Acesso em 14 jun. 2019

fécua e está montada a capricho, produzindo 110 sacos diariamente e cujo estabelecimento custou cerca de 400 contos de réis (*O Campo*, 1930, p. 78)

A reportagem segue com um levantamento acerca dos rendimentos e vantagens referentes à produção da raiz em diversas regiões do Estado de São Paulo. Nela, Pindamonhangaba aparece entre as cidades paulistas mais vantajosas para o cultivo do tubérculo¹¹. De acordo com tal levantamento, o baixo salário dos trabalhadores rurais e a proximidade com grandes mercados consumidores eram fatores que garantiam um lucro considerável aos produtores da cidade e tornava-os capazes de competir com lavradores de outras localidades, onde, apesar da qualidade superior do solo, o custo de produção, incluindo aí mão de obra, e o frete, eram muito elevados, justamente por se localizarem em regiões onde os mercados consumidores eram escassos.

É possível que os fatores acima descritos – somados a outros que no momento não temos condições de explicar – possam ter influenciado na decisão de Cícero da Silva Prado em adquirir uma propriedade especificamente em Pindamonhangaba, uma vez que, como já dissemos, os propósitos para a aquisição das terras já estavam muito bem definidos: criar uma lavoura de mandioca e instalar uma fecularia. No entanto, com o passar dos anos a raiz deixou de gerar resultados satisfatórios, o que fez com que o empresário, que já havia adquirido terras anexas à Fazenda Coruputuba para expandir sua lavoura, deixasse de vez os mandiocais e se dedicasse ao cultivo do arroz.

1.3. A lavoura do arroz

Em uma reportagem publicada no jornal *Correio da Manhã* em 1949, Cícero da Silva Prado explica a razão pela qual havia abandonado o cultivo da mandioca e lançado-se à produção de arroz.

Em Coruputuba montei primeiro uma fecularia de mandioca na parte alta da fazenda, com modernos processos de fabricação, talvez a primeira do gênero no país. A princípio, as terras davam de trinta a quarenta toneladas de mandioca por alqueire e no fim de quinze anos essas mesmas terras não davam mais de oito. O preço do adubo que não valia a pena o emprego de dinheiro em sua aquisição. Deixei por completo o plantio da mandioca. Dediquei-me à de arroz em ambas as margens do rio [Paraíba] [...] tenho atualmente mil

¹¹ Pindamonhangaba, com lucro líquido por alqueire de 1:820\$761, era sobrepujada somente por Guataporã, cujo lucro chegava a 1:840\$00. Nesta última cidade, por sua vez, a indústria pertencia ao pai de Cícero, o também fazendeiro Martinho da Silva Prado Jr.

alqueires plantados de arroz e posso chegar a dois mil. (*Correio da Manhã*, 10 ago. 1949, p. 3)

Desde muito cedo, a rizicultura vinha sendo explorada em Coruputuba. Assim que adquiriu a fazenda e após ter estabelecido a produção de mandioca, Prado resolveu introduzir o cultivo do arroz em sua lavoura. Em 1915, o arrozal abrangia 120 alqueires de sua propriedade, uma porção de terras duas vezes maior do que o espaço dedicado à mandioca, que dividia a mesma quantidade de alqueires com a plantação de milho.

As primeiras experiências de cultivo de arroz do Estado de São Paulo aconteceram no Vale do Paraíba, precisamente em Moreira César/Pindamonhangaba, quando em 1906 foi criado o Campo de Demonstração da Cultura do Arroz (FERRARO, 2005, p. 61), sob supervisão do técnico estadunidense, Welman Bradford. Esperava-se que a lavoura do cereal, vista como potencial substituta da cafeicultura regional, fosse implementada “[...] de Jacaré para baixo, isto é, até as proximidades das divisas com o Estado do Rio de Janeiro” (FERRARO, 2005, p.64). Em linhas gerais, a instalação do Campo tinha por objetivo apresentar aos produtores da região as “enormes vantagens” obtidas com os processos de “alagadiço e irrigação”, considerados “processos racionais” de plantio (*Mensagens do Governo de São Paulo para Assembleia*, 14 jul. 1906, p. 140)¹².

Em 1912, a colheita do arroz em Pindamonhangaba era esperada com certa euforia. Só na Fazenda Sapucaia, que na ocasião, diga-se de passagem, ainda não pertencia a Cícero da Silva Prado, haviam sido plantados 240 alqueires da “preciosa gramínea” (*Correio Paulistano*, 16 fev 1912, p. 2). Além daquela, outras propriedades ensejavam boas expectativas. Em uma nota do jornal *Correio Paulistano*, publicada em março do mesmo ano, podemos observar como o processo difundido por Bradford foi muito bem aceito e empregado pelos produtores locais, uma vez que se constata a disposição dos arrozais, situados à margem de rios existentes da cidade.

SAFRA DO ARROZ – Promete ser abundante neste município a colheita de arroz, agora iniciada. Só nas margens do rio Una foram semeados mais de 500 alqueires da preciosa gramínea, além de outras plantações não pequenas, feitas

¹² Mensagens do Governo de São Paulo para Assembleia, 14 jul. 1906, p. 140. Sobre a criação de campos de experimentação e seu objetivos, Márcio R. Ferraro (2005) explica que, baseado na crença da agricultura científica como motor da economia nacional, Jorge Tibiriçá, eleito governador do Estado de São Paulo em 1904, e Carlos Botelho, nomeado Secretário de Agricultura, adotaram uma série de políticas que visavam, entre outras coisas, a modernização da lavoura e a substituição de produtos importados pela produção nacional. Dentre as ações tomadas por esse governo estavam a distribuição de mudas e sementes, a instalação de escolas agrícolas, a aplicação de conhecimentos científicos na agricultura e a criação de campos de experimentação e demonstração em várias cidades do Estado.

nas margens do rio Paraíba e ribeirões Grande, Piracuama e Pirapitinguy (*Correio Paulistano*, 27 mar. 1912, p. 2).

Não demorou muito, as plantações ocuparam as várzeas e passaram a compor parte da paisagem rural, às margens dos rios, onde estendia-se um “vasto e quase único campo verde-claro” de arrozais, considerados “sadios e prometedores de boas colheitas” (*Tribuna do Norte*, 13 fev. 1921, p. 1). Nas décadas que se seguiram, cada vez mais o cereal passou a se configurar como importante elemento da lavoura local; a princípio disputando lugar de importância com o café, mais tarde, sobrepujando este. Para se ter noção, ao final da década de 1930, mais precisamente entre 1937 e 1938, Pindamonhangaba era a segunda maior produtora de arroz do Vale do Paraíba, com um total de 5.728,1 hectares de área cultivada¹³, ao passo que o café, nesse mesmo período, ocupava uma área de 1.179,7 hectares (*Anuário Estatístico do Estado de São Paulo*, 1940, p. 129 e 154)¹⁴.

Com destaque às atividades agrícolas, não raras vezes, a Companhia Agrícola e Industrial Coruputuba foi mencionada por periódicos de São Paulo e Rio de Janeiro. Sua lavoura, considerada tecnicamente avançada, era espaço de visita técnica de engenheiros e estudantes de agronomia, representantes da imprensa especializada, bem como de agentes públicos responsáveis pelo setor agrícola estadual. Com o enfraquecimento do cultivo da mandioca, a atenção desses visitantes se voltou às plantações de trigo, de eucalipto e, especialmente, de arroz.

Uma publicação do periódico carioca *O Jornal*¹⁵, de 1922, por exemplo, já descrevia umas das propriedades de Cícero da Silva Prado – não se especifica qual – como “uma das mais bem dirigidas do Brasil”. Tratava-se de uma pequena coluna, intitulada “A vida nos campos”, que discutia assuntos relacionados à agricultura e era também um espaço onde os produtores rurais, via correspondência, trocavam informações sobre técnicas de plantio. Na matéria em questão, o colunista sugere a um leitor, interessado nos processos de irrigação, uma visita à fazenda de Prado para conhecer tal processo.

[...] para ver os métodos de irrigação, não precisa ir até lá [Rio Grande do Sul]; aí nas suas vizinhanças – Norte de São Paulo – há culturas importantes

¹³ Atrás apenas de São José dos Campos, com 6.874,0 hectares.

¹⁴ *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo*, 1940, p. 129 e 154. Infelizmente não temos dados referente aos anos anteriores. A publicação de tais documentos teve início em 1894, mas foi interrompida em 1929. Retomada em 1940, trouxe dados referentes a 1939 e, em alguns casos, entre 1937 e 1938. Até o momento, conseguimos localizar os registros de 1898 a 1912, e outros da década de 1940 a 1960.

¹⁵ Sobre o periódico ver <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-jornal/>. Acesso em 30 maio 2019.

irrigadas. Visite, por exemplo, a do Dr. Cícero Prado [...] (*O Jornal*, 19 ago. 1922, p. 4)

Três registros da imprensa carioca, publicados na segunda metade da década de 1940, ajudam-nos a compreender a situação do setor agrícola da Companhia após pouco mais de vinte anos – a contar da data da publicação acima mencionada. É correto afirmar que se, por um lado, esses registros guardam em si um aspecto, diríamos, propagandista, por outro, reúnem informações bem relevantes acerca do empreendimento naquele momento.

Em 1946, a Companhia de Cícero Prado recebeu a visita de um correspondente da revista *O Cruzeiro*¹⁶, que publicou um artigo sobre o trabalho realizado nas lavouras do empresário. Logo de início, o autor destaca os 1.500 alqueires de plantação de arroz e as nove fazendas pertencentes a Prado, que se estendem “por quarenta quilômetros, até os contrafortes da [serra da] Mantiqueira”, constituindo, segundo o autor, “uma das mais lindas e impressionantes realizações da iniciativa particular do sul do Brasil”. O artigo menciona ainda um terreno que estava sendo preparado para uma futura produção de trigo (*O Cruzeiro*, 9 nov 1946, p. 62).

Já no ano seguinte, sob o título “O Vale do Paraíba pode produzir o trigo necessário ao consumo do Brasil”, o periódico *O Jornal* outra vez publicou uma matéria sobre o empreendimento de Cícero da Silva Prado, mas desta vez, entre outras coisas, deu destaque às primeiras experiências realizadas pelo empresário voltadas ao cultivo do trigo. Nas primeiras linhas, a matéria diz:

O sr. Cícero da Silva Prado, além de estar colocado entre os maiores produtores de arroz do país, sendo individualmente o primeiro do Estado, colocou-se agora na vanguarda da luta pela produção de trigo nacional. [...] São enormes faixas de terra, quase totalmente cultivadas, com doze mil alqueires de plantação de eucaliptos, arroz, trigo, feijão, milho e soja. (*O Jornal*, 16 ago. 1947, p. 2)

Ao final da década de 1940, a Companhia produzia de 75 a 80 mil sacas de arroz que correspondiam a um valor em torno dos 10 milhões de cruzeiros, considerando o preço da saca que variava de 130 a 150 cruzeiros. Quanto ao eucalipto, a empresa contava com 4 milhões de pés, distribuídos em quatro espécies diferentes¹⁷. Além disso, nas entressafas exploravam-se lavouras de tomates e verduras. Essas informações constam no jornal *Correio da Manhã* de

¹⁶ Sobre a revista ver <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-cruzeiro/>. Acesso em 30 maio 2019.

¹⁷ As espécies citadas são: *Saligna*, *Alba*, *Citriodora* e *Kirtoneana*.

agosto de 1949, que curiosamente não comenta nada a respeito da esperada produção de trigo, tão mencionada nos jornais de anos anteriores.

Em fase de experimentação e com uma produção de 1.500 quilos por hectare, a cultura do trigo era vista com bons olhos por Cícero da Silva Prado, dado seu potencial lucrativo. Conforme o próprio empresário explicava na reportagem d' *O Jornal* de 1947, gastavam-se Cr\$ 30,00 para a produção de uma saca do cereal, a qual era “comprada dos argentinos e americanos por Cr\$ 200,00”. Prado dizia querer insistir na cultura do trigo e demonstrava contentamento com os resultados obtidos em sua lavoura. Para ele, essa era a “afirmação absoluta” de que nas terras do Estado de São Paulo se poderia produzir o trigo necessário “para o consumo nacional”.

Contudo, esse entusiasmo por parte de Cícero da Silva Prado parece ter sido passageiro e a produção de trigo possivelmente não foi levada adiante; uma vez que se constata que nas fontes produzidas posteriormente, isto é, de 1949 em diante, nada se diz sobre tal cultura.

Além da produção de arroz e das diferentes culturas exploradas pela Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado, outro aspecto que chamava a atenção da imprensa na década de 1940, bastante ressaltado pelos jornais acima mencionados, era a mecanização da lavoura; um fenômeno quase inexpressivo na agricultura brasileira daquele período e que, na visão de Cícero da Silva Prado, seria “o grande remédio para o Brasil”.

Para Prado, o emprego de máquinas na atividade agrícola representava, segundo suas próprias palavras, uma “economia substancial do aproveitamento das terras” e lhe permitia atingir melhores rendimentos a menores custos. Segundo ele, um trator num terreno desfavorável, com “raízes e tocos”, podia substituir o trabalho de “trinta homens e sessenta bois em vinte horas”, o que era economicamente viável, tendo em vista que, conforme explicou o empresário, uma máquina de ceifar de 40 mil cruzeiros custava “evidentemente muito menos que um mês de serviço de tantos braços e tantos bois”.

Não por acaso, em 1947 a Companhia possuía ...

nada menos que 23 tratores ‘Allis Chalmers’, 2 colhedoras mecânicas ‘Combine’ (os caboclos a conhecem como ‘colhe-tudo’), 8 semeadeiras “Allis Chalmers”, 6 tratores ‘International’, 25 arados ‘Allis Chalmers’, de 2 e 3 alvecas, 4 segadeiras mecânicas ‘International’, 1 misturadora de ensilagem ‘Letz’, 4 desintegradores de milho de 30 HP cada um, 1 ensiladeira de 20 HP movida a eletricidade para carregar os silos, e 2 picadeiras elétricas de cana de 10 HP (*O Jornal*, 16 ago. 1947, p. 2)

Até meados dos anos de 1960, a dependência de importação de máquinas agrícolas ainda era um empecilho substancial para a mecanização da lavoura brasileira (SILVA, J. G. 1998, p. 19). Apesar disso, Cícero da Silva Prado em dois anos quase dobrou sua frota de tratores,

subindo de 23 unidades em 1947 para 43 em 1949. No entanto, Prado se queixava do atraso do governo em lhe fornecer “cambiais para a importação de máquinas e peças” e da ausência de um mercado fornecedor interno; obstáculos que reprimiam a expansão e reparação de seu maquinário. Sublinhemos aqui as queixas relatadas pelo empresário ao jornal *Correio da Manhã*:

[...] há dez meses estou sem arado e duas lâminas, porque no nosso mercado não existe esse arado e a fiscalização bancária do Banco do Brasil não providenciou até agora para fornecer-me as necessárias cambiais pedidas no devido (*Correio da Manhã*, 1949, p. 3)

Foi somente a partir de meados da década de 1960 que a produção interna de tratores e máquinas agrícolas passou a suprir quase que por completo a demanda nacional e a estimular a inserção de artefatos industriais na agricultura brasileira¹⁸. Em termos gerais, a substituição de instrumentos agrícolas rudimentares, isto é, aqueles fabricados dentro do próprio contexto rural, por máquinas industrializadas importadas, fazia parte de um processo de modernização da agricultura brasileira¹⁹, que vinha ocorrendo muito modestamente desde o pós guerra mas que, a partir da consolidação da indústria de base no país, tomou impulso mais expressivo²⁰.

Para se ter ideia, o número de tratores utilizados na agricultura entre 1940 e 1950 foi de 3.380 para 8.372; enquanto que na década seguinte, esse número subiu para 61.345 unidades, chegando a atingir 104.525 unidades ao final da década de 1960 e 157.243 nos dez anos subsequentes (SILVA, J. G. 1981, p. 18 e 21). Infelizmente, a partir de 1950, as fontes sobre o setor agrícola da Companhia são praticamente inexistentes, o que dificulta nossa análise e nos impossibilita de, entre outros aspectos, relacionar o volume de produção da empresa e sua composição patrimonial justamente nesse momento de modernização e mecanização da lavoura brasileira. Os poucos registros sobre o período tratam da questão do eucalipto, que esteve ligado à produção de celulose, assunto do qual trataremos mais adiante.

¹⁸ De acordo com José Graziano da Silva (1998, p. 21), em 1964, 95% dos tratores incorporados na agricultura brasileira eram oriundos da indústria nacional.

¹⁹ Essa modernização implicava não apenas a utilização de maquinário agrícola industrializado como também o uso e desenvolvimento de insumos químicos e biológicos, tais como fertilizantes, adubos, pesticidas e outros. José Graziano da Silva (1981, p. 19) explica que, no âmbito da agricultura, o termo “modernização” pode ser compreendido tanto como as “transformações capitalistas na base técnica da produção” quanto “a passagem de uma agricultura ‘natural’ para uma que usa insumos fabricados industrialmente”. No texto em questão, o autor utiliza o termo para “designar o processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade”.

²⁰ Conforme já destacamos, no estado de São Paulo alguns projetos modernizadores já vinham sendo aplicados desde os primeiros anos do século XX.

1.4. “O cultivo do arroz trouxe novos horizontes”²¹: a fábrica de papel e outros empreendimentos

Quase duas décadas após aquisição da Fazenda Coruputuba, Cícero da Silva Prado fundou a Companhia Agrícola e Industrial Coruputuba em 28 de junho de 1929²². A primeira diretoria eleita era composta por Cícero da Silva Prado, Paulo Guzzo, Alberto Simi e Olegário de Almeida. E o Conselho Fiscal, por Jorge Alves de Lima, Pedro Luiz Pereira de Souza e Ruy Prado Mendonça. De acordo com a escritura de constituição da empresa, seu capital era de 3.000:000\$00, correspondente às propriedades adquiridas posteriormente, entre as quais faziam parte, além da Fazenda Coruputuba, a Fazenda Albertina, a Fazenda Santa Cecília e a Fazenda Vaticano²³.

A Fazenda Coruputuba, constituída por uma área total de 1.028 alqueires, dividia-se em uma seção industrial e outra agrícola. Na parte industrial, a Fábrica Coruputuba reunia um complexo de máquinas movidas a eletricidade que eram utilizadas na fabricação de papel e papelão, instaladas em um grande edifício de tijolos cobertos por telhas francesas. A parte agrícola contava com residências construídas exclusivamente para abrigar os trabalhadores da fábrica, colonos e “camaradas”; as demais instalações, necessárias ao trabalho rural, como tulha, paióis e cocheiras, eram reservadas ao armazenamentos de cereais e para abrigar animais. Havia ainda uma máquina para beneficiar arroz, carroças, “animais de custeio” e instrumentos utilizados na lavoura.

Com aproximadamente 300 alqueires contíguos à Fazenda Coruputuba, a Fazenda Albertina, com exceção da seção industrial, continha benfeitorias da mesma natureza que aquela, como casas de moradia, paióis, tulhas, veículos, instrumentos agrícolas e animais. Ainda pertencente à Companhia de Cícero da Silva Prado, uma outra propriedade, a Fazenda Santa Cecília, era composta por três glebas separadas que totalizavam 201 alqueires, também incluía uma tulha grande e uma residência. Uma das glebas era margeada pelos rios Paraíba do Sul e Piracuama, as outras duas, pela Estrada de Ferro Campos do Jordão, sendo uma delas também delimitada pelo rio Paraíba.

²¹ Extraído de ALMEIDA, 1957, p. 72.

²² A oficialização da companhia iria ocorrer em 22 de junho daquele ano, porém foi adiada porque faltava o laudo de avaliação de bens, que foi aprovado cinco dias depois (cf. Escritura da Companhia).

²³ Os valores das propriedades estavam discriminados da seguinte forma: 2.230:000\$000 da Fazenda Coruputuba; 150:00\$000, Fazenda Albertina; 120:000\$000, Fazenda Santa Cecília; por fim, 500:000\$000, Fazenda Vaticano.

Por fim, a Fazenda Vaticano, que, diferente das demais, localizava-se em São Luiz do Paraitinga²⁴, fora adquirida por conta de uma “usina hidrelétrica de pequeno potência”, de onde era gerada a energia elétrica distribuída para a fábrica, residências e demais dependências da Fazenda Coruputuba.

Além das propriedades mencionadas, havia ainda a Fazenda Sapucaia, que também localizava-se em Pindamonhangaba, porém, apesar de ter sido adquirida por Cícero da Silva Prado em 1918, ou seja, anteriormente à constituição da empresa, curiosamente não fez parte do capital de abertura da Companhia. De acordo com o livro *Coruputuba 1911 – 1968: 57 anos de glórias e realizações*, essa fazenda era composta por outras quatro propriedades, sendo elas a Fazenda Brejão, Fazenda Aguada, Fazenda Tetequera e Fazenda Baronesa, que somadas tinham uma extensão de 3.000 alqueires (ver **Figura 1**). O livro menciona ainda a Fazenda Campista e Serrano, localizada em Campos do Jordão (SP), “onde existia uma plantação de pinho”, cuja madeira extraída, mais tarde foi aproveitada na fabricação do papel e da celulose. No total, todas as propriedades juntas compreendiam mais de 5.000 alqueires de terras (COMPANHIA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL CÍCERO PRADO, 1968, p. 3).

A sede da Companhia estava situada na Fazenda Coruputuba, talvez por essa razão, essa era considerada a fazenda mais moderna, não apenas entre as propriedades da empresa, como também quando comparada às de outras localidades. Pelos mais variados aspectos, Coruputuba despertava a admiração dos visitantes; por suas belezas naturais, com lagos, bosques, árvores frutíferas; por sua infraestrutura física, com instalações consideradas sofisticadas para a época; pelo nível de modernização industrial, organização e maquinários da fábrica ou pela quantidade expressiva e qualidade técnica dos trabalhadores.

Um correspondente do jornal *Correio Paulistano*, que em 1928 voltava à capital paulista após um passeio à Fazenda Coruputuba, dizia-se maravilhado com o lugar e demonstrava especial admiração pelos “moldes tão modernos e tão eficientes de trabalho” adotados por Cícero da Silva Prado e pelo alto desempenho dos trabalhadores da fábrica, que, na sua concepção, afirmava a “capacidade do operariado brasileiro”, descrito por ele como sendo “susceptível de rendimento técnico o mais variado”. Além disso, relatou ter conhecido um técnico de origem alemã, responsável pelo maquinário, que lhe confessou, “maravilhado, seu espanto diante da inteligência dócil do operariado nacional”. O visitante ainda destacou a maturidade profissional de um trabalhador adolescente: um rapaz de 17 anos, ao qual se podia

²⁴ São Luiz do Paraitinga está distante de Pindamonhangaba aproximadamente 63 km.

confiar “a vigilância técnica de toda uma divisão de máquinas” (*Correio Paulistano*, 16 nov. 1928, p. 2).

Por fim, o visitante expressou sua admiração dizendo: “Coruputuba, sobre ser uma expressão magnífica de trabalho e organização – é um desses recantos privilegiados pela beleza e pela hospitalidade desse grande senhor que é Cícero Prado”. Cumpre observar que os comentários do articulista evidenciam uma concepção do trabalho como elemento regulador e civilizador da classe trabalhadora; que se deixar perceber em falas como “capacidade do operariado” ou “inteligência dócil”. Por essa concepção, procurava-se criar um trabalhador obediente e produtivo e, ao mesmo tempo, legitimar a autoridade do patrão.

Em outro periódico, podemos observar as impressões de mais um visitante, que deixou suas considerações registradas na imprensa carioca em 1929. Tratava-se de um escritor que passara quinze dias hospedado na propriedade de Cícero da Silva Prado; deslumbrado, fez a seguinte descrição:

A fazenda é moderníssima. A última palavra em fazenda paulista. Tem um “bungalow”. Tem poltronas mais macias que as do Palace. Tem victrola, Tem bibliotheca. Tem adega com os produtos mais finos de Burgonha. Tem geladeira. Tem piscina e curtis de tennis. (*A Crítica*, 1929, p. 3)

O visitante, impressionado com o maquinário da fábrica, fez uma breve descrição do processo de fabricação do papel; deu destaque à plantação de arroz, que considerou a maior do Estado de São Paulo. Encantado com o tratamento zeloso que estava recebendo, principalmente pelas saborosas refeições as quais lhe eram servidas, procurou tecer elogios à cozinheira; e em meio a comentários (quase nada) lisonjeiros, lançou um que nos chama atenção, mas que talvez não causasse estranheza na sua época: “uma cozinheira genial, que fez com que eu me reconciasse com a gente de cor.” Vemos nesse comentário a presença de um racismo velado, que revela a permanência de relações sociais baseadas na cor da pele, herança do período escravocrata; e põe o mito da democracia racial.

Em grande medida o prestígio da Companhia Agrícola e Industrial Coruputuba, juntamente com a Fazenda Coruputuba, se dava por conta da seção industrial que Cícero da Silva Prado estabeleceu na fazenda em 1923, quando instalou a primeira máquina para fabricação de papelão. Essa máquina, denominada de “máquina 1 primitiva”, tinha características bem rudimentares e exigia uma quantidade de trabalhadores muito superior ao número de operários necessários ao maquinário que mais tarde foi adquirido pela empresa. Ao todo, 5 operários se dedicavam a sua operação e outros 25 eram responsáveis pelo acabamento

do papelão. Formavam-se duas turmas que trabalhavam 8 horas por dia²⁵. Algum tempo depois ela passou por uma modificação e passou a ser operada por apenas 7 trabalhadores²⁶.

Em abril de 1925 a fábrica de papelão já constava na lista de coleta de “imposto de comercio e indústria” de Pindamonhangaba, ao lado de outros estabelecimentos fabris e comerciais, incluindo uma “fábrica de amido”, registrada no nome de Francesco Matarazzo. Um documento que traz a data daquele mesmo ano nos leva a deduzir que o empresário pretendia, por alguma razão, transferir a fábrica para fora da fazenda, ou instalar uma nova unidade em outra localidade da cidade.

Por meio de um ofício, Cícero da Silva Prado fez um pedido à Câmara Municipal de Pindamonhangaba, para que lhe fosse concedido um terreno, o qual já havia escolhido²⁷, para que ali pudesse montar uma “fábrica de papeis e papelão”, ao passo que aproveitou para pedir isenção de impostos pelo prazo de dez anos. Por fim, o empresário alegou que tal empreendimento traria “bom melhoramento” para a cidade, e por isso esperava ser atendido²⁸.

Após três anos de funcionamento da primeira máquina, a aquisição de um novo maquinário proporcionou um impulso significativo à fábrica. Em 1926, Cícero da Silva Prado adquiriu a “Maquina nº 2”. Esta, mais sofisticada, dividia-se em duas mesas, uma “plana”, que produzia cartolinas com gramatura de 170 a 800 gramas por m², e outra “redonda”, cuja produção se voltava a cartolinas com gramatura de 50 a 150 gramas por m². Diferente da primeira em muitos aspectos, era operada por apenas cinco homens por turno, numa produção constante que durava 24 horas por dia, divididas em três turnos de 8 horas cada. Além disso,

²⁵ Para compreendermos melhor como se processava o trabalho de fabricação do papelão nesse maquinário, convém observarmos a descrição a seguir: “Colocava-se a matéria prima nos globos, que era a palha do arroz, à qual se adicionava cal virgem e soda cáustica. Os globos faziam o serviço giratório, misturando os ingredientes, e assim produzia uma massa que era o produto dessa mistura. Quando já estava essa massa na condição exata no teor do aquecimento, abria-se um tampão no bolidor e a massa era descarregada em um carrinho. [...] a massa obtida e já cozida era transportada para a seção de refilo, passando por um refinagem, e daí seguia para a Holandesa que dava um grau de moagem, descascava a massa no tanque da máquina para fabricar o papelão de diversas espessuras, [...] o mais fino era de número 1 e seguia em ordem crescente até o número 8 que era mais grosso e pesado. O papelão aquecido saía da máquina em folhas úmidas, pois era prensado, e colocado [sic] as folhas até 1,50 mts de altura e daí transportadas para o Prado, que era um gramado especial para as folhas serem secas no sol.” Ainda de acordo com a descrição, a “Holandesa”, maquinário acima mencionado, era “um tanque montado para acolher até 300 quilos de massa [...]” (COMPANHIA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL CÍCERO PRADO, 1968, p. 5).

²⁶ Essa modificação diz respeito ao processo de secagem, que passou a ser feito por uma esteira secada a vapor. (COMPANHIA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL CÍCERO PRADO, 1968, p. 9)

²⁷ O documento menciona um terreno onde estava situado o prédio do “Isolamento”, imóvel este que se encontrava “completamente em ruínas”. Provavelmente tratava-se do Hospital do Isolamento, que ficava no perímetro urbano da cidade (Ofício – Câmara Municipal de Pindamonhangaba, 12 maio 1925).

²⁸ Idem.

utilizava a celulose como matéria prima, que era importada de países europeus, como Suécia, Noruega e Finlândia. Ao todo, a “Máquina nº 2” produzia 18 toneladas de cartolina por dia.

Em 1929, outra máquina foi montada na fábrica. Tratava-se da “Máquina nº 3”, que fabricava papel seda e papel carbono, com gramaturas que variavam de 20 a 22 gramas por m², no caso da mais fina, e as espessuras mais grossas chegavam até 110 gramas por m². Para seu funcionamento, precisava de um número de trabalhadores ainda mais reduzido em comparação à anterior, exigindo apenas 4 operários. Do mesmo modo que a “Máquina nº 2”, rodava por 24 horas diárias e ao longo desse tempo produzia 7 mil quilos de papel.

Como podemos ver, em seis anos de funcionamento a fábrica de papel Coruputuba expandiu seu maquinário, conseqüentemente ampliou seu número de trabalhadores, com acréscimo de um turno de trabalho; diversificou seu rol de produtos, oferecendo, além do papelão, papéis de diferentes segmentos²⁹; e, o que é mais expressivo, aumentou exponencialmente sua capacidade produtiva. A fim de que não restrinjamos a expansão da fábrica Coruputuba somente às ações isoladas de Cícero da Silva Prado, convém observarmos o desenvolvimento da indústria de papel em termos mais amplos.

Em 1934, um artigo publicano no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, intitulado “A questão da celulose no Brasil” (*Jornal do Comercio*, 30 dez. 1934, p.8), trazia uma discussão acerca da possibilidade de se produzir matéria prima em território nacional para atender à demanda das indústrias de papel do país. Para se ter noção do ritmo de ascensão desse ramo, basta observarmos o acirramento das importações de pasta de madeira e celulose no Brasil, que, de 9.089.881 quilos em 1920, subiram para 49.656.643 em 1929; um aumento de 4,5 vezes em relação aos resultados obtidos no final da década anterior. Em 1933, a importação atingiu a marca de 66.332.002 quilos³⁰.

Não por acaso, a questão da fabricação da celulose no país vinha sendo debatida e boa parte das empresas brasileiras ligadas ao setor já havia tomado as primeiras iniciativas nesse sentido. De acordo com uma exposição elaborada pela Federação dos Fabricantes de Papel, transcrita no referido artigo, algumas fábricas possuíam instalações completas que lhes permitiam produzir parte de sua própria matéria prima, ao passo que, em outras unidades fabris, essa necessidade logo seria suprida, considerando o plantio de pinheiros e eucaliptos em grande escala, já estabelecido havia algum tempo (*Jornal do Comercio*, 30 dez. 1934, p. 8).

²⁹ Os segmentos de papel eram: “papéis de imprimir e escrever, de embalagens (papelão ondulado e papel para sacos e sacolas), para fins sanitários, cartões e cartolinas e especiais. (SOTO, 1992, p. 59)

³⁰ Vale destacar que muito desse aumento de importação de matéria prima se deve à expansão da capacidade produtiva de algumas empresas, sobretudo a Klabin Irmãos & Cia (SOTO, F. 1992, p. 61).

Desse segundo grupo fazia parte a Companhia Agrícola e Industrial Coruputuba, que, segundo a Federação dos Fabricantes de Papel, em 1933, possuía 200.000 sementes e “64.136 pés de pinheiros e eucaliptos, com um e dois anos de idade”; estimava-se que, em menos de dois anos, a madeira extraída dessas árvores pudesse fornecer uma “apreciável percentagem de celulose”. Além disso, havia ainda a palha do arroz, da qual se produzia “anualmente mais de 1.000 toneladas de pasta”, que eram utilizadas na fábrica (*Jornal do Commercio*, 30 dez. 1934, p. 8).

A exposição acima mencionada é reveladora em muitos sentidos. Ela nos dá uma dimensão da expansão do setor papelero no Brasil a partir de 1920 e como vinha se processando a discussão acerca da produção da celulose no país. Da mesma maneira, nos permite ter uma noção da relevância da Companhia Agrícola e Industrial Coruputuba, ao menos até aquele momento, situada entre as principais empresas do ramo³¹.

Curiosamente, a Companhia de Cícero da Silva Prado fora constituída em um momento marcado por duas profundas crises que afetaram a economia nacional no final da década de 1920, a saber, a Grande Depressão, também conhecida como Crise de 1929, e a Crise do Café. Além do mais, a expansão do setor industrial papelero acabou por gerar uma crise de superprodução, reflexo do surgimento de “novas fábricas de papel” no início da mesma década e do aumento da “capacidade produtiva das já existentes”. Isso fez com que muitas das pequenas fábricas entrassem em falência ou fossem absorvidas pelas grandes empresas do ramo. Pelo mesmo motivo, estas passaram a atuar com uma produção mais reduzida (SOTO, F. 1992, p. 58).

No entanto, ao contrário do que parece, podemos presumir que foram justamente essas circunstâncias, a princípio adversas, que ofereceram condições favoráveis à expansão da fábrica de Cícero da Silva Prado. Antes de tudo, é necessário lembrar que, diferentemente dos demais fabricantes de papel³², o empresário mantinha em sua Companhia duas atividades econômicas que, embora estivessem em parte articuladas, possuíam grande autonomia entre si. Isso considerando somente as atividades restritas à Companhia Agrícola e Industrial Coruputuba e as existentes até a virada para a década de 1930.

³¹ Como, neste tópico, estamos fazendo uma análise histórica acerca do desenvolvimento da atividade industrial da Companhia, consideramos aqui, e nos parágrafos que se seguem, apenas a fábrica de papel e as atividades agrícolas vinculadas a ela.

³² Cícero da Silva Prado fugia ao padrão do industrial papelero. Boa parte dos fabricantes do ramo iniciaram seus negócios no comércio de papel, depois passaram para as atividades gráficas e finalmente para a fabricação de papel e celulose. (SOTO, F. 1992, p. 62).

Em um contexto mais abrangente, outro fator que pode ter contribuído no mesmo sentido está ligado ao prestígio de Cícero da Silva Prado perante a burguesia industrial dos anos de 1920 – para além do âmbito familiar – e a organização desse grupo, que, desde o início da década, vinha buscando ascender politicamente para se constituir enquanto poder político hegemônico. Conforme Margalho:

Nos anos 1920, podemos perceber a formação daquelas que dariam origem às associações de classe industrial. A formação de aparelhos privados de hegemonia como o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) e o Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ) representam uma fase expressiva na organização da burguesia industrial, no intuito de aumentar o seu raio de atuação política (MARGALHO, 2008, p. 34).

Em 1919, num cenário de disputa entre fabricantes de papel e importadores do mesmo produto³³, foi fundado o Centro dos Fabricantes do Papel, primeira associação de classe dos empresários do ramo papeleiro. Estes tinham como objetivo estancar o alto volume de importação de papel para que, deste modo, se fizesse promover a produção nacional. Conforme Fernando Soto (1992, p. 65), essa disputa “manifestava-se através de uma luta por influenciar o Estado na criação ou eliminação de tarifas alfandegárias e de proteção do mercado interno”. Quatro anos depois, a mesma organização passou a ser denominada Centro dos Fabricantes Nacionais do Papel, o que denota uma característica territorial mais abrangente (MARGALHO, 2008, p. 166).

Com a fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), em 1928, os industriais em geral passaram a ter um interlocutor exclusivo para levar suas reivindicações ao Estado. Aliás, na fundação da entidade, os empresários do ramo papeleiro tiveram presença mais vultosa que os demais. Segundo Fernando Soto (1992, p. 65), “das dez empresas fundadoras do CIESP, cinco pertenciam à indústria do papel”. Cumpre observar que, nessas organizações, grandes nomes da indústria nacional ocuparam cargos de direção, tais como Wolff Klabin, Horácio Lafer, Francesco Matarazzo, Robert Simonsen, Jorge Street, entre outros (MARGALHO, 2008; SOTO, F. 1992).

No ano de 1932, o Centro dos Fabricantes Nacionais de Papel passou a se chamar Federação dos Fabricantes de Papel, com sede no Rio de Janeiro. E com esta denominação teve Cícero da Silva Prado como seu primeiro presidente (MARGALHO, 2008, p. 116). Nesse sentido, a Federação se constituía como uma importante plataforma política dos industriais do segmento

³³ No geral, “comerciantes e indústria gráfica” (SOTO, F. 1992, p. 65).

papeleiro, onde se reuniam em torno de um interesse comum: a proteção e “[...] emancipação da indústria nacional de papel” (SOTO, F. 1992, p. 73).

Portanto, tendo lançado mão da fabricação de papel a partir de 1923, em pouco menos de uma década Cícero da Silva Prado conseguiu ocupar um posto de destaque entre os membros do mesmo ramo industrial. Além disso, ao fazer parte daquela organização, direta ou indiretamente, podia obter alguns privilégios, provenientes da sua estreita relação com a elite industrial e da atuação desta junto ao aparelho do Estado. De acordo Fernando Soto (1992, p. 73), “em geral, as políticas orientadas à proteção da indústria nacional foram sempre acompanhadas com medidas de proteção aos seus líderes empresariais”.

Nessa direção, atendendo às reivindicações dos industriais sob o argumento da crise da superprodução, o Governo Provisório de Getúlio Vargas instituiu o decreto 19.739, de 7 de março de 1931, que proibiu a importação de máquinas para a instalação de novas fábricas dos setores em situação de superprodução. Entretanto, permitiu que os estabelecimentos fabris já existentes fossem ampliados. Esse decreto perdurou até 1937.

Para além das políticas protecionistas mais gerais, o Governo implementou também políticas específicas para a indústria do papel com o intuito de estimular a produção de celulose no país. Deste modo, em 1933, “[...] concedeu isenção de impostos de importação e taxas alfandegárias às máquinas, acessórios e todos os insumos necessários para as empresas organizadas com o fim de produzir celulose” (SOTO, 1992, p. 74).

Em 1935, Cícero da Silva Prado adquiriu novo maquinário para sua fábrica. A “Máquina 4”, como era chamada, produzia os mais variados tipos de papel, tais como “papel fosco, papel cristal super calandrado, pirelli, pergaminho, super bond e coru-bond”. Funcionando num período de 24 horas/dia, assim como as demais máquinas, divididas em 3 turnos de 8 horas, sua produção chegava de 10 a 30 toneladas, a depender da gramatura. Ao todo, a máquina exigia 5 operários por turno (COMPANHIA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL CÍCERO PRADO, 1968, p. 9).

Em termos de volume de produção, a máquina seguinte superou todas as anteriores. Com produção de 170 toneladas em 24 horas/dia de funcionamento, a “Máquina 5”, instalada em 1939, era utilizada na fabricação de cartolina duplex, cartolina para confeitaria, entre outros, e embalagens para as marcas Maizena, Kodak, Kolynos e Chiclete (COMPANHIA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL CÍCERO PRADO, 1968, p. 9).

O processo de fabricação do papel em Coruputuba era amplo e não se limitava às máquinas mencionadas. Nesse sentido, no chão da fábrica havia também o maquinário responsável pelo acabamento do produto. Com essa finalidade, existiam as calandras, que

funcionavam em três turnos de 8 horas/dia e eram operadas por 3 homens por turno; as rebobinadeiras, que exigiam apenas 2 trabalhadores por turno e também funcionavam por 24 horas/dia, e por fim as cortadeiras, que para sua operação contavam com 8 trabalhadores divididos em dois turnos de 8 horas/dia, ou seja, diferente das demais, essas máquinas trabalhavam por 16 horas diárias (COMPANHIA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL CÍCERO PRADO, 1968, p. 9).

Ainda na década de 1930, sob os domínios da Companhia Agrícola e Industrial Coruputuba, foi fundada a Cachaça Sapucaia, em 1933. A denominação fazia referência à Fazenda Sapucaia, onde havia uma plantação de cana de açúcar da qual Cícero da Silva Prado inicialmente experimentou produzir celulose a partir do bagaço. Dado o insucesso da experiência, o empresário montou uma destilaria e “aproveitou a cana para a fabricação de aguardente” com vistas ao mercado exterior. Com o passar dos anos a comercialização da Cachaça Sapucaia tornou-se um negócio tão importante para a empresa quanto a fabricação de papel. Não obstante, na década de 1980 a destilaria foi vendida³⁴.

Em 1937, a pedido de Cícero da Silva Prado, foi feito um ramal ferroviário ligando a unidade fabril da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado à Estrada de Ferro Central do Brasil. No local de conexão das duas linhas férreas foi construída uma pequena estação, que foi denominada de Estação Coruputuba. Dessa estação, os vagões eram levados até a fábrica para serem carregados com a produção e depois despachados para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Inicialmente, antes desse ramal, este transporte era feito por carros com tração animal e caminhões, que transportavam toda a produção para a Estação Moreira César para de lá seguir aos grandes centros consumidores.

Observada a evolução da empresa e suas inovações, tais como a ampliação do setor fabril, a expansão da exploração do pinho e do eucalipto, a produção da cachaça e a conexão com a linha ferroviária, podemos considerar a década de 1930 como o período máximo de expansão e consolidação da Companhia de Cícero da Silva Prado. Depois de uma década e meia, outro passo foi dado.

O silenciamento na imprensa e nos textos memorialistas sugere que durante os anos de 1940 e a primeira metade da década de 1950 o setor industrial da Companhia não tenha apresentado grandes transformações. Talvez as maiores novidades tenham ocorrido somente a partir de 1955 (*Diário de Pernambuco*, 16 fev. 1966, p. 5), quando a empresa deu início à instalação de uma fábrica de celulose em Coruputuba e a partir de 1961 passou a produzir

³⁴ História da Cachaça Sapucaia, s/d. In: <http://www.cachacasapucaia.com.br/?p=161>. Acesso em 16 jan. 2019.

integralmente sua própria matéria prima. Esperava-se que a produção anual de celulose saltasse de 1,5 mil toneladas para 18 mil toneladas (*Última Hora*, 26 mar. 1960, p. 5).

Essa ampliação oferecia dupla vantagem: ampliava o ramo de atuação da empresa com a comercialização do produto para outras fábricas do mesmo segmento e a tornava menos dependente da importação de celulose, que era de 70% na década de 1950 e seu valor no final da mesma década representava cerca de 45% do valor total da produção de papel. (*O Observador Econômico e Financeiro*, 1959, p. 47).

Como já dissemos, as primeiras experiências na fabricação de celulose em território nacional começaram a ser esboçadas nos anos de 1930. Porém, sua consolidação só ocorreu nas décadas que se seguiram, com os sucessos alcançados a partir da utilização do pinheiro e do eucalipto. Em 1946 o Grupo Klabin iniciou sua produção de celulose de fibra longa com a polpa do pinheiro e com isso concretizou a “possibilidade das matérias-primas (madeira, celulose e pastas) deixarem de ser importadas, para serem exploradas e produzidas pelas próprias empresas” (SANTOS, 2012, p. 131). A outra grande inovação ocorreu em 1955, quando, em fase experimental, a Companhia Suzano deu início à produção de celulose de fibra curta extraída do eucalipto. Por oferecer ótimos rendimentos, esta foi aos poucos conquistando espaço e tornou-se a principal matéria prima para produção de papéis com gramaturas mais leves e finos³⁵.

Sem dúvida, os bons resultados obtidos com o pinheiro, e posteriormente com o eucalipto, foram um dos fatores que favoreceram a inserção e a atuação da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado no ramo de produção da celulose, visto que, praticamente desde sua constituição, a empresa cultivava ambas as espécies em larga escala, as quais eram utilizadas como lenha para as caldeiras da fábrica. Em meados da década de 1960, sua plantação de mudas de *pinus* correspondia a 1,2 milhão por ano e seus 6 milhões de eucaliptos representavam uma produção de 120 toneladas de papel (*Jornal do Brasil*, 1965, p. 14).

Avaliando a indústria da celulose dos anos de 1960, Fernando Soto (1992, p. 82) conclui que o panorama nacional era caracterizado por “um pequeno grupo de grandes empresas

³⁵ Conforme Santos (2012, p. 31), “a celulose pode ser dividida em duas categorias, de acordo com o tipo de madeiras utilizadas em sua produção: são elas celulose de fibra longa e celulose de fibra curta. Celulose de Fibra Longa: este é o tipo de celulose produzido com fibras vegetais maiores de 2 milímetros de comprimento. Em decorrência desta característica da matéria-prima, resultam papéis mais resistentes, utilizados para embalagens e papelões. A principal fibra vegetal é proveniente de árvores coníferas, como o *pinus*. Celulose de fibra curta: trata-se da celulose produzida a partir de fibras vegetais com comprimento entre 1 e 2 milímetros. O menor comprimento das fibras proporciona a produção de papéis mais flexíveis, finos e sensíveis ao toque, como papéis para fins sanitários, papéis para impressão e escrita. A atual matéria-prima utilizada para a produção de tal celulose é proveniente de árvores folhosas, especialmente o eucalipto”.

liderando mercados oligopólicos” e que “das 63 fábricas de celulose e pastas existentes em 1967, apenas seis tinham uma capacidade instalada superior às 100 t/dia, concentrando 56% da capacidade desse parque industrial.” Diante do cenário apresentado pelo autor, é difícil medir qual era o porte da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado, uma vez que não conseguimos identificar sua capacidade de produção. As fontes que temos em mãos sobre o período não trazem tais informações, com exceção de apenas uma que, por outro lado, está bem confusa.

Em *Coruputuba 1911- 1968: 57 anos de glórias e realizações* (1968, p. 10) temos um dado que informa que inicialmente a produção mensal de celulose da empresa era 900 toneladas por mês e que “depois passou-se sem a fase do branqueamento³⁶ a 3.200 toneladas, ou seja, 300 toneladas em 24 horas”. Porém, a conclusão que o texto traz é equivocada. Para tanto, devemos observar o seguinte: para que fosse produzida a quantidade diária de celulose conforme informado, seria necessário uma produção mensal de 9.000 toneladas, ou seja, quantia que não corresponde a nenhum dos valores apresentados referentes à produção mensal.

Ainda sobre os anos de 1960, é preciso destacar que não só a ampliação da fábrica com o advento da produção da celulose marcou aquela década. Ela inaugura também uma outra etapa na história da Companhia, que passou a ser presidida por Maria Cecília da Silva Prado, filha caçula de Cícero da Silva Prado, que veio a falecer em maio de 1968. Parte dos antigos funcionários atribui a esse momento, a morte de Prado, o declínio da empresa, questão que será tratada com mais cuidado no terceiro capítulo.

Não sabemos dizer se ou até que ponto o falecimento do fundador da Companhia – que durante muito tempo carregou seu nome – impactou negativamente no seu desdobramento. Em 1970, iniciou-se a construção de mais uma fábrica de celulose, para a qual esperava-se contratar 150 trabalhadores e uma produção de 110 toneladas diárias de celulose. Essa expansão indica que, pelo menos naquele momento, havia um certo grau de disposição e confiança. Porém, logo a empresa sofreu algumas alterações que transformaram sua estrutura.

Em 1976, se desvincilhou das atividades agrícolas, passando a se chamar Cícero Prado Celulose e Papel S.A. E depois de 71 anos desde sua fundação deixou de pertencer à família de Cícero da Silva Prado, quando seu “controle acionário foi transferido para o Grupo De Zorzi” em 1982, alterando sua denominação para De Zorzi de Papéis. Finalmente, em 1992, recebeu a

³⁶ Tratava-se do estágio de branqueamento, contudo, o texto não traz explicações sobre as causas pelas quais essa fase foi eliminada do processo de produção (COMPANHIA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL CÍCERO PRADO, 1968, p. 10)

denominação de Nobrecel S.A. Celulose e Papel e em meados da década de 2000 encerrou definitivamente suas atividades (SANTOS, 2012, p. 305-307).

Capítulo 2

CORUPUTUBA E CÍCERO PRADO PELO OLHAR DA IMPRENSA E DA LITERATURA LOCAL

No seu período de funcionamento, a Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado e a Fazenda Coruputuba despertaram a atenção de indivíduos que deixaram suas impressões registradas entre as páginas de periódicos da cidade, e em alguns momentos foram também alvo da percepção de poetas e escritores que viveram no local. Neste capítulo discutiremos como esses registros ajudaram a construir uma imagem de Cícero da Silva Prado como modelo de empresário ideal. Para tanto analisamos os momentos em que Coruputuba foi retratada pela imprensa e pela literatura local, procurando compreender seus significados para aqueles que faziam parte das esferas mais intelectualizadas da cidade.

Ao longo desta reflexão será também incorporado o material que a própria Companhia produziu, bem como trechos de entrevistas realizadas com antigos moradores de Coruputuba. Entretanto, neste momento nossa preocupação, para com esta última, é de apenas fazer um rápido paralelo daquilo extraímos das fontes escritas com aquilo que é narrado por nossos entrevistados. Essa articulação contribuirá para que no capítulo seguinte possamos identificar em que medida os elementos presentes nas representações difundidas pelos escritos se mantêm “vivos” na memória dos antigos moradores.

No dia 26 de outubro de 2016, o jornal pindamonhangabense *Tribuna do Norte* publicou uma matéria com o título “Semana do nascimento de Cícero Prado” (FERNANDES, *Tribuna do Norte*, 26 out. 2016, p. 6), na qual tece algumas considerações sobre a trajetória de vida do empresário na cidade, destacando, sobretudo, sua colaboração junto à administração municipal. No ano seguinte, no dia 17 de outubro, o mesmo jornal trouxe uma coluna na qual reiterava os pontos colocados anteriormente, porém desta vez com mais robustez. Em 2015, o destaque foi dado a Maria do Carmo dos Santos Gomes, antiga moradora de Coruputuba que em entrevista

ao jornal lembrou os tempos vividos naquele “pedacinho do céu” (FERNANDES, *Tribuna do Norte*, 3 jun. 2015, p. 7).

Considerando o jornal como um difusor de informação, de ideias, de visões diversificadas do cotidiano, que no transcurso do tempo, ao preservar tais elementos, passa a nos fornecer um somatório de interpretações de mundo, gestadas em um dado momento do passado, é muito tranquilo admitirmos que esse material de imprensa é um instrumento profícuo de produção de memórias – e neste caso nos é possível pensá-lo também como um artefato de continuidades.

E é justamente por isso que no trato para com a memória e a história concordamos com o Grupo Memória Popular, quando diz que

Devemos incluir todas as maneiras pelas quais um sentido do passado é construído em nossa sociedade. Isto não toma, necessariamente, uma forma escrita ou literária. Muito menos se enquadra em padrões acadêmicos de conhecimento ou em cânones de veracidade (GRUPO MEMÓRIA POPULAR, 2004, p. 283)³⁷.

2.1. A dupla face do progresso

Entre as décadas de 1940 e 1960, a Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado se configurava como a maior empresa de Pindamonhangaba, pelo menos em termos de mão de obra. Para ser ter uma ideia, em 1948, estimava-se que ela empregava um total de 1100 funcionários, dos quais 800 trabalhavam na fábrica de papel, número que correspondia quase que à totalidade de operários do município naquela década, calculado em 861 em 1940 e 899 em 1950. Os demais eram trabalhadores ligados ao setor agrícola.

Grande parte dos funcionários residiam nas moradias localizadas na Fazenda Coruputuba, que possuía aproximadamente 500 residências, distribuídas em pequenas vilas de 25 e 30 casas, espalhadas por toda a extensão da fazenda: vila Palha, vila Baderna, vila Tupi, vila Guarani, vila Aimoré, vila Tanque, eram algumas delas. Ao todo, esse complexo residencial abrigava 3500 pessoas.

³⁷ O Grupo Memória Popular (*Popular Memory Group*) era composto por pesquisadores ingleses entre as décadas de 1970 e 1980. Originalmente o texto citado foi escrito por Richard Johnson e Graham Dawson, membros do grupo, e publicado na obra *The Oral History Reader*, organizada por Alistair Thomson e Robert Perks (2003, p. 75-87). No Brasil, o mesmo texto foi publicado em *Muitas memórias, outras histórias* (2004), coletânea organizada por Déa Fenelon, Laura Antunes Maciel, Paulo Roberto de Almeida e Yara Aun Khoury.

Além das moradias, Coruputuba contava com um cinema, escola, clube, campo de futebol, farmácia, padaria, armazéns, bar, sorveteria, barbearia, sapataria, igreja, ambulatório médico e estação ferroviária³⁸. Havia ainda um total de 100 residências localizadas na Fazenda Sapucaia³⁹ que, assim como a Fazenda Coruputuba, contava com luz elétrica, igreja, escola, clube e moradias para os trabalhadores.

Para se ter ideia de quão populosa era a fazenda, um documento datado em 30 de junho de 1943 traz uma relação de 307 famílias, num total de 1.272 pessoas⁴⁰. De acordo com o Sr. Zacarias, um dos nossos entrevistados que viveu nessa fazenda durante a década de 1960, em sua época a fazenda “[...] tinha mais de 500 casas... tinha mais de três mil funcionários”⁴¹.

É difícil dizer quando as primeiras casas começaram a ser construídas, assim como, não conseguimos explicar se elas foram erguidas em virtude de necessidades imediatas ou graduais. Entretanto, o contexto histórico da região do Vale do Paraíba nos primeiros anos do século XX nos leva a crer que elas tenham sido pensadas como forma de atrair trabalhadores e fixá-los à terra – uma das preocupações de fazendeiros da região que, após o fim da escravidão, viram boa parte de sua mão de obra se deslocar para outras localidades ou fazendas.

A Lei Áurea permitiu ao então liberto, assim como já ocorria com o trabalhador livre, gozar de uma autonomia que antes não tivera; pelas mais variadas motivações, podia migrar para regiões mais afastadas, estabelecer vínculo de trabalho em outras fazendas ou até mesmo trocar a vida no campo pela vida nas cidades. Nesse sentido, mais do que perder braços dos quais tanto dependia, especialmente em períodos de colheita, o fazendeiro passava a perder também o controle sobre a mobilidade de sua mão de obra⁴².

Estudando as “estratégias de interação, de resistência, formas de poder e mecanismos de controle” em Taubaté, entre 1860 e 1934, Maria Cristina Martínez Soto explica que essa situação “forçou algumas concessões” por parte dos proprietários de terra. Entre elas, a disponibilização de casas e de pequenas áreas para o cultivo de lavouras de subsistência (SOTO,

³⁸ Os dados referentes ao número de trabalhadores da Companhia foram retirados de um documento intitulado HISTÓRICO da Fazenda Coruputuba, 1948, s/n; documento salvaguardado no arquivo municipal da cidade. Quanto aos números do operariado de Pindamonhangaba em 1940 e 1950, ver MULLER, 1969, p. 86.

³⁹ HISTÓRICO da Fazenda Coruputuba, *idem*.

⁴⁰ Relação dos moradores da Fazenda Sapucaia em 30 de junho de 1943. Arquivo Histórico Dr. Waldomiro de Abreu – Pindamonhangaba, SP.

⁴¹ José Zacarias Bento, antigo morador da Fazenda Sapucaia e ex-funcionário da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado (denominação adotada após 1936), 69 anos, aposentado. Entrevista concedida em 2 mar. 2018.

⁴² Soto (2000, p. 160) explica que fazendeiros eram “incapazes de lidar com o trabalho livre, de pagar por um trabalho do qual durante séculos haviam usufruído de graça, de admitir a liberdade de movimento dos que em tempos anteriores teriam permanecido toda sua vida na fazenda”.

2000, p. 162); atrativos que procuravam chamar atenção de trabalhadores ou conter a evasão dos já existentes. Vale ainda destacar que, além dos libertos, a mão de obra presente no Vale do Paraíba no início do século XX era composta por imigrantes e trabalhadores oriundos de outras regiões e estados, ou seja, indivíduos em trânsito ou recém chegados que, diante de boas oportunidades, poderiam se fixar ao local de trabalho

Até o final da década de 1960, a agricultura ocupava posição de destaque entre as principais atividades econômicas do município de Pindamonhangaba. Enquanto para alguns isso remetia aos tempos áureos da atividade cafeeira, para outros demonstrava o atraso do município em relação às demais cidades da região, que já começavam a ter na indústria sua principal base econômica⁴³.

Embora fossem duas visões diferentes, ambas pretendiam definir os pressupostos que poderiam conduzir a cidade ao progresso. Entre aqueles que acreditavam na agricultura como força motriz da economia pindamonhangabense, a expressão “Capital Agrícola do Vale do Paraíba”, estampada nos jornais da época, exprimia o pensamento de que os frutos do progresso da cidade poderiam ser colhidos com profundos investimentos no campo (SILVA, *Tribuna do Norte*, 30 abr. 1961, p. 1). O que, para os menos entusiastas, representava a síntese do pensamento atrasado de uma elite rural muito apegada ao passado e “refratária a mudanças” (ABREU, 1977, p. 401).

Apesar dessa dicotomia, Coruputuba despontava como o maior exemplo de progresso da cidade e Cícero da Silva Prado como o empresário ideal. Se por um lado a Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado era tida como um dos grandes destaques da expressão agrícola da cidade, por outro era considerada a maior representante do município, quando não a única, no processo de industrialização da região vale-paraibana. Assim, entre um município que se queria ancorado na agricultura e outro que precisava se industrializar, o empreendimento de Cícero da Silva Prado assumiu significados distintos para aqueles que na imprensa local externavam seus pensamentos.

Na verdade, o interesse maior era que o município superasse aquilo que consideravam um momento de estagnação econômica, que, conforme se pensava, teria atingido a cidade desde a derrocada da economia cafeeira em 1920. Na realidade, essa concepção de estagnação econômica era em parte fruto de uma visão sobre o Vale do Paraíba criada ainda nas primeiras

⁴³ É importante destacar que, a despeito de certo desenvolvimento industrial no começo do século XX, o município continuou economicamente dependente da agricultura até meados da década de 1970, quando aderiu ao Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba (CODIVAP) (TRAJANO, 2009, p. 170).

décadas do século XX, quando os latifúndios do café perderam sua produtividade. Sobre essa questão, Maria Cristina Martínez Soto (2000, p. 74) explica que “desse raciocínio se extrai uma visão dicotômica que opõe uma suposta época de esplendor, coincidindo com o máximo de produtividade, a uma posterior de decadência”.

Nesse ínterim, enquanto a lavoura começava a demonstrar sinais de seu vigor de outrora, reacendendo os ânimos da elite rural, as indústrias que se instalavam nas cidades vizinhas, ao mesmo tempo em que traziam esperanças renovadas aos adeptos da industrialização, atestavam o atraso de um município que se via essencialmente rural. Não é à toa que, naquele momento, qualquer novidade ou reação positiva na economia era traduzida como demonstração do progresso municipal; o que também não deixava de ser uma forma de maquiagem certos desencantos.

Em 1958, por exemplo, o jornal *7 Dias*, ao noticiar a instalação de uma estação de energia elétrica na cidade, a descreveu como mais uma “contribuição para o ininterrupto engrandecimento da incomparável e querida ‘Princesa do Norte’”. Para o autor da coluna, graças ao “indomável espírito caboclo” dos fazendeiros que se mantiveram firmes perante a crise, foi possível manter a cidade em “ritmo ascensional”. E o mesmo autor completou:

[...] e novas forças foram arregimentadas para manter a cidade em seu ritmo ascensional. Encontrou-se então, a formula salvadora, constituída pelo binômio lavoura-indústria. Sim, ao lado do solo benfazejo aliou-se a atividade trepidante das fábricas, graças ao novo poder energético que mobilizou todo o vale: a eletricidade (*7DIAS*, 12 out. 1958, p.3).

Em síntese, o que de fato importava era demonstrar que a cidade havia afastado de vez o perigo de ser confundida com uma “cidade morta” (LUCA, 2007; TOLEDO, 2008). Em consequência disso, o ideário de progresso surgiu como um denominador comum nos discursos estampados nos periódicos, onde diferentes colaboradores se esforçaram para dar provas de que esse progresso havia alcançado a cidade ou que pelo menos estava por chegar. Contudo, no jornal *Tribuna do Norte* os significados atribuídos a esse progresso sofreram variações no decorrer das décadas; sobretudo a partir de 1962, quando a Prefeitura Municipal adquiriu o periódico por doação, e na virada da década de 1960 para 1970, quando a industrialização se tornou o estandarte definitivo do progresso.

Entregue aos cuidados da Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba, o periódico passou a se ocupar, quase que exclusivamente, de assuntos relacionados ao poder público municipal, com destaque às atividades desenvolvidas pelos poderes executivo e legislativo. Muito embora esse tipo de conteúdo já estivesse bastante presente no periódico. Sem dúvida

esse vínculo estreito, entre imprensa e poder público, nos permite observar quais as inclinações e interesses dos governos vigentes.

Entre os anos de 1960 e 1963, datas que configuram o período do mandato do então Prefeito Manoel César Ribeiro, é notável o forte apelo que a *Tribuna do Norte* faz ao setor rural, defendido como o principal meio de colocar a cidade nos trilhos do progresso. Ao passo que o jornal destacava uma série de obras realizadas por Manoel César Ribeiro junto ao meio rural, procurava legitimar a compreensão de que o progresso seria alcançado à luz do desenvolvimento do campo e com isso justificar suas ações políticas.

[...] não é sem motivo que muitos hão de interrogar qual seria a razão do progresso tão significativo alcançado em apenas onze anos? Nós não temos receio de afirmar que isso se deve ao espírito ruralista que orientou a organização política local (SILVA, *Tribuna do Norte*, 30 abr. 1961, p. 1).

O excerto acima faz parte de uma coluna assinada pelo vereador e então diretor do jornal Ângelo Paz da Silva, na qual faz um panorama do trabalho desenvolvido por Manoel César Ribeiro, por ele julgado como “relevantes serviços prestados à população”. Em síntese, seu discurso gira em prol da manutenção da economia agrícola, que do seu ponto de vista seria a grande responsável pelo crescimento da cidade. Em um outro trecho do texto, Silva explica que a agricultura seria uma saída encontrada por Manoel César Ribeiro para restituir a base econômica do município, que há poucas décadas estivera em decadência, e assim coloca: “[Manoel César Ribeiro] viu que faltava para essa terra base econômica e já que nós não atraímos indústrias, deveríamos cuidar da agricultura que no passado fizera a ‘Princesa do Norte’” (SILVA, 1961, p. 1).

Durante a gestão de Manoel César Ribeiro a questão do campo recebeu bastante destaque e permeou as colunas do jornal *Tribuna do Norte*. O título “Capital Agrícola do Paraíba”⁴⁴ se tornou o *slogan* daqueles que se orgulhavam de ter no campo o principal motor da economia local, e de certa maneira era utilizado para legitimar algumas permanências e continuidades na cidade.

O historiador pindamonhangabense Waldomiro Benedito de Abreu, um entusiasta da industrialização do município, chegou a acusar, em uma de suas obras, a elite local de ser extremamente ligada ao passado e resistente a mudanças; assinalava ainda que os sentimentos de tradição e a hegemonia política de certos grupos criavam obstáculos quanto às transformações que deveriam ser empreendidas na cidade. Para este historiador, a expressão

⁴⁴ Expressão que aparece com muita frequência no período entre 1961 e 1964, mas que posteriormente perde força.

“Capital Agrícola do Vale do Paraíba” revelava uma “reminiscência da antiga mentalidade latifundiária do senhor da terra” (ABREU, 1977, p. 381).

Podemos dizer que as provocações de Abreu e a dicotomia dos discursos produzidos pela imprensa local, pelo menos até o primeiro quinquênio da década de 1960, indicam no mínimo duas noções distintas de progresso. Uma mais conservadora, apegada ao passado e que compreendia o crescimento econômico vivido nos últimos anos como a prova mais cabal de que o progresso havia (novamente) florescido na cidade, e outra menos otimista, que tinha no ideário de progresso a transformação e urbanização do município.

No âmbito da noção de progresso, antes de tudo, é preciso considerar sua imprecisão quanto à compreensão do termo. O historiador Jacques Le Goff, em um dos capítulos de seu livro *História e Memória*, chama atenção para as diferentes designações que tal concepção sofreu ao longo dos séculos. De maneira geral passou a corresponder, em momentos específicos, a valores morais, desenvolvimento técnico científico, crescimento econômico; ora caracterizado por uma inclinação ao “passado longínquo”, como tentativa de recuperação de valores pretéritos em detrimento de valores mais recentes, ora com vistas ao futuro, como superação e renovação (LE GOFF, 1990).

Diante dessas variações, o autor conclui que “talvez seja mais importante ainda a necessidade de termos de reconhecer, hoje, não só uma diversidade de domínio de progresso, mas também uma diversidade de processos de progresso”; ou seja, além de ser necessário levar em conta as diferentes definições para o termo, é preciso considerar que elas possam orbitar num mesmo tempo e espaço (LE GOFF, 1990, p. 274).

2.2 Coruputuba à sombra de Cícero Prado – e suas representações

Ao tomarmos os jornais impressos que circulavam em Pindamonhangaba nas décadas de 1950 e 1960, verificamos que, na maioria das vezes, as menções feitas à Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado, ou Coruputuba, como costumavam se referir, se davam por conta da sua potencialidade econômica e por representar em sua época o símbolo máximo do progresso local. Além disso, os jornais revelam o grande prestígio de Cícero da Silva Prado junto ao meio político local, bem como sua influência em assuntos relacionados às causas municipais.

Muito estimado por sua imagem simbolizar a prosperidade econômica do setor agrícola da região, o que conseqüentemente trazia prestígio à cidade, e por seu empreendimento agroindustrial satisfazer o ideário de progresso tão presente entre a classe política naquele

momento, o diretor da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado era sobretudo reconhecido por seus feitos de solidariedade, fator que lhe garantiu lugar de destaque na imprensa pindamonhangabense.

A denominação de Fazenda é apenas a originária, pois, juntamente com o bairro Moreira César, constitui um verdadeiro distrito, com todos os recursos à vida social e econômica dos seus moradores, em padrões dos mais modernos. É, em síntese, Fazenda Coruputuba, a mais prendada dama de honor da ‘Princesa do Norte’ (D’ARACE, 1954, p. 207).

Em grande medida, as matérias publicadas sobre Cícero da Silva Prado na imprensa local eram carregadas de demonstrações de admiração e gratidão. Em datas próximas ao aniversário do empresário, os jornais traziam, algumas vezes em matéria de capa, textos que prestavam homenagem àquele que consideravam o “Capitão da Indústria” ou o “bandeirante do século XX”, e assim não poupavam elogios para defini-lo como o modelo ideal de empreendedor; o que certamente nos ajuda a compreender quais eram as representações construídas em torno de sua imagem na época.

Na edição de número 529, datada em 19 de outubro de 1958, semana de aniversário de Cícero da Silva Prado, o jornal *7 Dias* publicou uma matéria com o título “Dr. Cícero Bandeirante do Século xx”, na qual faz uma ode ao bandeirantismo paulista, apontado não apenas como o causador do “aumento da grandeza territorial” brasileira, mas principalmente como originador do que o autor sugere ser uma espécie de espírito transformador do homem paulista. Ao passo que há um notável esforço em elevar o Estado de São Paulo ao patamar de principal esteio econômico do país, sintetizado em trechos como “[...] o Estado líder é a locomotiva que arrasta 21 vagões” ou em “a São Paulo deve a Pátria, agradecida ou não, o ímpeto da iniciativa, o arrojo da ação”.

Nessa esteira, o filho de Martinho da Silva Prado Júnior, além de homenageado, é representado como herdeiro desse espírito transformador, que, a exemplo “dos mais ousados brasileiros”, surge como figura responsável por promover mudanças em Pindamonhangaba. Por essa perspectiva, argumenta o colunista: “O bandeirismo é uma epopeia. É o pensamento tornado em ação, a mudança do mato em cidade. Eis porque chamamos o Dr. Cícero da Silva Prado de bandeirante do século XX, certa vez”. E logo em seguida faz um breve resumo da trajetória do empresário, no qual ressaltam-se, entre alguns pontos, características como ousadia e aptidões empreendedoras natas:

Nada deteve o jovem Prado: o Paraíba espumoso nas enchentes [...]. Como bandeirante que deixava a família e o luxo da cidade para embrenhar-se nas selvas em busca de aventuras, o Dr. Cícero deixou o conforto que poderiam propiciar o dinheiro e a projeção social, membro que é de uma das mais

importantes e tradicionais famílias do Brasil. O amor pelo sertão herdou-o dos seus. Não formaram Martinho e Martinico da Silva Prado, respectivamente pai e tio do Dr. Cícero, a maior fazenda de café, com mais de milhão de cafeeiros? Rodeou-se de eficientes auxiliares [...]. Instalou feccularias e uma fabriqueta de papelão, aproveitando a palha de arroz; dominou o Paraíba à custa de diques; comprou fazendas [...]. A modesta fábrica de papelão se converteu na maior fábrica de papel da América do Sul (DR. CÍCERO..., *7 Dias*, 19 out. 1958, p. 1)⁴⁵.

Essa simbologia acerca da figura do bandeirante faz parte de uma construção historiográfica popularizada sobretudo por Washington Luiz, na primeira metade do século XX, quando foi prefeito da cidade de São Paulo e depois governador daquele Estado. Ela estava calcada na ideia de distinguir os paulistas dos demais habitantes do país, como justificativa de colocar São Paulo como centro da modernização do país e legitimar seu poder frente à “luta pela hegemonia nacional” (VALLE, 2015). Franco Della Valle explica

que o personagem histórico bandeirante transformou-se em símbolo, ao qual foram agregadas diversas qualidades, como arrojo, independência, tenacidade etc. Representações, tais como a propalada modernidade paulista, a riqueza do estado, a sua industrialização, a especificidade de sua população, têm um fundo comum, calcado na simbologia bandeirante (VALLE, 2015, p. 113).

No contexto de Pindamonhangaba, a confiança depositada na figura de Cícero da Silva Prado, como provedor de transformações econômicas e sociais no município, vinha nutrida por um sentimento que se mostrava cada vez mais otimista quanto à industrialização da cidade, embora ainda muito incipiente.

Em 1958 o jornal *7 Dias* noticiou com bastante entusiasmo o lançamento da pedra fundamental de uma fábrica de alumínio, que viria se instalar no município no ano seguinte. Com isso aproveitou para chamar atenção para o fato de que até aquele momento Pindamonhangaba se encontrava em atraso no que se referia à questão industrial quando comparada a outras cidades da região. Por isso não poderia mais ficar “na rabeira de suas irmãs, contando apenas com o Coruputuba como representante da grande indústria”:

Entretanto, essa crença na industrialização se chocava diretamente com a realidade de uma cidade essencialmente dependente da economia agrícola. Por essa razão o empreendimento de Cícero da Silva Prado logo era evocado por alguns como afirmação das potencialidades econômicas de um município que não se queria à sombra do processo de industrialização que

⁴⁵ Conforme mencionamos no texto, o título completo da matéria é “Dr. Cícero Bandeirante do século XX”, portanto, quando na referência registramos “Dr. Cícero...”, estamos nos referindo ao título da matéria, não ao nome do autor, que no caso é desconhecido. Nas demais vezes em que a referência aparecer desta forma, ou seja, começando por “Dr. Cícero”, segue-se o mesmo procedimento.

ocorria nas demais cidades do médio Vale do Paraíba; e por isso, visto como símbolo do progresso local. Dessa forma, a ideia de “bandeirante do século XX” sinaliza uma reação à mentalidade conservadora que se fazia significativamente presente em boa parte da classe política pindamonhangabense, contrária aos projetos de incentivo à industrialização do município (ABREU, 1977, p. 401).

Em síntese, essa classe política esteve mais propensa a acreditar nos potenciais econômicos advindos do setor agrícola. No início da década de 1960, o prefeito Manoel César Ribeiro, em sua reeleição, confirmou a continuidade da manutenção da economia agrícola ao lançar mão de uma série de melhorias que visavam viabilizar a permanência do trabalhador do campo na zona rural; com isso, “a primeira providência foi tratar de fixar o homem ao campo, fazer com que tivesse paradeiro o êxodo rural”. Para tanto, construiu estradas “para que a zona rural não permanecesse ilhada”, instalou escolas e enviou assistência médica ao campo (SILVA, *Tribuna do Norte*, 30 abr. 1961, p. 1).

Em junho de 1961 a *Tribuna do Norte* publicou uma matéria intitulada “Apoio ao Rural”, onde procura ressaltar a “marcante atuação” do prefeito junto ao meio rural e com isso aproveita para endossar o trabalho da gestão municipal vigente, dizendo: “Pindamonhangaba é um município agrícola, e sua economia se assenta na zona rural, portanto é justo que se cuide dessa zona” (APOIO, *Tribuna do Norte*, 25 jun. 1961, p. 1).

Naquele mesmo ano o jornal publicou um panorama acerca dos setores agrícola, comercial e industrial, os principais setores da economia municipal. Nesse balanço, a Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado aparece entre as mais importantes, sobretudo por ocupar dois destes setores. Por sua seção industrial, cresciam as expectativas quanto à conclusão de uma “indústria de celulose”, que, conforme a matéria, iria acarretar para o município “excepcional riqueza” e promover a “triplicação do já fabuloso Coruputuba”. Por sua vez, a seção agrícola estava entre as “modelares propriedades agropastoris” organizadas na cidade, estas, responsáveis por garantir à cidade o “codinome de Capital Agrícola do Vale do Paraíba”.

O mesmo jornal, no ano anterior, chegara a publicar uma homenagem a Cícero da Silva Prado, em que dizia:

Pindamonhangaba, que se orgulha de possuir destacada posição no setor agrícola, orgulha-se também de possuir uma das maiores indústrias de papel e papelão do país, a Coruputuba. Mas é indiscutível que se deve ao Cícero Prado muito do galardão que esta terra ostenta de ‘Capital Agrícola do Vale do Paraíba’ (DR. CÍCERO..., *Tribuna do Norte*, 23 out. 1960, p. 1).

Quando nos debruçamos sobre os periódicos da imprensa pindamonhangabense, sobretudo nas edições da *Tribuna do Norte*, que tinha a prerrogativa de publicizar as ações do governo municipal, verificamos que, com o fim da gestão de Manoel César Ribeiro, o discurso de valorização do campo como meio de se atingir o progresso ficou em segundo plano. A partir desse momento a defesa da industrialização passou a ocupar, cada vez mais, lugar de destaque entre as páginas dos periódicos da cidade.

2.3. Entre homenagens e benfeitorias

Ao longo de sua trajetória, Cícero da Silva Prado, à frente de uma das mais importantes fábricas de celulose e papel do Médio Vale do Paraíba (MULLER, 1969, p. 138), consagrou-se na história de Pindamonhangaba como o maior empresário de sua época. Porém, o que de fato lhe garantiu prestígio foi seu envolvimento com questões sociais, que, quando difundido pela imprensa local, ajudou a promover em torno de seu nome a imagem de um empresário humanitário, disposto a atuar não apenas em defesa de seus funcionários, como também em prol das causas sociais do município.

Nas edições publicadas próximas à data de aniversário de Cícero da Silva Prado, era comum que algumas colunas fossem dedicadas em sua homenagem. Entre elogios, demonstrações de afeto e gratidão, nelas podemos observar que os esforços empreendidos para enfatizar suas qualidades enquanto empresário ideal ganhavam peso ainda maior quando salientados seus atributos filantrópicos. Em vista disso, se por um lado constrói-se a figura de “uma das mais potentes expressões agroindustriais do país”, por outro temos a imagem de um homem de “boníssimo coração”, que tem seu nome “inscrito, e em destaque, nos movimentos de assistência social” da cidade; se seu prestígio decorre do papel que exerce como “proprietário da mais importante empresa econômica” de Pindamonhangaba, seu reconhecimento é justificado por seu trabalho à frente de “uma das mais destacadas obras socioeconômica [sic] do Estado” (DR. CÍCERO..., 25 out. 1953, p. 1).

Com relação, especificamente, à comemoração do aniversário do empresário, às 6 horas “os repiques alegres dos sinos e o estourar festivo dos foguetes” davam início às solenidades do dia festivo. Às 9 horas, na capela de Nossa Senhora Aparecida, localizada no interior da Fazenda Coruputuba, acontecia uma missa “em Ação de Graças” e após a cerimônia eram

prestadas homenagens ao “ilustre aniversariante”, seguida de atividades que variaram conforme o ano⁴⁶.

De acordo com o que se pode observar a partir das homenagens publicadas nos jornais e nos panfletos referentes à programação das festividades em Coruputuba, tais ocasiões eram oportunas não apenas para enaltecer a imagem do empresário como também para avivar os sentimentos de gratidão e de afeição nos trabalhadores da Companhia, para que indiretamente se pudesse estabelecer a manutenção do controle. Vejamos o panfleto de 1957, que traz o seguinte trecho:

Enquanto em outros lugares os operários se erguem em greve para exigir direitos, esquecidos de muitos deveres, nós de Coruputuba queremos afirmar, temos sempre nossos direitos assegurados pelo alto critério cristão de nossos chefes, restando-nos o dever do ser gratos e corresponder com esforço à benemerência dos que nos dirigem.

Como é possível notar, a ordem era mantida através de um discurso que convertia a gratidão em um dever; a proteção em recompensa; o direito em generosidade, e, sob a óptica cristã, incorporava a este discurso uma noção que restringia as relações trabalhistas à ética religiosa. Ora, se na virada do século XIX para o XX o discurso higienista e a “representação imaginária do pobre” (RAGO, 1985, p. 175) davam sustentação às formas sutis de controle da classe trabalhadora, aqui vemos os valores religiosos como seu principal catalizador. Ou seja, questionar a ordem estabelecida é colocar em dúvida uma determinação divina.

Não obstante, na compreensão de Paulo Tarcísio, um de nossos entrevistados, a não ocorrência de greves se devia ao interesse dos trabalhadores em manter o direito de usufruir a moradia e todos os “serviços de assistência” oferecidos pela Companhia:

Coruputuba nunca teve greve. Porque ninguém ia discutir com a empresa salário se já tinha a casa pra morar. Discutir um aumento de salário era uma coisa amedrontadora, porque mesmo que nunca ninguém falasse, tudo mundo sabia que existia uma espécie de Espada de Dâmocles, né. Não sei se você conhece. Havia sempre uma ameaça velada, né, de que “olha eu peço a casa”, mais ou menos assim⁴⁷.

O entrevistado contou que, para residir em Coruputuba era necessário que pelo menos um membro da família estivesse trabalhando para a Companhia. Na visão do sr. Paulo Tarcísio, oferecer “sua prole, ou seja, seus filhos, seu netos” (Paulo Tarcísio, 2018) era o meio que o trabalhador encontrava para garantir, além da moradia, os benefícios oferecidos pela empresa,

⁴⁶ Panfleto com a programação da festa de aniversário de Cícero da Silva Prado referente ao ano de 1955 produzido pela direção da Companhia. Arquivo Histórico Dr. Waldomiro de Abreu, Pindamonhangaba/SP.

⁴⁷ Paulo Tarcísio, antigo morador de Coruputuba, 71 anos, advogado. Entrevista concedida em 8 de março de 2018.

tais como assistência médica e dentária, esporte, lazer e “orientação espiritual”⁴⁸ católica. Vale lembrar que, apesar de ter uma aparência de cidade, ou bairro, com cinema, armazém, farmácia, entre outros estabelecimentos, a Fazenda Coruputuba era um espaço privado, de domínio da empresa, que era quem ditava as regras de convívio e permanência.

A historiadora Margareth Rago, que fez um estudo sobre a Vila Maria Zélia, projetada pelo médico e industrial Jorge Street, diz que essa “proteção e conforto” consistiam em “dispositivos estratégicos de estreitamento dos vínculos” familiares, criados pelo “poder disciplinar” para criar nos trabalhadores uma “mescla de sentimentos de gratidão e cumplicidade”. Rago explica que Jorge Street tinha claro que, “para conseguir a adesão dos operários”, era preciso antes “neutralizar seus sentimentos de revolta e estabelecer laços emocionais de dependência paternalista”. E conclui que a família era o elemento que dava sustentação ao controle (RAGO, 1985, p. 179).

Apesar de não residir em Coruputuba, Cícero da Silva Prado vivia boa parte do tempo lá. Porém, quando não estava, tinha seu grande representante, Alberto Simi. Em novembro de 1958, *O Trabalhista* publicou:

Coruputuba, assim como as demais fazendas, é um conjunto de pessoas ligadas em um ponto básico que é o chefe da casa, esse em relação à administração da Companhia, e aí nesse setor vemos o que é uma grande família reunida e Sr. Alberto Simi é também o conselheiro em todos os casos. (*O Trabalhista*, 3 nov. 1958, p. 3)⁴⁹

A noção de chefe da casa carrega consigo a ideia de pai, papel conferido a Cícero da Silva Prado, que por extensão era associado a seu braço direito, Alberto Simi. Nessa posição, ambos assumiam a responsabilidade de intermediar conflitos, dar conselhos. Do mesmo modo, em outros momentos é possível notar a construção de uma imagem heroica e benevolente associada à figura dos patrões, que, na qualidade de preceptores, deveriam servir de “modelo à nova geração”, de modo a perpetuar suas generosidades “na gloriosa e magnânima história do Coruputuba” (*O Trabalhista*, 3 nov., s/a, p. 4).

Em síntese, podemos deduzir que, embora o discurso ideológico, moral, religioso e paternalista permeasse essa forma de relação de trabalho em Coruputuba, na prática essa relação

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ Este periódico era um semanário produzido pela direção da Companhia e sua circulação se limitava às dependências de Coruputuba. Ele se configura como aquilo que anteriormente chamamos de *jornal de ideias* e contava com colaboração de trabalhadores da Companhia. Além disso, traz as seguintes colunas: social, humorística e esportiva.

era muito mais complexa e indefinida. Ela convertia-se em um emaranhado de interesses que se efetivavam entre trabalhadores e o patrão.

Em homenagem assinada por Monsenhor José de Azevedo, Cícero da Silva Prado é ilustrado como o “grande banqueiro”, *status* que fazia referência à atividade que exercia enquanto proprietário de uma instituição financeira e em virtude dos investimentos aplicados naquilo que o pároco denominou como “Banco da Divina Providência”. Uma metáfora empregada para chamar atenção quanto aos cuidados do empresário em direcionar seu capital, não apenas a investimentos bancários, mas também a questões de âmbito social; o que de certo modo garantiria a “recompensa eterna da futura vida”.

Nessa dedicatória, não diferente das outras, também podemos visualizar as demonstrações de reconhecimento dado ao trabalho desenvolvido por Cícero da Silva Prado junto aos meios sociais da cidade, e mais uma vez é possível verificar os estímulos lançados para alimentar o apreço à figura do empresário:

Saber ter é uma ciência e difícil. Dr. Cícero tem essa ciência e arte. Do seu bolso cerca de quatro mil pessoas vivem. Dão-lhe o trabalho e recebem o pão de cada dia. Dão-lhe o esforço leal e recebem a camaradagem do Chefe ideal, que fala com todos, que estende a mão ao último de seus operários. Dão-lhe a vida e recebem vida (AZEVEDO, *Tribuna do Norte*, 1957, p. 1).

No conjunto de termos relacionados a essas dedicatórias é muito recorrente a utilização da expressão “trincheira contra fome”, que confere a Cícero da Silva Prado o mérito de incansável combatente. É muito provável que, durante os anos de estagnação econômica de Pindamonhangaba, aos quais nos referimos anteriormente, um surto de pobreza possa ter atingido o município, contudo não podemos afirmar categoricamente, pois sobre tal assunto contamos com uma escassa quantidade e qualidade de fontes.

Como indícios que apontam para tal hipótese podemos destacar: a decadência econômica da região vale-paraibana depois de 1920, o decréscimo populacional ocasionado pelo “êxodo de famílias, jovens” e “trabalhadores” (cf. ABREU, 1977, p. 377), as menções feitas aos tempos difíceis na imprensa pindamonhangabense e na literatura local. Além disso, alguns estudos que tratam deste tema, porém voltados à cidade de Taubaté, corroboram essa premissa⁵⁰.

Para citar um exemplo, embora o termo acima mencionado (“trincheira”) esteja um pouco alterado, porém sem perder seu teor, em uma singela homenagem prestada a Alberto

⁵⁰ O município de Taubaté faz divisa com Pindamonhangaba. Sobre tema, cf.: SOTO (2001); LOBO (2013).

Simi, composta de poucas linhas e publicada na última página, encontramos o seguinte comentário: “Alberto Simi, dirigente da Cia. Agrícola e Industrial ‘Cícero Prado’, homem apaixonado pelas coisas da agricultura e que, com idealismo, procura fazer de Coruputuba a ‘barreira contra a fome’” (ALBERTO..., *Tribuna do Norte*, 29 out. 1961, p. 8)⁵¹.

A publicação que se vê logo na primeira página do jornal *Tribuna do Norte* do dia 24 de outubro de 1964, e que inicia as felicitações a Cícero da Silva Prado, traz outro exemplo: “a ‘Trincheira contra a Fome’ é uma expressão quase tradutora do dinamismo de um homem”. Em seguida dá mais uma demonstração de exortação à estima do empresário:

É o próprio dizer desse homem que luta ao lado do povo, procurando realizar tudo aquilo que possa resultar em benefício da coletividade pindamonhangabense. Trabalho e assistência é o que ele oferece a cada um de seus operários. E, com isso *merece dos mesmos a mais profunda admiração*. Estende seu amparo não só aos operários, mas ainda aos desabrigados da sorte, principalmente os menores. (DR. CÍCERO..., *Tribuna do Norte*, 24 out. 1964, p. 1) [grifo meu].

De acordo com o que se constata, é uma expressão que aparece sempre associada à Coruputuba e que, conforme nos indica a homenagem de aniversário de 1960, ela também era utilizada pelo empresário: “Coruputuba faz questão de ser o principal núcleo agro-pastoril do município, constituindo-se, como diz o seu ilustre proprietário, em uma verdadeira *trincheira contra fome* [grifo do original]”. Em linhas gerais, podemos dizer que esse jargão talvez seja uma alusão a períodos anteriores ao que abrange este estudo. Embora no momento não nos seja possível compreendê-lo com mais clareza, julgamos sua importância para a análise acerca das representações que se construíram em torno da memória de Cícero da Silva Prado e de Coruputuba. Por enquanto vamos deixar esse elemento em suspenso até que seja possível retomá-lo com mais solidez.

2.4. Relações políticas

O prestígio de Cícero da Silva Prado entre o meio político pode ser atestado por algumas publicações onde Coruputuba aparece como parte do roteiro de visita de algumas personalidades políticas que, em período de eleição, dirigiam-se a Pindamonhangaba com o intuito de fazer campanha⁵². Em agosto de 1960, por exemplo, a *Tribuna do Norte* publicou

⁵¹ Cabe aqui observação similar à que consta na nota de nº8 deste texto, porém neste caso se refere à matéria cujo título é “Alberto Simi”.

⁵² Comunicado publicado no Jornal do Brasil. Cf.: Muller, Presidente por trás da entrevista – Será recebido. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 jun. 1963, p. 8, 1º caderno. Este periódico foi acessado no site Biblioteca Nacional

uma matéria sobre a passagem de Jânio Quadros pela cidade. Na ocasião, o então candidato à presidência haveria feito três paradas na cidade e entre elas uma em Coruputuba.

Alguns meses antes, naquele mesmo ano, havia sido criado no município um “Comitê Popular”, onde Cícero da Silva Prado ocupou o cargo de presidente, após um convite feito por uma comissão formada por presidentes de partidos políticos da cidade. Tratava-se de uma organização política composta por vereadores, um representante dos trabalhadores ferroviários e o engenheiro João Antonio Salgado Neto, representando os “trabalhadores de Coruputuba”.

Pelo que se pode ver na matéria, que foi publicada quatro dias depois da visita do candidato, o apoio e a colaboração de Cícero da Silva Prado se mostraram bastante expressivas. Segundo o jornal, o empresário encerrou as atividades da Companhia ao meio dia e dispensou os funcionários para que fossem recepcionar Jânio Quadros, que chegaria na estação de trem localizada nas imediações da fábrica>

E pode se dizer que Coruputuba inteira deslocou-se para as margens da Central⁵³ a fim de ouvir e aplaudir aquele que representa a esperança do povo brasileiro. Mais de 3 mil pessoas foram recepcionar Jânio Quadros e antes da chegada de s. exa. elas puderam ouvir palavras magnificas e eloquentes do Senador Padre Calazans e do Deputado Araripe Serpa, os quais bem fizeram ver aos trabalhadores a importância da causa ora defendida pelos que querem um melhor destino para o Brasil. Jânio Quadros, da plataforma do Expresso da Vitoria, falou comovido aos trabalhadores de Coruputuba, agradecendo-lhes majestosa manifestação de confiança (JÂNIO..., *Tribuna do Norte*, 4 set. 1960, p. 1).

A predisposição de Cícero da Silva Prado em mobilizar os funcionários de sua Companhia em apoio a um candidato nas eleições nos leva a compreender o quão conveniente era, para os políticos, ter o empresário do seu lado. Um exemplo disso é a forte campanha em favor de Getúlio Vargas, candidato à Presidência da República, nas eleições de 1950. Ocasão em que Cícero da Silva Prado lançou-se como candidato a Deputado Federal. Entre páginas d’ *O Trabalhista*, é possível ver como essa candidatura e as dos demais candidatos da coligação PTB/PSP transformaram este periódico em instrumento interno de propaganda política.

De maneira geral, no período eleitoral o periódico restringiu seu conteúdo à campanha política de Cícero da Silva Prado e dos candidatos apoiados por ele. Por esta razão, inúmeras demonstrações de apoio aos candidatos da chapa petebista foram difundidas por meio de

Digital, Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=coruputuba&pasta=ano%2019.

⁵³ O texto refere-se à ferrovia que se chamava então *Estrada de Ferro Central do Brasil*.

pequenos textos que tomaram conta do jornal, procurando sempre chamar atenção do trabalhador para o compromisso eleitoral.

Para termos em mente como essa campanha inundou as páginas do periódico com diversas propagandas políticas pró Getúlio Vargas, vejamos a seguir a quantidade e o título de artigos publicados em um único número do jornal: “Trabalhistas”, que de forma direta manifesta apoio a Getúlio Vargas e Cícero da Silva Prado; “Tudo pela vitória do trabalhismo no Brasil”, comenta sobre ingratidão de opositores de Vargas; “Alerta aos companheiros”, que pede cautela aos trabalhadores para não caírem nas “investidas contrárias” ao ideal trabalhista. Além de “O povo quer saber”; “Nova Geração”, “Sejamos sempre reconhecidos” e “A situação”⁵⁴.

Em resumo, por meio desses textos e dos que seguem nas edições posteriores, os colaboradores do jornal, além de manifestarem apoio incondicional a Getúlio Vargas e a Cícero da Silva Prado, representados como “homens dotados de boa fé, com pensamentos voltados unicamente para o bem comum” (SILVA, *O Trabalhista*, 26 ago. 1950, p. 5), associam sempre o nome dos dois candidatos à causa trabalhista e ao direito dos trabalhadores. Por outro lado, a relação direta de trabalho com o segundo candidato gerou em torno dessa campanha outros significados: “operários, amigos de Getúlio Vargas, aqui em Coruputuba temos um candidato a eleger à Câmara Federal, Cícero da Silva Prado, nosso estimado Chefe de todos os dias e todas as horas” (PINTO FILHO, *O Trabalhista*, 26 ago. 1950, p. 4-5).

Ao mesmo tempo em que o semanário buscava despertar nos trabalhadores o sentimento de patriotismo e adesão à candidatura de políticos da chapa petebista, procurava, assim como em outros momentos, avivar o sentimento de gratidão dos moradores de Coruputuba. Isso fazia com que muitas vezes o voto fosse visto como uma obrigação moral, que dava ao trabalhador a chance de saldar uma “dívida” simbólica em reconhecimento às boas ações do patrão. Um dos colaboradores do jornal, ao perceber que os funcionários da Companhia haviam “cerrado” seus votos na candidatura de Cícero da Silva Prado, demonstra seu contentamento em um texto intitulado “Aos trabalhadores de Coruputuba”, que diz:

Estão pois, de parabéns os funcionários desta Cia. por tão acertado caminho. Votar em Cícero Prado não é um favor que lhe vamos fazer, e sim resgatar uma dívida que temos com ele, qual seja o de proporcionar meios com o qual podemos manter a nossa família com conforto e bem estar (MONTEIRO, *O Trabalhista*, 26 ago. 1950, p. 4).

⁵⁴ Todos estes textos fazem parte do jornal *O Trabalhista* do dia 26 de agosto de 1950. Os autores e as páginas a seguir se referem aos textos mencionados no parágrafo, respectivamente: CÉZAR, p. 4; PINTO FILHO, p. 4-5; SILVA, p. 6; SILVA, Oscar, p. 1 e 5; SOUZA, p. 3; MARCONDES, p. 6; MARCONDES, Dionísio, p. 8. Estas informações não foram inseridas no corpo do texto para não tornarem a leitura confusa.

As declarações de apoio aos candidatos foram produzidas em diferentes formatos textuais, ora como texto expositivo ou dissertativo, ora em forma de poesia, anedotas e ou tom mais humorístico. Inclusive, alguns destes preservavam as peculiaridades do linguajar caipira:

Meu cumpade Belarmino, o que me diz da situação. Tô preparando meu tito pra infrentá nesta inleição. O nome de tanta gente, que no podó qué imbozá. Por caso de dinheirão que no móle vai ganhá. Percisa muito cuidado, pra nois não se enrascá. Os candidato bicudo, que canta que nem sabiá. Só antes da inleição, pra iludi a bobaiada mais dispois de tá inleito, só qué dinheiro e mais nada. Ciço Prado se candidata, porque tem braço de férro, operário diz eu quero e ele cumpre na batata. Getúlio, Garcez e Prado, são candidato na pontinha. Os outros vióla no saco, e cantem que nem galinha (MARCONDES, *O Trabalhista*, 26 ago. 1950, p. 8).

A maneira como essa campanha política foi percebida pelos moradores de Coruputuba será discutida no capítulo seguinte, onde refletiremos acerca de toda a representação construída em torno da figura de Cícero da Silva Prado e da vila de trabalhadores. No entanto, gostaria de incorporar aqui o relato do Sr. Ivan e Dona Ivanilda, que espontaneamente tocaram nesse assunto ao lembrar como o dia de ir às urnas representava um momento festivo para toda a família.

De acordo com os entrevistados, a Companhia disponibilizava carro aos moradores para que fossem ao centro da cidade votar. O Sr. Ivan lembra que nessas ocasiões seu pai levantava cedo, fazia a barba e colocava terno, gravata e chapéu. Dona Ivanilda acrescenta que sua mãe fazia vestido para que as moças da família fossem votar. Os entrevistados contam que, depois da votação, todos permaneciam no centro da cidade e se dirigiam ao “Manecão”, um local que lhes servia almoço. Para o Sr. Ivan aquilo tudo era uma festa⁵⁵.

Esse deslocamento ao centro da cidade no dia da eleição ocasionava uma quebra na rotina na vida dos trabalhadores, que podia ser sentida a partir da interação com a urbe e com o distanciamento do local de morada e trabalho. A preocupação com a aparência física, sinalizada pelo ato de fazer a barba; a confecção e a escolha de trajes singulares para ir ao centro da cidade, assim como a lembrança do almoço fora de casa, sugerem que o dia da eleição fosse um momento muito especial para aquelas pessoas. Estas são recordações que, ao irromperem em suas memórias, nos revelam o significado atribuído ao dia da eleição. Muito mais percebido como um dia de festa, uma data especial, do que somente como uma mera ocasião que se restringia à escolha de um candidato ou outro.

⁵⁵ José Ivan Jacinto da Silva, 70 anos, aposentado; Ivanilda Jacinto da Silva, 69 anos, aposentada. Antigos moradores de Coruputuba. Entrevista concedida em 12 de abril de 2018.

Assim como esteve envolvido com a política de âmbito nacional, Cícero da Silva Prado também manteve ainda mais estreita sua relação com a política local. Seu protagonismo pode ser visto a partir dos jornais da cidade, quando estes deram destaque às ações que o empresário ajudou a promover junto à Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba.

Em 22 de outubro de 1961 o jornal *Tribuna do Norte* publicou um apelo à população local, sobretudo aos proprietários de terra, para que fosse doado um terreno para a instalação de um Instituto Militar de Engenharia em Pindamonhangaba. De acordo com o jornal, a instalação do Instituto só se concretizaria caso o município cedesse um terreno para este fim, conforme exigência de técnicos militares do Rio de Janeiro que estudavam a execução do projeto. Porém, este era um problema que até o momento se apresentava sem solução.

Diante disso, a matéria defendia, embora sem muitos argumentos, que aquele investimento seria de grande importância para o município e que por este motivo não se poderia perder a oportunidade que chegava com “sabor de progresso”. Ademais, enfatizava que os esforços não deveriam ser “apenas oficiais” mas que estava nas “mãos dos próprios pindamonhangabenses possuir ou não a mais importante instituição de ensino militar da América Latina”. E, na tentativa de sensibilizar os proprietários de terra, indiretamente direcionou a eles a responsabilidade de não “sacrificar o futuro de uma terra” que tanto lhes havia dado (INSTITUTO..., *Tribuna do Norte*, 22 out. 1961, p. 1).

Se esse apelo teve os efeitos que se esperava não se sabe; o certo é que, em algumas semanas, o mesmo jornal anunciou, em matéria de capa, que o problema referente ao terreno havia sido solucionado. Segundo a matéria, após visitas realizadas em propriedades rurais, conversas com fazendeiros e apelos na rádio da cidade, o então prefeito da cidade, Manoel César Ribeiro, foi procurado em seu gabinete por Jesus Antonio Miranda, um “abastado fazendeiro”, que colocou 15 alqueires à disposição. Porém, como a área exigida pelos técnicos militares era de 50 alqueires, foi necessário recorrer a Cícero da Silva Prado, que possuía uma propriedade localizada ao redor das terras doadas por Jesus Antonio Miranda (DOADO..., *Tribuna do Norte*, 12 nov. 1961, p. 1).

A estreita relação entre a classe a política local e Cícero da Silva Prado deixa-se entrever face à postura tomada pelos políticos, que, diante do impasse que se desdobrou, não deixaram de recorrer ao empresário. Conforme explica o periódico, uma “comissão”, formada por “Manoel César Ribeiro, Mons. João José de Azevedo, Dr. Francisco Lessa Junior” e três vereadores se dirigiu a Coruputuba para pedir a “imprescindível colaboração” de Cícero da

Silva Prado e, na ocasião, para enfatizar a “importância do empreendimento”, tiveram o cuidado de exibir a ele uma maquete daquilo que julgavam ser uma “grandiosa obra”.

De acordo com o que se segue, o empresário não hesitou, colocou-se à “disposição de Pindamonhangaba” e, ao mostrar-se grato quanto à possibilidade de ajudar, proferiu as seguintes palavras: “agradeço a vocês terem vindo procurar-me, oferecendo-me, assim, oportunidade a que prestasse um serviço a esta gloriosa terra” (DOADO..., *Tribuna do Norte*, 12 nov. 1961, p. 1). Mais adiante, após uma brevíssima descrição do terreno então doado, a matéria coloca em primeiro plano a fala do prefeito, que expressa seu agradecimento dizendo:

Pindamonhangaba é uma terra feliz. Veja-se a atitude destes dois grandes pindamonhangabenses de coração. O dr. [sic] Cícero da Silva Prado e o sr. [sic] Jesus Antonio Miranda não nasceram nesta terra, mas já adquiriram, por direito e justiça, a cidadania da ‘Capital Agrícola do Vale’. Em nome de Pindamonhangaba eu agradeço a esses dignos cidadãos a doação que acabam de fazer e que representa a segurança de que um surto impressionante de progresso atingirá este município. O Instituto Militar de Engenharia é uma obra fabulosa, com ele garantiremos o futuro desta abençoada terra (DOADO..., *Tribuna do Norte*, 12 nov. 1961, p. 1).

As falas de Cícero da Silva Prado e do Prefeito Manoel César Ribeiro dão sinais de que ambos teriam noção de como o órgão de imprensa municipal poderia ser um importante instrumento para a construção de uma autoimagem, investida sobretudo em momentos oportunos. O primeiro, enquanto oferece recurso para execução de uma obra considerada importante para o desenvolvimento da cidade, enobrece sua imagem mediante um ato de generosidade, não apenas em solidariedade à causa municipal, mas acima de tudo em reconhecimento e gratidão à terra que o acolhe. O segundo, enquanto figura responsável por orientar os rumos que a cidade toma, assegura, em tom profético, um futuro promissor, que emerge diante de seus olhos, confiante de que seus esforços representam as sementes do progresso que definitivamente germinarão no município.

2.5. Imagens literárias

Assim como nos jornais, as representações construídas em torno da figura de Cícero Prado e de Coruputuba podem também ser vistas e analisadas a partir da produção literária do período, elaborada por poetas e cronistas que atuavam ativamente na imprensa local. Nas obras *Retratos da Princesa do Norte* (1954), do jornalista Rômulo Campos D’Arace, e *Vultos de Pindamonhangaba* (1957), escrita pelo poeta e também jornalista João Martins de Almeida, ao tratar de outros assuntos, os autores dedicaram algumas páginas para traçar um panorama acerca

da trajetória de Cícero da Silva Prado e a instituição de seu empreendimento em Pindamonhangaba.

A obra de Rômulo Campos D'Arace traz alguns aspectos históricos referentes a Pindamonhangaba e sua relação com a história do Estado de São Paulo. Inserido no tópico “As principais instituições” (1954, p. 176), que integra um dos capítulos do livro, encontramos o subtópico “A Fazenda Coruputuba” (1954, p. 217), que, nas palavras do autor é “uma espécie de satélite da cidade, e, verdadeiramente, um de seus principais esteios econômicos”.

Logo de início D'Arace chama atenção para a importância de se registrar a história da Fazenda, que ele qualifica como “longa e brilhante”, e esclarece que o faz sumariamente, apenas para “roteiro dos bateadores do futuro [...]”. O termo “bateadores”, que no seu sentido literal se refere aos trabalhadores do garimpo que utilizam a bateia na procura por pedras preciosas, deixa subentendido o valor atribuído à Fazenda Coruputuba e àquilo que ela representa. O que pode ser visualizado com precisão nas palavras que se seguem, quando o autor a define como “gema rutilante”. Além disso, o complemento, “do futuro”, sinaliza a noção do autor em produzir um registro capaz de adquirir valor testemunhal no decorrer do tempo e tornar perene a memória de Coruputuba.

Por essa razão não podemos enquadrar esta obra – e as demais produções literárias – como mera coletânea de fatos históricos referentes a Pindamonhangaba, mas sim como aquilo que Jacques Le Goff chama de “documento-monumento”, já que resulta de

uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente (LE GOFF, 1990, p. 547-548).

Não diferente do que se verifica na imprensa, a Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado aparece no livro de Rômulo Campos D'Arace como “uma poderosa força econômica” de Pindamonhangaba e “propulsora de seu progresso”; responsável não apenas pelo progresso local, mas também pelo progresso de todo o Estado de São de Paulo, situada entre as “mais extraordinárias forjas do progresso paulista”. Quanto a Cícero da Silva Prado, a associação de sua imagem à figura do bandeirante, arrojado, corajoso e desbravador, é reiterada. Isso sem deixar de mencionar seus dotes humanitários:

Coruputuba é bem a expressão do tirocínio multiforme do seu possuidor, espírito inovador dos velhos bandeirantes de que descende, sempre expandindo seus empreendimentos agrícolas e industriais, alicerçados pelos

mais elevados princípios de solidariedade humana, de assistência social, e de amparo real aos verdadeiros trabalhadores que constroem a grandeza e o bem estar da nação (D'ARACE, 1954, p. 218).

Nota-se que as características atribuídas à imagem do empresário são traduzidas como valores hereditários e que o ideário de progresso, assim como nos materiais de imprensa, aparece também nos suportes literários. Fatores que do mesmo modo são vistos no capítulo intitulado *Coruputuba*, da obra *Vultos de Pindamonhangaba – Crônicas*, série composta por dois volumes, sendo o primeiro publicado em 1957. Nessa obra, o cronista João Martins de Almeida traz crônicas a respeito de sua vida, seu olhar sobre a cidade e suas reflexões acerca de seu cotidiano; são imagens literárias que em alguns momentos nos permitem identificar a compreensão da cidade sob a óptica do autor.

No capítulo em questão, em determinado momento a ascendência familiar de Cícero da Silva Prado é evocada por Almeida para justificar a habilidade do empresário no manejo para com a terra. Conforme sua narrativa, a “notícia da venda da Fazenda Coruputuba” a Cícero da Silva Prado havia causado furor entre os fazendeiros da região, que acreditavam que o “jovem Prado”, um menino que vem “cheirando a leis”, iria embora assim que se deparasse com os inconvenientes relacionados à terra que acabara de adquirir; problemas como a esterilidade do solo e as enchentes causadas pelo transbordamento do Rio Paraíba. E assim coloca o autor:

Enganaram-se! Não sabiam que o Dr. Cícero era filho e sobrinho respectivamente de Martinho e Martinico da Silva Prado, fazendeiros que desbravaram o oeste e formaram a maior fazenda de café do mundo com um milhão de cafeeiros. Não sabiam que o recém-formado amava a terra, obediente ao homem desde que ele a compreenda e não a submeta à exaustão (ALMEIDA, 1957, p. 71).

De modo geral, tanto a narrativa elaborada por João Martins de Almeida, como a de Rômulo Campos D'Arace, resumem episódios relacionados ao período de constituição da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado e as etapas subsequentes. Ambas fazem referências a pontos similares, como a construção de diques para o controle das águas do Rio Paraíba, a existência e o abate do gado selvagem remanescente dos primórdios da Fazenda, o período de recuperação da terra, seguido do cultivo de mandioca, a substituição dessa cultura pelo plantio do arroz, o início do processo de industrialização, bem como fazem menção a alguns “empregados graduados” (ALMEIDA, 1957, p. 71).

Uma nota publicada no segundo volume de *Vultos de Pindamonhangaba*, lançado em 1958, assim como outra, incluída na obra *Algumas notas para a história de Pindamonhangaba* (1957), de Waldomiro Benedito de Abreu, sinalizam um estreito relacionamento entre a

produção literária da cidade e a Companhia de Cícero da Silva Prado. Em ambas os autores fazem agradecimentos à “Coruputuba” pelo fornecimento, “sem ônus”, do papel utilizado na tiragem do livro. João Martins de Almeida vai além e diz que “quase todos os livros de escritores pindenses, publicados nos últimos 5 anos”, haviam sido impressos “em papel de 1ª, da poderosa indústria”. E que o mesmo ocorria com o jornal *7 Dias* desde sua fundação. E então conclui dizendo: “O capitão da indústria vale paraibana sente prazer em incentivar as belas artes e concorrer para difundir a cultura” (ALMEIDA, 1958, não paginado).

Entretanto, diferentemente de D’Arace, que é mais formal em sua abordagem, Almeida utiliza uma linguagem que dá a sua narrativa uma característica mais epopeica:

Não havia alternativa. Os ferozes animais afugentavam os roceiros, e era preciso rasgar a terra inculta, domar o Paraíba hostil, limpar os campos. Era preciso dirigente de coragem para a obra de tão grande envergadura e o Dr. Cícero achou-o na figura de Alberto Simi (ALMEIDA, 1957, p. 72).

Expressões como “ferozes animais”, “domar o Paraíba”, “era preciso coragem”, “grande envergadura”, dão ao relato um significado mítico, que confere predicados heroicos a seus protagonistas e constrói uma visão do passado, marcado por dificuldades, mas ao mesmo tempo pela superação das circunstâncias adversas. Por sua vez, essa representação, seja ela exagerada ou não, com o passar do tempo cristalizou-se como narrativa oficial e passou a oferecer subsídios à memória de Coruputuba.

A influência das obras mencionadas na construção de uma narrativa oficial sobre Coruputuba se torna visível, por exemplo, no livro *Coruputuba 1911-1968: 57 anos de glórias e realizações*, onde o mesmo enredo é novamente retomado, porém com informações anteriormente não incluídas. Além disso, tendo em vista que sua elaboração se deu pela própria Companhia, podemos refletir acerca do teor simbólico que essa obra adquiriu, ainda mais se somarmos a isso o fato de que sua publicação ocorreu no ano da morte de Cícero da Silva Prado. Observemos a seguir como, em um dos pontos, a narrativa elaborada por João Martins de Almeida foi incorporada nessa obra contando apenas com ligeiras alterações. Almeida assim havia escrito:

Quanto sacrifício! Mueres foram comprados. Calçaram-nos com verdadeiros tamancos de couro a fim de não perecerem nos atoleiros. Os cascos assim protegidos adquiriram maior superfície receptora, conseqüentemente maior segurança (ALMEIDA, 1957, n. 72).

Já em *Coruputuba 1911- 1968...* temos:

[...] verdadeiro sacrifício pesava no ombro dos dirigentes. Cícero Prado e Alberto Simi decidiram. Compraram mueres, e calçavam nas patas, pedaços de couro, verdadeiros tamancos de couro, a fim não perecerem nos atoleiros,

e assim protegidos adquiriram maior superfície receptora e conseqüentemente maior segurança (CORUPUTUBA..., 1968, p. 9).

Visivelmente, as modificações no segundo texto são bem pequenas e seu caráter extraordinário mantém-se inalterado. Ou, talvez, ainda mais reforçado. Essa mitificação não apenas engrandece a imagem dos dirigentes da Companhia, como também dissemina valores morais e religiosos, a ideia de que “o dinamismo e a coragem” são suficientes para se superar “grandes obstáculos”; porém implicitamente reforça a hierarquia entre os personagens envolvidos: “no Coruputuba as árvores como os homens merecem a proteção do proprietário”⁵⁶.

Como foi possível notar, as representações construídas em torno do nome de Cícero da Silva Prado e seu empreendimento agroindustrial fazem parte de um contexto histórico local marcado por incertezas e anseios econômicos e sociais alimentados pelo ideário do progresso da época. Elas são também resultado da estreita relação entre o empresário e grupos dominantes do município, e de seu envolvimento com aqueles que ao longo do tempo ajudaram a produzir sua imagem, tanto na imprensa como na literatura. E nesse processo podemos perceber que os trabalhadores/moradores tiveram suas experiências obliteradas.

Embora tais representações nos ajudem a identificar como os setores letrados de Pindamonhangaba enxergavam Coruputuba, não queremos aqui dizer que elas tenham sido subitamente absorvidas pela esfera intelectualizada ou pelos grupos excluídos dela. Muito menos assinalar que foram apreendidas numa perspectiva unilateral ou que alcançaram repercussão totalizante. A intenção é compreender quais elementos presentes nessas representações se relacionam e se mantêm cristalizados na memória dos sujeitos envolvidos em tais projetos de memória.

Seria ingenuidade pensar que determinada visão do passado mantém-se intacta, que não está sujeita a mudanças, por mais que os grupos dominantes façam escolhas dos elementos dignos, ou não, de serem lembrados. Contudo não devemos ignorar a força que as imagens criadas pela literatura e pela imprensa, assim como a autoimagem criada pela Companhia, podem exercer sobre as memórias que hoje se conservam sobre Coruputuba e seu primeiro dirigente; sejam estas memórias oficiais ou não.

⁵⁶ Neste trecho, João Martins de Almeida, fazendo uma analogia entre as árvores e os homens, diz: “as grandes protegem maternalmente as pequenas contra as intempéries e contra o sol adusto” (ALMEIDA, 1957, p. 75).

Capítulo 3

CORUPUTUBA E SAPUCAIA: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE VIDA

O objetivo desse capítulo é analisar como lembranças das vivências ocorridas na Fazenda Coruputuba e Fazenda Sapucaia ocupam espaço na memória de antigos trabalhadores e trabalhadoras da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado. Fugindo de uma perspectiva hegemônica, que valorizava a figura de Cícero da Silva Prado e construía em torno de seu empreendimento a imagem de um espaço idealizado, optamos por apresentar um panorama da história desses espaços, onde trabalho e moradia se misturavam, pela perspectiva dos “de baixo”, como no meio historiográfico se convencionou chamar aqueles que tiveram seus nomes ignorados pela história e pela memória oficial.

Nesse sentido, procuramos conhecer e revelar aspectos da vida desses trabalhadores pouco explorados pela imprensa e pelos textos memorialistas; o que seria uma tentativa de dar visibilidade à trajetória desses sujeitos, mas ao mesmo tempo, verificar até que ponto suas percepções se entrelaçam com as construções produzidas pelos meios oficiais, cujas versões do passado e do presente são legitimadas tanto pelas posições de poder que seus agentes ocupam na sociedade como pelo alcance dos registros escritos, que, ao perdurarem no tempo, oferecem uma visão muito particular do passado.

Para tanto, entendemos a memória conforme definida por Michael Pollak (1989, p. 9), isto é, como a “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”. Por isso, reconhecemos, que dada a força que os grupos dominantes possuem para orientar determinadas percepções em torno de seus interesses, é presumível que suas interpretações do passado prevaleçam sobre as demais e se estabeleçam como uma memória coletiva que, ao reunir um conjunto de referenciais, adquirem status de oficialidade.

Esse referenciais são quase sempre oferecidos por grupos, partidos, entidades ou instituições, que concentram em torno de si o monopólio das reminiscências do passado, valorizando determinadas interpretações e excluindo outras. Isso seria o que Pollak (1989) chamou de “trabalhos de enquadramento” da memória. Nesse processo de enquadramento da memória, outras memórias são colocadas à margem, ou silenciadas, por serem capazes de revelar vicissitudes que podem fragilizar determinadas percepções do passado. Contudo, essas memórias permanecem vivas, procurando só uma oportunidade de se fazerem ouvir.

Como vimos nos capítulos anteriores, enquanto a Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado foi inúmeras vezes exaltada pela imprensa, como símbolo da modernização e do progresso, tendo Cícero da Silva Prado como personagem central de todo o sucesso da empresa, a participação de trabalhadoras e trabalhadores comuns⁵⁷ foi sempre posta em segundo plano. No entanto, essa invisibilidade ao menos uma vez foi contestada.

Em 1958, o jornal *O Trabalhista*, em meio a uma série de felicitações realizadas em comemoração ao aniversário de Alberto Simi, publicou um documento, anexo a uma dessas felicitações, que traz o nome de alguns dos primeiros trabalhadores da Fazenda Coruputuba e dos que atuaram na Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado nos anos que se sucederam. Tratava-se de uma “exposição de motivos”, conforme coloca o jornal, que havia sido lida durante a cerimônia de inauguração de uma torre simbólica na Fazenda Campista e Serrando, onde seria instalada uma usina hidrelétrica (*O Trabalhista*, 3. nov. 1958, p. 3).

Durante as solenidades, Antenor Ribeiro de Aguiar, técnico responsável pela obra, aproveitou a presença de Cícero da Silva Prado e apresentou o referido documento, que foi lido na ocasião. Ao “rememorar um pouco a história de Coruputuba”, em meio a saudações e demonstrações de apreço e gratidão pelos dirigentes da empresa, o técnico discorreu brevemente sobre as fases iniciais de trabalho junto à fazenda e chamou a atenção para o papel dos primeiros trabalhadores nesse período.

Conforme o documento, a “primeira fase de Coruputuba”⁵⁸, que segundo Aguiar correspondia ao momento em que Cícero da Silva Prado adquiriu a propriedade até o “desbravamento para agricultura”, era “representada pelos Fredericos e seus descendentes”. A fase seguinte, caracterizada pelo autor como a fase “das lutas para o calçamento dos animais” e das “várzeas pantanosas”, tinha nas pessoas de “Antônio de Paula, filhos e netos; Niquita, filhos e netos e Olímpio Penina, filhos e netos”, seus principais representantes. Já a terceira

⁵⁷ Por “comuns” entendemos os trabalhadores que não exerciam altas funções administrativas.

⁵⁸ O documento ainda menciona a presença de “elementos indígenas” nessa primeira fase.

fase, que traz os nomes de “Alfredo Salgado, filhos e netos, Joca etc.,” é descrita como a época da “mecanização” animal, cujo “arado é puxado a boi, a grade a burro, e demais serviços feito por animais”.

Na sequência, antes de mencionar alguns funcionários ligados ao início da fase industrial, Aguiar sutilmente reivindica um reconhecimento ao papel dos trabalhadores e a importância desses junto às transformações ocorridas na empresa.

O senhor atirou-se para a industrialização criando de sua pequenina máquina de papelão, tocada a vapor, este movimento nobre e altaneiro, que é a fábrica Coruputuba, descrevê-la para o senhor seria supérfluo e desnecessário, **mas como de início dissemos, todos temos uma pequena parcela aqui dentro e assim, estão presentes os coadjuvantes** aqui representados pela viúva do sr. José Humberto Gomes, Bimbim e filhos, Totozinho e filhos, Dorindo, filhos e netos” (*O Trabalhista*, 3 nov. 1958, p. 3; destaques meus).

Meio século depois, a trajetória dos trabalhadores da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado permanece obliterada pelas representações construídas em torno da figura de Cícero da Silva Prado e de Coruputuba. Numa narrativa que valoriza e alimenta o ideal de progresso, os trabalhadores ocupam lugar de menor destaque nos meios midiáticos da cidade. De toda a documentação localizada e analisada, a fala de Aguiar é o único registro escrito que se preocupa em colocar em evidência a participação dos trabalhadores nos processos de transformação da empresa. Por essa razão, neste capítulo, privilegiamos a fonte oral, para compreender aspectos relacionados à vida dos trabalhadores.

3.1. Lembranças do trabalho

A lembrança do trabalho se constitui, para alguns, como o elo mais importante da sua relação com a Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado e com Coruputuba. Para outros ela é bem secundária, e para alguns ela não se desprende totalmente das recordações da vida privada ou do convívio social. Nesse primeiro momento vamos conhecer as personagens e suas recordações no âmbito do trabalho, uma vez que cada pessoa, das quais ouvimos, exerceu uma função diferente dentro da empresa. Assim poderemos ter uma noção de como se articula a memória do trabalho em diferentes espaços.

É preciso destacar que os relatos aqui apresentados não devem ser entendidos como única possibilidade de interpretação do passado. Eles emergem de memórias individuais, em

grande parte baseadas em experiências próprias, ou seja, são lembranças pessoais. O que nossos entrevistados têm em comum é o fato de terem trabalhado para a mesma empresa, mas suas memórias e interpretações do passado são únicas. Em resumo, concordamos com Alessandro Portelli quando diz:

Nossa experiência é uma experiência social, mas não se pode submeter completamente a memória de nenhum indivíduo sob um marco de memória coletiva. Cada pessoa tem uma memória, de alguma forma, diferente de todas as demais. Então, o que vemos, é mais que uma memória coletiva, é que há um horizonte de memórias possível (PORTELLI, 2014, p. 201).

Ao mesmo tempo não desconsideramos os efeitos que memórias compartilhadas possam ter sobre os relatos, muito menos negamos seus possíveis entrelaçamentos nas narrativas.

As impressões acerca do cotidiano na fábrica decorrem das lembranças do sr. Ivan e sua irmã, D. Ivanilda; sobre o trabalho no setor agrícola desenvolvido na Fazenda Sapucaia, temos o sr. Zacarias. Analisamos ainda a trajetória de D^a Carminha no serviço social da empresa e a relação de D^a Graça e seu esposo, o sr. Francisco, com os arrozais e trabalhos que vieram depois. Por fim, apresentamos o sr. Paulo Tarcízio, que não foi funcionário direto da Companhia mas estabeleceu vínculos com ela por meio de sua família, tornando-se mais tarde professor do grupo escolar situado na Fazenda Coruputuba.

3.1.1. A fábrica sob a perspectiva do Sr. Ivan e de D^a Ivanilda

O sr. José Ivan Jacinto da Silva, sr. Ivan, natural de Pindamonhangaba, nasceu em 1941. Filho de antigos funcionários da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado, viveu na Fazenda Coruputuba da infância até por volta dos 30 anos de idade. Aos 19 anos, entrou para a fábrica de papel onde trabalhou por quase uma década. Sua mãe, D^a Maria José Fernandes dos Santos da Silva, era operária e seu pai, o sr. José Benedito Jacinto da Silva, exercia a função de encanador; além dos pais, o sr. Ivan teve quatro irmãos que também trabalharam na empresa; um deles trabalhou no escritório, o outro no setor agrícola, uma das irmãs foi telefonista, e por fim, a D^a Ivanilda, que também é uma de nossas entrevistadas, trabalhou na fábrica e depois no escritório.

D^a Ivanilda, também natural de Pindamonhangaba, nasceu em 1943. Ela conta que, quando entrou na fábrica, trabalhou na “sala de escolha”, ou “salão das moças”, como era mais conhecido, onde tinha a função de “tirar os refugos” do papel que saía da máquina e separá-los

a cada “cem resmas”. Porém, depois de algum tempo nesse serviço, foi transferida para o escritório devido à boa caligrafia. Lá ficou até se desligar da empresa. Ao relatar sobre sua mudança de função, assim como em outros momentos da conversa, D^a Ivanilda, sempre muito bem humorada, revela uma moça cheia de esmeros; aspecto ao qual, diga-se passagem, ela também atribui a sua transferência para o escritório:

Eu fui transferida do salão pro escritório. Achava que eu tinha uma caligrafia boa, que era isso, era aquilo. Era a madame, né?! Aí passaram eu lá pro escritório. [...] É por causa da caligrafia, e eu andava bem chique, bem arrumada, né?! Eu era madame de lá. Toda semana eu fazia um vestido pra mim. Mas só que eu tinha uniforme, né?! Eu acho que eu era bonita, né? Eu trabalhava de uniforme, mas lá a gente tirava, punha no armário, aí saía o jeito que você queria sair (Ivanilda da Silva, entrevista, 2018).

Durante os dez anos em que estive na fábrica, o sr. Ivan exerceu várias funções: “eu trabalhei em todos, eu acho que uns quatro ou cinco setores. Na máquina de produção, depois trabalhei no salão das moças, depois eu fui pra expedição”, explica. Essa flexibilidade, que ele atribui ao “vício” que tem por trabalhar, fez com que ele lidasse com diferentes tipos de máquinas ao longo dos anos, as quais relaciona: “eu trabalhei em máquina de produção, eu trabalhei bobinoza, rebobinadeira, cortadeira, expedição”. Com um ligeiro esforço, consegue ainda lembrar detalhes do funcionamento de uma delas, a denominada “Máquina 4”, que operou por quase quatro anos: “noventa metros. Ela tinha o feltro, não, tinha a tela, punha a massa dentro da tela, da tela vinha nos feltro, dos feltro vinha no secador, do secador enrolava tudo, em bobinas”.

De maneira geral, a narrativa do sr. Ivan sobre o cotidiano na fábrica alterna-se entre as especificações técnicas que envolvem a produção do papel e o maquinário; os momentos de solidariedade entre colegas ou desavenças contra os chefes de seção; tensões entre ele e a máquina e uma supervalorização de sua autoimagem enquanto trabalhador honesto e esforçado. Já D^a Ivanilda, que compartilha com seu irmão alguns pontos da narrativa sobre a rotina no chão da fábrica, traz algumas informações sobre o trabalho no escritório. Por meio desses relatos, podemos conhecer, pelo menos em parte, como foi o trabalho na fábrica de papel da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado e analisar como as reminiscências se preservam e se projetam na e da memória dos nossos entrevistados.

Como já dissemos, a Companhia produzia papel e papelão de diferentes segmentos, dos quais o sr. Ivan se recorda com muita clareza: “ela fazia o craft, ela fazia o flor post, ela fazia o papel maisena, duplex, ela fazia duplex dobrado, fazia o craft dobrado. O que mais que ela

fazia? Seda. Fazia cristal, cristalite” (Ivan da Silva, entrevista, 2018). Se para a empresa essa variedade repercutia suas transformações técnicas e talvez um bom desenvolvimento econômico, para nossos entrevistados ela envolvia “uma série de movimentos do corpo” (BOSI, 1979, p. 390) que, hoje, suscita lembranças. D^a Ivanilda, por exemplo, recorda os ferimentos causados pelo papel cristal: “danado pra cortar o dedo da gente, ia até com esparadrapos assim, tudo enrolado. Era horrível!”.

No trabalho noturno, o sr. Ivan entrava às 18 h e saía às 6 h: “Ah, vou te contar, não é fácil não, viu?! Trabalhar de prensista, em fábrica de papel, 12 horas, de noite?!”. Quando tinha sorte, o papel saía da máquina em perfeitas condições, e assim, desde que estivesse longe do olhar dos contramestres “puxa-sacos”, como ele destaca, conseguia cochilar um pouco. Porém, quando surgiam contratempos, insurgia-se da forma que lhe era cabível:

Eu era prensista, e de noite dava sono em mim. Quantas marmita eu não sentei no chão? Porque o papel **quebra**. Não **pode** passar na lida senão **dá** problema. O papel quebrava na massa, na hora da tela. **Tec!!!** Eu engatava o papel, puxava a rede, esperava, dez, quinze minutos. Eu virava as costas o papel quebrava (Ivan da Silva, entrevista, 2018).

Ao narrar, essas lembranças se tornam tão vivas para o sr. Ivan que, por um momento, ele emprega os verbos, acima destacados, no presente; como se estivesse revivendo aquele rito de trabalho. A onomatopeia, procurando representar o estalo do papel se partindo, é o eco de um repertório de sons vindos do passado: “Aquele seda era gostosa de lidar com ela” (D^a Ivanilda, 2018). “É, fazia *cuirrrr*” (sr. Ivan, 2018). Aliás, essa é uma característica muito marcante na narrativa do sr. Ivan. Em certos momentos ilustrada por sons e solfejos. Junto à recordação do apito da fábrica, que se podia ouvir de sua casa, e que ele reproduz durante a entrevista, vem a lembrança dos horários de entrada e saída no trabalho, das refeições e das horas extras: “Apitava às dez horas da noite, apitava às seis horas da manhã, apitava, apitava às sete horas da manhã, apitava meio dia, apitava às quatro. Eu tenho uma memória... eu tô meio velho, mas” (sr. Ivan, 2018).

Sem pausa, os trabalhadores da produção eram obrigados a fazer suas refeições aos pés de máquinas que funcionavam ininterruptamente por 24 horas. Aliás, essa era uma condição que demonstra uma distinção da jornada de trabalho destes em relação aos operários de ofício. Como explica o sr. Ivan: “esse pessoal que ia em casa, era mecânico, era marceneiro, escritório. Agora o pessoal da produção comia lá na máquina mesmo. D^a Ivanilda acrescenta: “não podia largar né?!” E o sr. Ivan completa: “não podia parar”.

A racionalização do trabalho no âmbito da produção industrial capitalista, onde tempo e dinheiro estão correlacionados, impôs novos ritmos à disciplina do trabalho, o que afetou hábitos, costumes e a percepção do homem em relação ao tempo. Estudando a resistência dos camponeses em conflito com a reestruturação dos processos de produção na Inglaterra industrial do século XVIII, que deixava de ser baseada nos costumes e passava a se dar em termos econômicos, Thompson (1998, p. 272) chamou atenção para esse tipo de relação no momento de sua gênese:

Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu "próprio" tempo. E o empregador deve usar o tempo de sua mão de obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzem a dinheiro. O tempo agora é moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta.

Consolidado esse paradigma nos países capitalistas, não é de se estranhar o tom aparentemente acrítico na fala dos entrevistados; o que, por sua vez, não significa que a incorporação dessa e de outras formas de disciplinarização no âmbito das relações de trabalho tenham sido plenas ou passivas. Lembrando o que disse Michele Perrot (1988, p. 55) acerca da imposição de um sistema disciplinar fabril: “feito para triunfar sobre uma resistência, ele suscita imediatamente outra”. Relacionemos alguns exemplos.

Em seu relato, D^a Ivanilda nos explicou como conseguia subverter a regra do jogo quando atingia a meta diária de produção antes do fim do expediente: “acabava o serviço lá, eu já tinha tudo arrumadinho, eu subia lá em cima, escondia lá trás. Ai que gostoso dormir lá! Eu falava pras colegas assim: ‘qualquer coisa você vai lá chamar eu, hein?’”. Diante da astúcia e criatividade de D^a Ivanilda e a solidariedade das colegas, a vigilância da fábrica se dissolvia. Uma tática que a entrevistada viu triunfar não se sabe quantas vezes e que, por saber dos riscos, se vangloria por ter saído ilesa: “era escondido. E nunca pegou eu, viu?!”.

Inclusive, esse ponto se conecta com a transferência dela para o escritório. Ela conta que a mudança de função lhe agradou porém custou esse drible. A partir de seu relato é possível perceber como, para ela, o chão da fábrica se constituía como um lugar de liberdade, ainda que essa liberdade fosse forjada e que tivesse seu risco:

Eu não gostei muito não. Tava com soninho lá... [Não dava para dormir mais?]⁵⁹. Ah, aí não; o chefe lá com aquele... Como é que era o nome dele, Ivan? Ele punha aquele charuto na boca assim e ficava fumando e ficava olhando pra gente assim. Não tinha jeito, né?! Aí eu fiquei lá. Terminei lá no escritório (Ivanilda da Silva, entrevista, 2018).

⁵⁹ Neste trabalho, optei por indicar entre colchetes as minhas intervenções, como entrevistador, no interior das falas dos/as entrevistados/as.

No jogo de forças do cotidiano fabril, nem sempre sai vencedor quem joga em terreno próprio. Em certas situações, o enfrentamento direto era uma cartada à disposição. O sr. Ivan conta um episódio de quando trabalhava na expedição e precisou enfrentar um dos encarregados:

Eu só tive um problema lá com esse Antoninho, que era da expedição. Nós pesando bobina de craft e a bobina acho que pesava uns 80 quilos. E logo eu que fui pegar a abençoada bobina, pôr na balança pra pesar. E eu fui sozinho. E eu falei: ‘eu-não-vou-pôr’, porque a lei trabalhista é bem exigente: 50 quilos! Por pessoa! E não é? E de mais a mais eu não sou guincho. Porque eu falo mesmo, não tem ... Não vai pesar bobina? Eu falei; eu não! Sozinho não! Se me der outro ajudante, aí fica 40 quilos pra cada um. Então vamos lá falar com o Russo. E o Russo ia tomar café na casa dele às 8 horas. [Esse Russo era encarregado?] Encarregado, é, fabricante! Na volta nós ficamos na portaria e ele perguntou: ‘o que houve?’ ‘É, o Ivan aí não quer pesar bobina’. Eu falei: eu não sou guincho. ‘Quantos quilos pesa a bobina, Ivan?’ Eu falei: 80 quilos! Ele falou: ‘Toninho, tá certo o rapaz’. O Russo era cem por cento comigo; nossa, eu não tinha problema com o Russo. Mas o Toninho quis aparecer nas minhas costas; ele pensou que tava lidando com um bobo. Eu falei: pra cima de mim, não (Ivan da Silva, entrevista, 2018).

Primeiramente é preciso considerar a entrevista como “uma apresentação de si” (PORTELLI, 2014, p. 216). No geral, em sua narrativa, o sr. Ivan costuma ponderar: “eu gosto das coisas direito” – construindo, à sua volta, a imagem de um homem íntegro que, por exemplo, leva à risca o texto da lei. Ao mesmo tempo se apresenta como alguém que não tolera desaforos (“eu não sou guincho”; “quis aparecer nas minhas costas”; “pensou que tava lidando com um bobo”). Por fim, vemos a valorização do bom relacionamento para com o outro encarregado (“o Russo era cem por cento comigo”).

Por outro lado, essa relação de forças nos faz colocar de lado uma visão que desconsidera a capacidade de ações autônomas por parte de trabalhadores e a noção de um poder totalizante, triunfante em suas dimensões. Amparando-se na legislação trabalhista, o sr. Ivan conseguiu impor limites à autoridade patronal, representada na figura do encarregado; um tipo de resistência espontânea aos abusos e arbitrariedades que surgem no dia a dia, e cuja resolução se dá de forma direta.

A saída do sr. Ivan da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado aconteceu em 1969, quando foi demitido, segundo ele, após se negar a envolver-se em um carregamento de cargas sem nota fiscal:

O Toninho chegou em mim e falou: ‘amanhã você pega às 4’. Eu falei: por quê? ‘Eu tô mandando’. Eu falei: mas eu quero saber, por quê? ‘É porque tem umas cargas pra carregar aí, sem nota fiscal’. Mas quem é que vai carregar?

‘Você!’ Eu falei: ah! E aí no outro dia eu não fui trabalhar, fiquei em casa trinta dias. Ia me chamar todo dia lá. A dona Josefina [ex-esposa] saía. O Ivan tá aí? Tá, mas ... No último dia: tá aí uma carta. No último dia, aconteceu os trinta dias, o Altino foi em casa. Falou: ‘Ivan!’ Eu falei: o que é? ‘O dr. João Antônio [chefe] quer falar com você!’ Eu falei: tá certo, eu vou pôr uma roupa e vou lá; daqui a pouco eu chego lá. Aí cheguei lá no escritório, bati na porta, ‘dá licença!’ Ele falou: ‘oh, bom dia! Senta aí pra nós conversar um pouco. Por que que cê tá fazendo isso com a gente? Você é um homem bom, rapaz, cê é trabalhador, você é responsável. Você carrega, faz qualquer serviço. Quantos serviços você já passou?!’ Eu falei: como de fato o senhor tá falando agora, porque é agora que o senhor tá vendo. Mas eu vou falar uma coisa pro senhor: quando entrei aqui, dia 21 de março de [19]61, eu fui escalado pra trabalhar, não pra roubar (Ivan da Silva, entrevista, 2018).

O teor da narrativa do sr. Ivan se dá tanto no sentido de explicar o motivo de sua demissão, revelando ilicitudes por parte da empresa, como para fortalecer sua imagem, uma vez que, pela fala do chefe, tece características de si mesmo, como o apego ao trabalho e a honestidade, para ele muito importantes, e assim constrói uma imagem incorruptível em torno de si. Para Michael Pollak (1992, p. 4), “a memória, como um fenômeno construído”, se organiza em “função do momento em que ela é articulada, em que ela é expressa”. No caso do sr. Ivan, ela é organizada no momento da entrevista, momento este em que ele é tomado pelo sentimento de identidade, definido por Pollak como

A imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida, referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p. 5)

Ao se recordar da demissão, o sr. Ivan recorre a atributos socialmente valorizados, ao passo em que coloca em risco a imagem da empresa, demonstrando que, para ele, o mais importante nesse momento é sua autoimagem.

3.1.2. Sr. Zacarias: vida e trabalho na Fazenda Sapucaia

Nosso outro entrevistado é o sr. José Zacarias Bento. Nascido em 1949, mudou-se para a Fazenda Sapucaia com 13 anos de idade, quando seu pai começou a trabalhar naquela propriedade. Antes, ele e a família moravam em uma fazenda vizinha, a Fazenda dos Correias. Aos 15 anos tornou-se funcionário da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado, onde já trabalhava havia um ano sem registro. Na empresa exerceu diversas funções ligadas ao trabalho agrícola:

É, nós plantava eucalipto, nós plantava arroz, plantava mi... é ... plantava cana, né, pra fazer pinga. Daí trabalhei no alambique de pinga. Trabalhava nos vários serviços, né?! Lá a gente fazia vários serviço. Cheguei a trabalhar com trator, operador de máquina. Então a gente fazia vários tipo de serviço.

A rotina de trabalho na roça começava cedo. De acordo com o sr. Zacarias, por volta das 5 h 30 os trabalhadores e trabalhadoras saíam de casa e se encontravam em determinado ponto da fazenda, e de lá seguiam para os eucaliptais, canaviais e arrozais, transportados em carrocerias de caminhão ou em carretas puxadas por trator, com assentos improvisados e dividindo o espaço com as ferramentas que eram utilizadas na lida. “Ia a peãozada tudo sentado ali. A turma colocava umas tábuas, assim na carroceria, e a turma ia tudo sentado ali, tudo com a ferramenta lá, a enxada, o enxadão, foíce”, explica o entrevistado.

As ferramentas citadas pelo sr. Zacarias nos dão uma dimensão do trabalho que aqueles trabalhadores tinham pela frente: a enxada, utilizada para cortar mato, puxar terra; o enxadão, para cavar, abrir sulcos na terra; a foíce, instrumento adequado para roçar o mato. O sr. Zacarias se recorda que, basicamente, o trabalho girava em torno das etapas da produção de arroz, tais como a plantação, a limpeza, a colheita e o ensacamento; também envolvia a limpeza e corte de cana de açúcar, bem como a plantação de mudas e o corte de eucalipto. O entrevistado ainda relembra que quase todas as tarefas eram executadas tanto por homens como mulheres, com exceção apenas do corte de eucalipto e da operação de máquinas, que ficavam a cargo somente dos homens.

Em 1965, o periódico carioca *Jornal do Brasil* publicou uma matéria na qual destacava o trabalho de reflorestamento – baseado no cultivo de eucalipto e pinus – desenvolvido pela Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado. É interessante notar que há correlação entre o relato do sr. Zacarias e alguns aspectos levantados pelo articulista do referido jornal, mais de meio século atrás, no seguinte trecho:

Cerca de três centenas de homens do campo, inclusive mulheres, entoando canções da terra, preparam, com enxadas e foices, o reflorestamento dos morros da Fazenda Coruputuba, em Pindamonhangaba, abrindo caminho para uma experiência coletiva que deverá, em quatro anos, industrializar a região mais importante da faixa agrícola do médio Vale do Paraíba. (*Jornal do Brasil*, 7 fev. 1965, p. 14)

A interação rotineira com os elementos que fazem parte do universo da atividade laboral, tais como as ferramentas e os instrumentos, o maquinário, matérias-primas, entre outros, produz um saber próprio, muito particular, de domínio do trabalhador, que se origina, muitas vezes, a partir da observação ou dos sentidos. O sr. Zacarias, por exemplo, alheio ao conhecimento

acadêmico-científico, conseguia distinguir as quatro espécies de eucaliptos cultivadas pela Companhia, como já mencionamos, a *saligna*, a *alba*, a *citriodora* e a *kirtoneana*, pela cor, espessura ou altura do tronco ou através do cheiro, e partindo dessas características era capaz de identificar o uso apropriado para cada uma delas.

O eucalipto de cheiro, ele é mais resistente. Tinha o eucalipto vermelho, que era resistente também, mais forte, né. Aí tinha o outro eucalipto, do branco, que era o mais fraco, que a turma gostava mais pra fazer papel. Agora tem um eucalipto também que é branco, que é o mais resistente de todos os eucaliptos. Entendeu? Ele é um eucalipto de cheiro. Ele é branco e ele dá um cheiro gostoso mesmo. Esses eucaliptos é forte. Esse aí você pode fazer casa com ele, pode fazer o que quiser com ele. (Zacarias, 2018)

Aliás, no âmbito do trabalho, o saber do ofício precisa ser entendido como expressão do domínio que, quando reconhecido, pode se converter em autonomia para aqueles que o detêm⁶⁰. Em outro ponto da conversa, o sr. Zacarias demonstra o quanto, para ele, o conhecimento popular possui tão mais autoridade quanto o conhecimento adquirido nos espaços institucionais. “Quem faz pinga entende mais do que qualquer engenheiro. O engenheiro, às vezes, nem sabe o quê que tá fazendo”, assinala. Essa é uma premissa de quem cresceu acompanhando o processo de produção da cachaça no convívio familiar: “meu avô também fazia pinga. Ele tinha um alambiquinho, mas era pequenininho, só pro gasto dele.” (Zacarias, 2018).

É importante destacar o papel da aguardente no contexto rural paulista até meados do século XX. Como bem observou Antônio Candido, em *Os parceiros do Rio Bonito* (2010), ela fazia parte do cotidiano do trabalhadores rurais; toda casa tinha uma garrafa para “pequenos goles dos adultos, para as fricções nas crianças, para cordiais de uns e outros, em caso de resfriado, friagem, doença”. Era consumida em festas e vendas e aos sábados era consumida em maior quantidade.

Na Fazenda Sapucaia, ela também fazia parte do dia a dia dos trabalhadores e não apenas como mais um produto da atividade econômica da Companhia. Segundo o sr. Zacarias, o consumo da cachaça se dava sempre após o expediente, momento em que se “podia beber à vontade”. Como era produzida em grande escala na própria fazenda, todos tinham liberdade para levar o quanto fosse conveniente: “todo mundo levava a pinga pra casa. Pra beber em casa. Todo mundo levava de garrafão já. 5 litros! Tinha gente que levava um litro, tinha gente que não levava né, não bebia” (Zacarias, 2018).

⁶⁰ Como demonstrou Michele Perrot, ao estudar a resistência dos trabalhadores franceses às formas de disciplina imposta pelas fábricas no século XIX: “os operários profissionais, seguros do seu saber, estão em condições de exercer um refreamento constante sobre a produção” (PERROT, 1988, p. 63).

Para o sr. Zacarias, essa possibilidade de se consumir tudo o que era produzido na fazenda era a maior vantagem de estar empregado no setor agrícola da empresa. Ele revelou que havia uma diferença salarial entre os trabalhadores rurais e os operários da fábrica, mais vantajosa para estes, o que criava certa inimizade entre os trabalhadores dos diferentes setores. Segundo ele, “os caras trabalhava na fábrica achava que era melhor do que a turma da roça, porque eles ganhava mais um pouco. Lá a turma ganhava um salário mínimo, e aqui a turma ganhava um pouquinho mais de um salário” (Zacarias, 2018).

Os trabalhadores do setor agrícola poderiam ser transferidos para a fábrica desde que fossem bons jogadores de futebol. Essa era uma condição que a empresa impunha na tentativa de criar um time competitivo para disputar o campeonato amador de futebol regional, que, diga-se de passagem, deu bons resultados nos anos de 1970. No entanto, era uma prática que, ao mesmo tempo que oferecia a oportunidade de mudança de setor para alguns, restringia ainda mais para outros.

Tinha gente da fazenda lá [da Fazenda Sapucaia] que sempre vinha pra fábrica aqui [em Coruputuba], mas só que os caras que eles traziam de lá, era os caras era bom de bola lá. Era os caras que era bom de bola lá na fazenda [Sapucaia], que ficava bom de bola, aí eles trazia pra trabalhar pra cá. Pra trabalhar na fábrica pra jogar bola. A gente que não jogava bola, não vinha pra trabalhar na fábrica. Então todo mundo que queria trabalhar na fábrica, a molecada, assim, tinha que ser bom de bola.

Independentemente de qualquer coisa, o sr. Zacarias diz que nunca almejou trabalhar na fábrica de Coruputuba, por isso permaneceu na Fazenda Sapucaia até algum tempo depois da morte de Cícero da Silva Prado. Depois disso, trabalhou em algumas montadoras de carro que se instalaram na região e fez outros serviços até se aposentar.

3.1.3. D^a Carminha e o serviço social

D^a Carminha começou a trabalhar na empresa com 14 anos de idade. Sua primeira função foi telefonista, depois passou para o escritório, onde atuou como datilógrafa; com gestos de quem manipula uma máquina de escrever, conta que trabalhou “batendo fichinha de pagamento”. Sua mãe foi cozinheira de Cícero da Silva Prado e o pai, um imigrante espanhol, pedreiro. Dos seus seis irmãos, três trabalharam na empresa, sendo que um deles foi segurança, o único que ela especifica.

Em seu relato, Carminha não se atém muito a falar sobre o ofício na fábrica. Logo passa a contar sobre a função de assistente social que assumiu ao fundar o Serviço Social Dom Bosco,

que oferecia cursos, como o de corte e costura, fazia arrecadação e distribuição de alimentos, agasalhos, remédios, brinquedos, entre outros. O serviço funcionava em uma antiga tulha que D^a Carminha recebeu permissão para transformar no “Salão Dom Bosco”, um espaço dedicado a “atender as pessoas...que precisavam às vezes de orientação, internação”.

Eu entrei como telefonista, depois passei a bater fichinha de pagamento. Era o teste... Aí depois, como eu gostava muito de ajudar as pessoas, a encaminhar tudo, eles me chamaram e daí falou ‘oh, Carminha, você gosta dessa área, então você vai ficar nessa área social’. Daí é uma tulha grande. Não sei se você sabe o que é tulha. É um depósito comprido aonde você depositava o arroz. Daí depois eu pedi pra Dona Bimbim, que é filha dele [Cícero da Silva Prado], ‘oh, D^a Bimbim, essa tulha aqui tá cheia de tranqueira. A senhora não quer dar pra mim montar um serviço social aqui?’ Aí ela falou que podia (Carminha Gomes, entrevista, 2018).

A narrativa de D^a Carminha costuma ser descritiva e sequencial, demonstrando uma característica própria de quem já se habituou a narrar a mesma história repetidas vezes. Em outro momento da conversa, nossa interlocutora novamente narra o início de sua trajetória na empresa, escolhendo e organizando as palavras de forma similar ao que dissera antes, conforme o trecho que transcrevemos acima. A diferença é que, quando explica sobre a tulha, traz mais detalhes sobre sua função:

Não sei se cê sabe o quê que é uma tulha. É um casarão como isso daqui... [apontando para o prédio da biblioteca, local onde aconteceu a entrevista] ... que não tinha nada. Daí guardava o arroz. O arroz vinha, daí era beneficiado, limpadado e daí então ensacado. Daí então a gente vendia o arroz; 100 sacos de arroz, 300 sacos.

Esse aspecto da narrativa de D^a Carminha não pode passar despercebido. Ele demonstra uma valorização de certos pontos de sua história em detrimento de outros. Ao mesmo tempo em que procura ser precisa quanto à quantidade de sacos de arroz que eram vendidos, ela pouco revela sobre a execução do seu trabalho no escritório. O que quer dizer que não relatar sobre o serviço não implica, necessariamente, um esquecimento, mas talvez uma escolha, em que a narradora se apoia em dados e acontecimentos que considera mais relevantes. Como coloca Portelli, “apoiar-se em um episódio pode ser um caminho para salientar sua importância” (PORTELLI, 2014, p. 29). D^a Carminha valoriza a responsabilidade que assumiu enquanto assistente social, que aliás lhe conferiu mais destaque e admiração, perante os demais trabalhadores, do que o trabalho de “bater fichinhas de pagamento”.

Por outro lado, há de se levar em conta que D^a Carminha é uma espécie de narradora oficial de Coruputuba, ou “memória viva de Coruputuba”, como gostam de se referir a ela. Ciente ou não desse papel, de todos os entrevistados ela é a única que em certos momentos se refere à empresa como “a gente”: “a gente vendia o arroz”. Em contrapartida, é também a pessoa que menos falou de si, ou, melhor dizendo, que menos falou sobre aspectos da sua vida que não fossem diretamente vinculados à Companhia.

3.1.4. Vó Graça e Sr. Chico Pedro

Diferentemente dos demais entrevistados, Dona Graça e o sr. Francisco ainda vivem em Coruputuba. Ambos nasceram lá, em 1939. E estão casados desde 1956. São filhos de lavradores, antigos funcionários da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado. Aos 17 anos, o sr. Chico Pedro começou a trabalhar na mesma empresa, como motorista, onde ficou até se aposentar. Pouco tempo depois, Dona Graça tornou-se empregada doméstica no Chalé. No entanto, a trajetória de vida dos dois, em relação ao trabalho, começou um pouco mais cedo. Dona Graça recorda que começou a trabalhar com o pai:

Lá na beira da várzea. Trabalhava no mato lá, limpando aqueles valetão grande, sabe? Tudo. Puxando a sujeira lá de baixo pra cima. Plantação de arroz, que a gente cortava arroz com aquela coisa, sabe? E com água até quase ... por peito assim. Meus irmãos também cresceu, ficou trabalhando tudo junto com mamãe e papai, né. Foi duro pra nós, mas graças a Deus... (Graça, entrevista, 2018).

Antes de continuarmos, é preciso esclarecer que D^a Graça gosta de ser chamada de “Vó Graça”, e o sr. Francisco, de Chico Pedro: “é mais conhecido”, diz ele; por essa razão, daqui em diante os chamaremos assim.

Vó Graça explica que a difícil situação financeira da família a levou, junto com seus nove irmãos, a começar a trabalhar desde cedo nos arrozaes de Coruputuba: “antigamente, a gente só comia arrozinho e feijão, né?! Não tinha pão; nesse tempo não tinha. Aí mamãe ia fazer compra. Toda semana assim nós recebia um dinheiro e já passava pra ela” (Vó Graça, 2018).

O sr. Chico Pedro, assim como sua esposa, começou a trabalhar na lavoura ainda na infância, também acompanhando seu pai, o sr. Bonifácio Lemes: “ele trabalhava na vargem, ele levava eu pra trabalhar com eles lá” (Chico Pedro, 2018), explica. Lá conheceu Vó Graça e aos

14 anos começaram a namorar: “a gente trabalhava tudo junto lá na várzea” (Vó Graça, 2018). O período da lida na lavoura se constitui como uma fase muito difícil na vida de Vó Graça: “trabalhava com vanga, sabe? Cavocando ... muito sofrimento, viu”. Por outro lado, é o mesmo período em que ela conheceu o homem com quem se casou e vive até hoje e com quem constituiu família; o que de certo modo traz um alívio a essa lembrança:

Então, daí foi isso que aconteceu, porque a gente trabalhou muito na roça. Aí depois eu casei nova, sabe? Casei nova ... e daí foi o único namorado também e o único marido, né?! E estamos aí com sessenta e dois anos de casado. Sessenta e dois anos de casado, viu? Graças a Deus! Aí com dezessete anos eu tive a minha primeira filha que tem... Tá com sessenta e um. O segundo tem sessenta.

Depois que se casou, Vó Graça começou a fazer serviços pela vizinhança: “eu trabalhava de casa, eu lavava roupa em três, quatro casas. Lavava, passava e entregava”. Ela explica que essa foi a forma que encontrou para complementar a renda da família que se formava: “e daí eu conseguia um dinheirinho. O dinheirinho que eu tinha pra ajudar o véio, né?!”. Quando questionada sobre a possibilidade de emprego na fábrica, Vó Graça respondeu:

Não, é que a fábrica tinha que ter... Coisas melhor do que eu, né?! Porque a gente era caipira, tudo, né?! Não tinha estudo e não tem mesmo. Eu não, mas meu marido tem. Mas a gente não tinha e pra trabalhar num lugar assim tinha que ter estudo, né?!

Seu primeiro e único emprego registrado foi no Chalé, na Fazenda Coruputuba, onde trabalhou até aposentar. O Chalé era uma casa que Cícero da Silva Prado fazia sua residência em Pindamonhangaba, onde também recebia e hospedava convidados, geralmente pessoas da elite, empresários e engenheiros; pessoas que Vó Graça define como “gente assim, que é muito mais que os empregados”. Fala que revela a percepção da entrevistada em relação ao grande distanciamento social entre ela, uma mulher simples, poucos recursos financeiros e com pouco estudo, para com o patrão e os seus. Adiante, sobre essas pessoas, ela explica: “... eles vinham pra trabalhar ... ficavam no chalé e iam pra fábrica, sabe?” (Vó Graça, 2018).

Vó Graça conta que conseguiu o emprego por intermédio da mãe de D^a Carminha, que na época era cozinheira do Chalé. Isso nos leva a crer que nem sempre o vínculo familiar com a empresa era garantia de emprego; considerando também o período em que ela ficou desempregada. Passados alguns anos, o Chalé foi demolido, por razão que a entrevistada ignora; assim, ela e os demais empregados foram transferidos para a casa de Laerte Assumpção Jr., neto de Cícero da Silva Prado. Sobre seu serviço, ela descreve:

Eu cuidava da casa. Na cozinha não. Eu fazia os quartos e também tinha um pra varrer... pra limpar... eu fazia as camas, fazia tudo as outras coisas,

menos... a cozinha não. Aí eu cuidava da... que era muita gente pra dormir, então eu tinha que arrumar as camas, tinha que arrumar tudo direitinho e eu já fazia tudo certinho, né?! A cozinheira fazia o café, eu arrumava coisa grande assim, tudo muito bem arrumado... Eu colocava a mesa, eu que tirava a mesa, eu que servia o almoço. É... eu servia tudo. [...] tudo o serviço. Tinha tudo certinho... Eu arrumava tudo e depois eu passava ainda, assim, por exemplo, tinha a comida pra ir passando [com a bandeja]. E trabalhei bastante (Vó Graça, 2018).

A entrevistada diz que permaneceu nesse emprego por mais de quatro décadas. O trabalho de caráter doméstico e a proximidade do local de trabalho com a própria casa transformaram sua vida pessoal e a vida profissional quase que em uma coisa só, separadas por uma linha muito tênue. O mesmo ocorreu com seu esposo.

Depois dos arrozais, o sr. Chico Pedro trabalhou a vida toda como motorista para a Companhia de Cícero da Silva Prado e posteriormente para as empresas que assumiram seu controle acionário. Entre suas principais lembranças, estão as viagens que fazia com Prado, o que lhe possibilitou conhecer as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Quando não estava viajando com o patrão, fazia o transporte de funcionários da fábrica para casa, e vice-versa, ou, como ele diz: “levava os cabras!”. Trabalho que, como ele conta, exigia integral disposição e lhe custou algumas noites de sono:

O pessoal não dava sossego de noite pra mim. Lá era três horários. As vezes tinha algum funcionário que não ia entrar dez horas. Daí eles ligava: ‘seu Chico, vai buscar fulano que vai entrar dez horas’. Aí eu vinha buscar. Daí eu buscava, esperava aquele, saía dez horas e levava pra casa. Dez horas. Às vezes tinha um cara que ia entrar seis horas e ele não podia entrar seis horas. De madrugada ele chamava eu. Cinco horas da manhã eles chamavam eu pra buscar o funcionário pra entrar seis horas. Daí eu deixava ele seis horas e esperava aquele outro que ia sair. Puseram até telefone aqui em casa.

Na memória do sr. Chico Pedro e da Vó Graça, a separação entre as lembranças dos tempos áureos da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado naturalmente se cruzam com as lembranças dos períodos mais recentes, quando a empresa já estava em outras mãos. Isso sem dúvida se deve ao fato de ainda viverem em Coruputuba, o que não causou uma brusca ruptura em suas memórias.

3.1.5. Professor Paulo Tarcízio

Natural de Pindamonhangaba, o sr. Paulo Tarcízio da Silva Marcondes nasceu em 1947 e viveu na Fazenda Coruputuba até o final da década de 1970. Proveniente de Taubaté, sua

família mudou-se para Coruputuba em 1942, quando seu pai, que era professor, foi contratado pela Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado para alfabetizar os trabalhadores da fábrica e atender aqueles que não haviam concluído o ensino primário. As aulas aconteciam no período noturno, no Grupo Rural Antônio Bicudo Leme, lugar onde sua mãe atuou como servente escolar por alguns anos.

Conforme o sr. Paulo Tarcízio, por exigência da Companhia, todos os dias seu pai levava a lista de presença à portaria da fábrica. Essa era uma maneira que a empresa tinha de impor e ter controle sobre a frequência dos trabalhadores nas aulas. Quem faltasse sem justificativa podia ser punido com o desconto em horas de serviço. Para o entrevistado, essa imposição é justificada pela relação trabalho x moradia.

Então eu vejo uma lógica nisso. É como você tá morando em um internato e faltar na aula. Porque você tá morando ali, em casa da Companhia e a Companhia paga o professor para dar aula para quem não tem curso primário completo e o aluno ainda falta, sendo que tá morando ali.

É difícil dizer quais interesses estavam contidos, por parte da empresa, nesse zelo para com a instrução de seus funcionários. Convém lembrar que, no início do século XX, a instrução do operariado esteve ligada ao ideário de progresso e era vista como importante instrumento civilizatório da classe trabalhadora. Além disso, a erradicação do analfabetismo entre a massa de trabalhadores, em alguns momentos, esteve atrelada a interesses políticos, por parte de sindicalistas e anarquistas (TIRIBA, 1989).

No entendimento do sr. Paulo Tarcízio, tratava-se muito mais de “um investimento que a Companhia tava fazendo pra melhoria da mão de obra”; uma questão prática, uma vez que o trabalhador alfabetizado “conseguia ler o manual de instrução da máquina” ou entender algum tipo de aviso: “Aviso na portaria da fábrica: ‘atenção, amanhã não sei o quê!’. O analfabeto vai ler o quê?”, pondera.

Entre os entrevistados, o sr. Paulo Tarcízio é o único que não foi funcionário da Companhia, entretanto, criou um vínculo profissional com Coruputuba, que se estabeleceu por outro caminho. Por volta dos 20 anos de idade, concluiu a então escola normal e, assim como seu pai, que havia falecido em 1956, passou a ministrar aulas, na condição de professor substituto, na escola de Coruputuba. Ele conta que, na época, chegou a ter interesse em trabalhar na empresa, “lá no escritório, na fábrica, mas não estavam contratando”, explica.

Porém, em 1968, conseguiu um emprego na AISA, fábrica de alumínio localizada em Pindamonhangaba. Optando por manter os dois empregos, precisou desdobrar-se em três turnos diários:

Eu comecei a lecionar em Coruputuba de manhã e trabalhava na AISA à tarde e à noite. Eu dava aula em Coruputuba das 8 h ao meio dia e trabalhava na fábrica AISA, das 15 h às 24 h. Daí pegava a estradinha, ia pelo meio do mato e voltava pra Coruputuba (Paulo Tarcízio, entrevista, 2018).

O sr. Paulo Tarcízio explica que esse percurso, feito à noite, “pelo meio do mato”, era percorrido de bicicleta e, mais adiante, pondera que aquela era uma “vida muito boa”, apesar de “muito corrida, trabalhosa”, era “muito gostosa”. Percebemos que, para o entrevistado, esse passado, caracterizado pela fadiga da rotina, é, de certa forma, remediado pela leveza da lembrança, que não esconde certo saudosismo ao se recordar do lugar onde nasceu e viveu os primeiros anos de sua vida.

Depois que saiu de Coruputuba, o sr. Paulo Tarcízio viveu em outras cidades da região, onde lecionou em algumas escolas. Dessa experiência, nasceu o livro *Aconteceu na Escola* (MARCONDES, 2018), que traz as lembranças de sua infância e aspectos da vivência enquanto professor da Educação Básica, desde os tempos de Coruputuba. Posteriormente, trabalhou um período no museu municipal de Pindamonhangaba, quando viabilizou a digitalização da documentação referente à Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado, muito utilizada nessa pesquisa. Hoje o sr. Paulo Tarcízio atua como advogado.

3.2. Lembranças da casa e da vila operária

Nossa casa era uma agitação de alegria e brincadeiras. Os móveis foram feitos quase todos pelo Papai. Nossas camas ele fazia com madeira que ganhava da fábrica. Os brinquedos, muitos ele fazia (MARCONDES, 2012, p. 24).

O excerto acima foi retirado do livro do sr. Paulo Tarcízio; trecho que ele usa para ilustrar a condição financeira da família quando ele tinha nove anos de idade: “naquele tempo a gente nem reparava, mas agora sei que vivíamos na pobreza [...]” (MARCONDES, 2012, p. 24). No capítulo em questão, que é dedicado ao pai, o sr. Paulo Tarcízio conta sobre a vida e a trajetória de seu progenitor, que foi professor do Grupo Escolar Rural Antônio Bicudo Leme, situado na Fazenda Coruputuba. Em certo ponto ele explica que “depois de algum tempo, a delegacia de ensino não permitiu mais que as aulas do curso de adultos fossem dadas no grupo escolar”, situação que fez com que as aulas fossem transferidas para sua casa:

Assim, a Companhia mandou fazer várias mesas de armar sobre cavaletes e mandou tudo para nossa casa. A partir daí, toda noite nós retirávamos os móveis da sala (tão poucos) e as nossas caminhas do quarto da frente, para que os pobres cômodos se transformassem em salas de aula (MARCONDES, 2012, p. 24).

Curiosamente, em sua entrevista o sr. Paulo Tarcízio nada falou sobre os cômodos da sua casa; quanto aos móveis ou os aspectos físicos, ele apenas comentou quando foi perguntado sobre a “elite do bairro”, termo que utiliza em seu livro para se referir aos filhos dos “funcionários mais graduados” da Companhia que, segundo ele, moravam em casas “tidas como privilegiadas”:

Umás casas mais bonitas, umas casas com piso... com cimento vermelho, enquanto que o restante dos operários morava em piso de tijolo. Mas não tinha grande diferença não. [...] A diferença é que eles tinham televisão na casa ou outros não tinham, né. Tinha geladeira na casa (Paulo Tarcízio, entrevista, 2018).

Ainda no mesmo capítulo, sobre sua casa, o sr. Paulo Tarcízio faz a seguinte descrição: “o quintal da nossa casa na avenida Cícero Prado era enorme. Papai, amante da natureza, foi enchendo esse quintal com pés de fruta”. Em seguida ele cita uma enorme variedade de frutas que eram cultivadas naquele espaço. De certo modo, podemos dizer que essa descrição serve para caracterizar o relato não apenas do sr. Paulo Tarcízio acerca das moradias como também os relatos de outros entrevistados.

Quando questionada sobre as casas, D^a Carminha respondeu: “olha, as casas... olha, só pra você ter uma ideia. Era banheiro, sala, cozinha, uma área de serviço, um coiso que podia plantar, laranja, banana, tudo ... as casa era muito boa”. Nesse sentido, para que possamos compreender a relação dos entrevistados com as moradias precisamos, antes de tudo, partir da premissa de que a noção de casa para eles não se limita(va) a quatro paredes. A fala de D^a Carminha, assim como o que é posto pelo sr. Paulo Tarcízio em seu livro, revela uma característica muito presente nos relatos dos demais entrevistados: ao tratar de assuntos relacionados às moradias, as narrativas dificilmente se detêm a comentar aspectos internos a elas ou a descrever suas características físicas; quase que por unanimidade, elas remetem num primeiro momento ao quintal.

Esse espaço, por sua vez, é dotado de atenção nas narrativas basicamente por dois motivos que se completam: em primeiro lugar por sua extensão, vista como a sua maior qualidade, e em segundo, pelos usos que se faziam dele – os quais, no caso de todos os entrevistados, se traduziam na prática de criar e cultivar parte dos produtos necessários à

subsistência familiar. A esses dois aspectos, junta-se um terceiro que não envolve a casa em si, mas aquilo que consideravam ser as maiores vantagens de se viver em uma moradia pertencente à Companhia Agrícola e Industrial de Cícero da Silva Prado.

No geral, os trabalhadores que ouvimos descrevem o quintal por uma perspectiva utilitária, como um espaço onde a todos era possível cultivar frutas e legumes e criar animais para o consumo da família. Segundo o sr. Paulo Tarcízio, essa possibilidade era vista como uma grande vantagem, pois, ao produzir parte daquilo que era inserido no cardápio das refeições diárias, os trabalhadores podiam poupar uma fração de seus salários – o que, no seu entender, representava um “um acréscimo grande da renda”:

Cada morador tinha um quintal grande, alguns muito grandes mesmo, e com plena liberdade de plantar e criar o que quisesse ali. E isso é um acréscimo da renda, um acréscimo não registrado, mas é um acréscimo grande da renda. Você não precisa comprar legume, não precisava comprar verdura. Ou seja, ao invés de comprar frango, você compra milho na cooperativa e ia criando porco, cabra, coelho, o que tivesse. A minha família mesmo a gente criava tudo. Então você nunca ia precisar comprar ... banana ... não, você tem o quintal ali, a terra, então você ia produzindo aquilo (Paulo Tarcízio, entrevista, 2018).

Compartilhando dessa mesma visão, o sr. Zacarias explica que sua família só comprava aquilo que/quando não produziam em casa: “nosso salário era livrinho... feijão a gente comprava, às vezes, mas tinha vez que nós plantava também”. Para ele, isso permitia um padrão de vida que, apesar de financeiramente modesto, era compensado pela fartura que se tinha:

Nós tinha uma vida que, a gente era pobre, mas era rico, mas não sabia que era rico. Sabe por quê? Oh! Lá a gente comia carne de paca, carne de tatu; comia carne de capivara, comia peixe a vontade, porque lá tinha um rio lá [...]. Era muita fartura mesmo, entendeu? Nós plantava milho, plantava mandioca, plantava abóbora, plantava ... Tudo que tinha de plantação nós plantava (Zacarias Bento, entrevista, 2018).

Note-se que, ao caracterizar seu padrão de vida, o sr. Zacarias expressa uma ambivalência que nos revela uma compreensão de riqueza diferente daquela que tinha quando vivia na fazenda, a qual hoje mostra-se também baseada na abundância de alimentos de outrora. Ao mesmo tempo sugere uma condição financeira não tão confortável, que no entanto era compensada por outros meios:

Você podia plantar aonde você quisesse ali em volta da sua casa; fazer um galinheiro pra você criar umas galinhas, né?! Pra não soltar, senão estragava a roça, né?! Depois ali você ia plantando até onde dá. Meu pai plantou lá, ele plantou arroz lá, colheu 800 sacos de arroz. [Ele vendeu, vendia?] Vendia! Vendia! Meu pai trabalhava, ganhava e ainda plantava esse arroz ainda [...]

tinha uma renda extra e uma renda gorda, porque 800 sacos de arroz se você vender hoje dá pra você comprar uma casa (Zacarias Bento, entrevista, 2018)⁶¹.

Como podemos perceber, em ambos os casos, tanto para o sr. Zacarias como para o sr. Paulo Tarcízio, o significado da produção doméstica está para além da produção de subsistência, já que ela surtia efeitos na renda familiar. No caso do primeiro, era uma forma de complementar a renda a partir da venda do excedente produzido, enquanto que, para o segundo, seus efeitos podiam ser sentidos quando se convertiam em economia para o trabalhador na hora das despesas familiares.

Evidentemente, essa percepção está associada a um modo de viver típico do homem do campo, que tem e percebe a terra como um meio de se produzir riquezas. Marcas de um estilo de vida rural tradicional, resquícios da herança colonial que começou a perder forças a medida que os modos de produção capitalista-industrial se estabeleceram na cidade. Isso pode ser visto, por exemplo, no estranhamento do sr. Paulo Tarcízio quando a maior parte de sua família se mudou para o centro da cidade:

Quando, finalmente, a minha família se mudou ... a minha família se mudou pra Pinda ... uma coisa que ... primeira coisa que eu estranhei assim, que foi mesmo um baque ... um baque mesmo que foi ... a gente ir à feira e comprar a baciinha de chuchu.

O valor atribuído ao quintal da casa mais uma vez se deixa notar quando o sr. Paulo Tarcízio conta que, depois que parte de sua família se mudou de Coruputuba, ele e seus irmãos, que eram funcionários da Companhia, continuaram morando lá: “nós três continuamos ... é claro, a Companhia mudou a gente de casa, pôs numa casa de quintal menor, mas num lugar maravilhoso, lindo mesmo e a gente continuou morando lá, né”. E mais uma vez ele relembra o estranhamento: “aos finais de semana eu vinha pra cidade e ia com alguma das minhas irmãs fazer feira e via isso: ‘nossa, vai ter que comprar tudo, agora não tem onde ... onde plantar ... onde criar um frango, né, essas coisas’” (Paulo Tarcízio, entrevista, 2018).

Nesse relato, mais do que a perda de um espaço privilegiado da casa, vemos o choque de mundos, proveniente de uma transformação que, para o entrevistado, foi um “desvendar”, como ele mesmo classifica a ida a cidade.

⁶¹ Como se pode ver, uma atividade agrícola dessa envergadura foge ao padrão apresentado no restante dos relatos, os quais indicam sempre uma produção voltada unicamente à subsistência. Assim, seria preciso averiguar em que condições se deu efetivamente a produção dessas 800 sacas de arroz – o que, todavia, foge aos objetivos deste trabalho.

No caso de Vó Graça, a memória das moradias vem por outros caminhos, recebe outros contornos. As dificuldades nos tempos da infância e da adolescência fizeram com que ela e a família se mudassem muitas vezes. E mesmo depois de casada teve uma vida marcada por uma instabilidade que perdurou por algum tempo: “eu já morei em casebre, por aí no meio do mato tudo, que eu casei, sabe? Aí, depois que foi melhorando na situação, daí que a gente teve uma casa melhor, né?”.

A estabilidade só veio depois de muito tempo de trabalho, quando finalmente conseguiu se fixar na casa onde vive até hoje, fruto de um acordo feito entre ela e o patrão, e sobre o qual ela não entra em detalhes. Diferentemente dos demais entrevistados, o quintal não ocupa lugar privilegiado em suas memórias, mas, assim como aqueles, sequer toca no assunto sobre aspectos físicos da casa. Em contrapartida, as lembranças que carrega de alguns lugares onde viveu remetem sempre a seus arredores. Sobre sua primeira casa ela explica:

Eu nasci... sabe aquela casa velha que tem ali embaixo? [...] Então, lá naquela casa amarela lá tem uma coisa de água e lá embaixo tem um pé de manga antigo, antigo, antigo. Tem a lá embaixo e tem outras casas pra cima e tem outra casa saindo na estrada, né?! Pra cá. Então, eu nasci lá naquela casa, do pé de manga, lá embaixo. Na beira da valeta, assim. Eu nasci lá [...]. Foi lá que a gente nasceu. Todos os filhos minha mãe teve lá (Vó Graça, 2018).

Segundo Ecléa Bosi (1979, p. 362), “há sempre uma casa privilegiada que podemos descrever bem, em geral a casa da infância ou a primeira casa dos recém-casados”. Para a autora, o “desenraizamento” provocado pelas mudanças de casa constitui-se numa “condição desagregadora da memória”. As constantes trocas de moradia podem ter feito com que Vó Graça não tivesse estabelecido vínculos afetivos com as casas onde morou, exceto no caso dessa última onde diz viver por quase quarenta anos.

Pelo que ficou evidenciado nas entrevistas, a troca de casa se dava pelos mais variados propósitos. Ela podia ocorrer em razão de uma procura por melhor localização, como no caso da D^a Carminha, que pediu para se mudar porque queria morar perto da igreja; pelo interesse da Companhia, como ocorreu com o sr. Paulo Tarcízio; pelo interesse do trabalhador, que muitas vezes procurava se fixar numa casa maior, ou ainda por motivações mais triviais, como no caso da família do sr. Ivan e D^a Ivanilda, que trocava de casa com certa frequência devido às implicações de sua mãe com a vizinhança. Isso nos leva a pensar que as relações nem sempre eram tão harmoniosas ou que no mínimo era preciso “jogo de cintura” para mantê-las coesas.

“Cada hora nós tava num lugar”, explicou D^a Ivanilda ao contar que, devido às “cismas” da mãe, sua família chegou a morar perto do cinema, perto do campo de futebol, atrás da igreja

e em várias localidades dentro de Coruputuba. O relato de D^a Ivanilda, além de revelar os deslocamentos de sua família, deixa entrever ainda mais. Via de regra, as mudanças aconteciam sob autorização da empresa e deveriam ser comunicadas com antecedência. Entretanto, o estreitamento dos laços com funcionários de cargos de chefia podia facilitar esse procedimento e resultar em alguns ganhos:

Então o homem lá do escritório falou assim: ‘é o seguinte, a comadre lá’ - minha mãe deu um dos meus irmão pra ele batizar, pra agradecer o velho. Ele: ‘oh, a sua mãe, ela fica mudando muito muito muito de casa’. Nós morava só em casa boa, por fim nós foi morar numa casa horrível lá perto da figueira (Ivanilda da Silva, entrevista, 2018).

Em certo momento da entrevista, ao explicar a condição das casas onde morou, o sr. Ivan diz: “nós pegamos só casa boa, porque, devido ao relacionamento que minha mãe tinha com a dona Lurdinha, mulher do seu Fonseca. Que por sinal ela batizou quem?” E D^a Ivanilda responde: “Isac”. Um de seus irmãos. A atitude de D^a Maria José, mãe da D^a Ivanilda e do sr. Ivan, de escolher pessoas ligadas a cargos mais altos para batizar os filhos, nos permite refletir sobre o emprego de táticas cotidianamente elaboradas e aplicadas pelos sujeitos que Michel de Certeau chama de “homem ordinário”, isto é, pessoas comuns, anônimas, que, desprovidas de poder, fazem uso de práticas improvisadas para silenciosamente estabelecerem suas vontades. Para Certeau, a tática “tem que jogar constantemente com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas” (CERTEAU, 2013, p. 46).

3.3. Paternalismo e lazer: lembranças dos espaços e dos momentos

Olha só, nós tinha casa, tinha luz, tinha água, tinha lenha, senão quem quisesse comprar gás comprava, nós tinha futebol, tinha a parte náutica que nós nadava, nós atravessava aquele que era o segundo tanque, né?! Então, tinha escola, tinha padaria, tinha o clube e tinha a fábrica (sr. Ivan, entrevista, 2018).

Mais do que a considerada boa condição das casas e seus grandes quintais, a infraestrutura oferecida aos trabalhadores pela Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado ocupa lugar de destaque nas narrativas. Conforme nossos entrevistados, todos os funcionários contavam com água e energia elétrica gratuitos e recebiam um feixe de lenha por mês em casa ou estavam autorizados a coletá-la nos eucaliptais. Tinham acesso a serviços de assistência

médica e, em situações de emergência, poderiam solicitar um dos carros da empresa com motorista caso alguém precisasse ser conduzido ao hospital. Em grande medida, esses são os elementos que emergem das lembranças dos tempos vividos em Coruputuba e Sapucaia e que dão a nossos entrevistados a percepção de um passado vivido num paraíso.

Observando outros núcleos residenciais construídos por industriais, percebemos que essa não era uma característica exclusiva da Companhia de Cícero da Silva Prado. O mesmo poderia ser encontrado na Vila Maria Zélia, de Jorge Street, na Vila Boa Viagem, do baiano Luiz Tarquínio, na Vila Próspera em Criciúma (SC), pertencente à Companhia Carbonífera Próspera, na Vila Monte Alegre dos Klabin, entre outras. De acordo com Margareth Rago (1985, p. 178), esses espaços eram construídos de modo a oferecer “conforto, satisfação e moralidade” para que o trabalhador não precisasse sequer sair para se divertir. Assim, o controle poderia ser sutilmente estabelecido também nos momentos de lazer, distanciando os trabalhadores, na perspectiva dos patrões, da “contaminação moral das ruas agitadas e dos bares viciados e escuros, situados do outro lado do mundo”.

Porém, para nossos entrevistados, os serviços disponibilizados pela empresa e o fácil acesso aos estabelecimentos comerciais e recreativos localizados no interior da fazenda são entendidos como uma vantagem: “tudo lá dentro, você não precisava sair de lá” (D^a Carminha, 2018). Sobre essa questão, o sr. Paulo Tarcízio dá sua percepção

Essa forma de controle, era um controle feito ... de todas as maneiras, porque ... é claro que era muito mais cômodo você receber o seu salário e você gastar o seu salário aonde? Não tinha impedimento que a pessoa saísse e viesse fazer compra onde quisesse, em Pindamonhangaba, em Guará⁶², onde fosse. Mas já tava tudo à mão ali. Então a pessoa fazia sua compra na cooperativa, na padaria, no bar, na leiteria ali, em todos esses lugares tinham conta ... continha de caderneta né ... Então é claro, é sempre uma coisa que ... um benefício que acabava ... ocultando da pessoa, aquela condição dele de empregado. De ... como hoje a gente brinca na rede do *Facebook*, aquilo era como se fosse um condomínio, a gente se sentia um condômino daquilo.

Nesse ponto convém retomarmos a questão do paternalismo, esboçada no capítulo anterior, para entendermos melhor como nossos entrevistados se inserem nessa relação. Conforme observou Michele Perrot (1988, p. 61), “os trabalhadores assimilam essa forma de integração, e até a reivindicam. Eles têm a linguagem e o espírito da ‘casa’; tem orgulho de pertencer à empresa com a qual se identificam”.

⁶² Município de Guaratinguetá.

De fato, o orgulho e a assimilação são muito presentes nas narrativas que ouvimos. Elas se expressam em sentimentos de gratidão, que, conforme já demonstramos, foram bastante trabalhados pela empresa e reforçados pela imprensa. Entretanto, é preciso considerar que essa assimilação não ocorre somente por força de artifícios retóricos. Sobre Cícero da Silva Prado o sr. Zacarias comentou:

Eu nunca vi um fazendeiro uma fazenda que tem um médico que vai toda semana visitar os funcionários. A única fazenda que tinha, que eu vi até hoje, foi a fazenda Sapucaia, que o doutor Cícero mandava o médico lá né?! E depois funcionário trabalhava tudo contente né?! Porque ganhava um salário certinho né?! E depois o doutor Cícero, ele ... nós trabalhava no alambique de pinga né; nois fazia hora extra, ganhava tudo certinho né?! E ... ele é um patrão que que ninguém colocava defeito dele né?! E ele gostava também de ir na Sapucaia né?! Falar com os funcionários né?! E ele dava atenção para todos funcionários né?! E os funcionários era ... nem sabia nem sabia o que fazia com ele ... pra agradar ele né?! (Zacarias Bento, entrevista, 2018)

Para a maioria dos entrevistados, a vida que levavam, considerada por eles como privilegiada, era fruto do espírito bondoso de Cícero da Silva Prado: “o homem era tão bom, que a gente não pagava luz, nem água. Nada nada nada. Casa ... tudo de graça” (Ivanilda, 2018). Nessa direção, a simbologia do pai patrão se mostra muito forte na memória dos trabalhadores. Ela pode ser percebida em comentários como: “ele era um paizão pra nós” (Carminha, 2018). Assim como se faz presente a ideia de patrão exemplar: “era um homem que dava muita atenção mesmo para os funcionários. Não é que nem muito patrão por aí, que fica, né ... que põe o funcionário trabalhar na fazenda, põe o encarregado lá pra olhar o funcionário” (Zacarias, 2018); reforçada com pequenas demonstrações de estima aos funcionários: “Meu pai ia fazer serviço lá na casa do dr. Cícero, ele chamava a gente na mesa pra tomar café com ele. Nós sentava na mesa, ficava até com vergonha. A gente era caipira naquela época, né (Ivanilda, 2018)”.

Somam-se a isso a gratuidade das sessões semanais de cinema; os jogos de futebol no campo da Associação Esportiva Industrial, time formado pelos trabalhadores da fábrica de papel; os bailes e a fartura presente nas festas que aconteciam em razão do 1º de Maio. Atividades de lazer muito fortes na memória dos entrevistados.

Sobre essas festividades de 1º de Maio, D^a Carminha conta que, logo pela manhã, o sr. João Antônio Romão “acordava todo mundo com banda” que ia passando pelas ruas do bairro atraindo a atenção dos moradores que “vibrava[m] com eles” da janela. O sr. Ivan ainda relembra a melodia da música e cantarola um trequinho durante a entrevista. Ao final do

percurso, todos se concentravam no largo, onde era oferecido um farto banquete para os trabalhadores. Conforme o sr. Ivan:

O Cícero Prado era assim, as festas lá era assim. 1º de maio, ele abria atrás do campo de futebol, atrás do gol, quatro, cinco valetão cumprido de uns quinze ou vinte metros. Ele dava, dava carne; mas não era um kilo, já era um inteiro [gesto com as mãos que sugere grandeza]. Ali tinha uns cinco quilo de carne. Então ele punha carvão, mandava por carvão, e ele punha fogo e a turma assava o dia inteirinho.

O mesmo acontecia nas festas de São Pedro na Fazenda Sapucaia, que, diferentemente de Coruputuba, eram abertas à população e atraíam moradores de outras localidades. No relato do sr. Zacarias, que se aproxima muito do que foi narrado pelo sr. Ivan, é possível perceber como esses eventos estão marcados na memória de ambos trabalhadores de maneira muito similar. Segundo ele, a pedido de Cícero da Silva Prado, geralmente abatiam-se de “dez a quinze bois”, que depois eram colocados para assar em três valas de cinquenta metros de comprimento: “eles fazia um valetão assim, e ia fazendo de tijolo [...] depois enchia de carvão ali e ia um espetão de carne desse tamanho assim oh, só de carne”, que era distribuída aos funcionários e demais visitantes. Por fim pondera, “então, era um festão mesmo”.

Evidentemente, essas festas não aconteciam por acaso. Elas serviam para “definir o espaço do trabalho, como projeção da estrutura familiar”, de modo que a figura do patrão, como aquela que detém autoridade, e a do pai, como a que fornece proteção, eram forjadas como uma coisa só: “os coitados, nós coitados tinha roupa que ele dava, a calça pro chefe da família, vestido pra esposa dele, roupa pra Deu 280 blusa pra nós, de frio; inclusive eu fui buscar lá no almoxarifado, na fábrica.”, recorda o sr. Ivan, sobre as festas de 1º de Maio.

Assim como as festas, o cinema suscita muitas memórias. Para o sr. Chico Pedro, essas memórias vêm associadas ao trabalho de motorista, o que nos conta com certo orgulho: “eu que era responsável por buscar o filme e levar [...]. Pegava na estação!” Como os demais entrevistados, ele recorda os dias das sessões: “passava quinta, sábado e domingo. Passava matinê também.” As matinês eram aos domingos, em seguida, exibiam-se as “enséries”, um neologismo ocasionado acidentalmente, que os moradores de Coruputuba utilizavam para se referirem às películas exibidas “em série”, ou seja, aos seriados, explica o sr. Paulo Tarcízio. “A gente falava: vai ter ‘ensérie’. Achava que era uma palavra, ‘ensérie’. Depois fui descobrir que era ‘em série’, né?!” Essa particularidade nos remete a Michel de Certeau (2013, p. 44), que chamou a atenção para os usos que se fazem da língua, considerando o ato de falar como aquilo que “coloca em jogo uma apropriação, ou uma reapropriação, da língua por interlocutores”.

A Fazenda Sapucaia não tinha cinema, então às vezes a Companhia reservava a sala aos moradores de lá e enviava um caminhão para deslocá-los até Coruputuba. Durante uma semana exibia o mesmo filme, de modo a atender todos aqueles visitantes:

Chegava lá, a turma, todo mundo descia do caminhão, né. A turma tinha escadinha pra colocar lá na carroceria lá. A mulherada, a criançada, tudo descia do caminhão, tudo alegre, né; tudo queria, um correndo na frente do outro, pra chegar no cinema lá. Pra ficar mais na frente lá, pra assistir de perto, né (Zacarias, 2018).

Mais do que simplesmente uma sala escura, o cinema de Coruputuba se revela como um lugar de sociabilidades, de onde emergem diferentes memórias que elucidam diferentes formas de uso. Para D^a Ivanilda, aquele era o local mais apropriado para os encontros amorosos proibidos. O apagar das luzes oferecia uma privacidade que possibilitava, aos casais, driblar a vigilância dos pais. As “maneiras de fazer” (Certeau, 2013) são evidenciadas a partir das táticas confidenciais pela entrevistada:

Quase todo mundo namorava dentro do cinema, ninguém namorava fora. Apanhava mesmo, tinha medo, né?! O filme a gente nem assistia, ‘como é que foi o filme ontem? Não sei, dormi no cinema’. Nós marcava os lugar já, apagava a luz os cara foi sentar no lugar, já sabia (Ivanilda, 2018).

O cinema também era um lugar onde pequenas diferenças entre trabalhadores podiam ser percebidas. O sr. Ivan conta que certa vez pregou uma peça em um rapaz, filho de um contramestre italiano, como ele enfatiza, que “só usava linho” (Ivan, 2018). O sr. Paulo Tarcízio lembra que “não era qualquer um que podia assistir o filme lá do camarote”; pois esse espaço era reservado a pessoas que eram da “elite, ou aqueles que se julgavam da elite” (Paulo Tarcízio, 2018). No entanto, ele pondera: “acho que era assim, uma coisa mais psicológica, até mesmo porque não havia assim grande diferença de nível de vida”. Fechado por um portãozinho, havia ainda um espaço que era de uso exclusivo dos convidados do chalé, sendo que, segundo o sr. Paulo Tarcízio, “em todos anos de vida de Coruputuba, nunca ninguém fez a gracinha de passar por baixo e sentar lá. Jamais um negócio desse, seria um sacrilégio” (Paulo Tarcízio, 2018).

Porém, se entre os funcionários essas diferenças eram sutis, quando se tratava de Cícero da Silva Prado elas eram muito bem demarcadas. Quando ele chegava, já chamando a atenção com sua voz alta e grave, como descreve o sr. Paulo Tarcízio, as luzes do cinema eram acendidas e o filme, mesmo que estivesse na metade, era interrompido para ser reiniciado.

Daí chegava o Cícero Prado, acendia a lâmpada, voltava a fita. Voltava desde o começo. Se a fita já tinha sido devolvida, o motorista tinha que vir correndo pra pegar de novo. Tinha que voltar no meio do filme de novo. E a gente tava no meio do filme, e gente tava começando a entender quem é que matou, não

sei quem tal tal tal. Daqui a pouco: ‘tchan ‘tchan’!! Começa o filme de novo. Aí todo mundo quietinho, nenhuma crítica e nada. Acho que nem cochichar com o outro de reclamar, né?! Sabe? Era uma relação assim, diante de um deus mesmo.

A fala do sr. Paulo Tarcízio nos permite perceber o aspecto bastante vertical dessa relação patrão-empregados, evidenciada na sacralização que o próprio entrevistado identifica, em torno da figura de Cícero da Silva Prado. Seus sinais podem ser vistos a partir da instituição de lugares invioláveis e da condescendência expressa pelos trabalhadores, a qual, não obstante, tinha limites: “se fosse um gerente dele: uhhh, ia dar vaia” (Paulo Tarcízio, 2018).

3.4. Tensões e as omissões da imprensa e dos memorialistas

Basta uma breve incursão na historiografia brasileira para que nos deparemos com numerosos exemplos de insurreição operária, em especial, aquela relacionada a temas que tratam especificamente do mundo do trabalho no século XX. Podemos dizer que as greves, manifestações, conflitos diretos, sabotagem de máquinas, investidas sindicais, são algumas das formas com as quais a classe trabalhadora pode fazer valer sua voz, demonstrar sua insatisfação perante a ordem estabelecida, reivindicar melhorias e mobilizar conquistas ao longo do tempo. Pensando nessa questão, procuramos identificar possíveis momentos de tensão entre a Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado e seus trabalhadores e analisar como tais impasses apareciam na imprensa local e nos relatos de nossos entrevistados.

Examinando os periódicos que circulavam em Pindamonhangaba no período ao qual esse estudo se detém, constatamos uma absoluta ausência de registros sobre momentos de insubordinação por parte dos trabalhadores da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado. Aliás, como já vimos no capítulo anterior, nada se produziu sobre os trabalhadores e aspectos de seu cotidiano, que não fosse para exaltar a imagem de Cícero da Silva Prado e seu empreendimento. Já as narrativas dão sinais de pouca desestabilidade na relação entre a empresa e os funcionários; em grande medida elas sugerem uma harmonia quase permanente, interrompida, às vezes, por pequenos desagradados cuja resolução se dava de forma direta, ou seja, sem grandes demonstrações de rebeldia.

No entanto, é preciso que tenhamos cautela antes de presumirmos um ambiente constantemente harmônico, sem insatisfações ou caracterizado por uma espécie de

conformidade por parte dos trabalhadores; o relato do sr. Ivan, por si só, joga para escanteio qualquer hipótese que reduza essa questão à passividade dos trabalhadores. Além disso, não podemos ignorar o caráter seletivo que a memória e a imprensa carregam. No primeiro caso, a seletividade acontece tanto devido à incapacidade de armazenarmos todos os acontecimentos de nossa vida (o que faz com que, conscientemente ou não, elejamos alguns momentos para serem lembrados enquanto outros vão sendo esquecidos) como à preservação da imagem que fazemos de nós mesmos e do grupo ao qual pertencemos e que, para manter sua coesão, produz um “enquadramento da memória” (POLLAK, 1989, p. 9).

Já no segundo caso, essa seletividade é menos produto das limitações que envolvem nossa capacidade mnemônica de reter fatos e acontecimentos do cotidiano e mais resultado de escolhas muito bem definidas e elaboradas por aqueles que operam os veículos de imprensa e que decidem o que se deve veicular e aquilo que se deve omitir. Reconhecido esse aspecto, é preciso ainda considerar que as escolhas concernentes a ambas evidências do passado carregam consigo as implicações do momento de sua produção. A diferença entre elas corresponde ao fato de que, enquanto a imprensa, quando tratada como fonte histórica, nos permite conhecer o passado por ser fruto de uma temporalidade que, em relação a nós, ficou para trás, a memória se submete sempre a interesses e valores do presente. Feitas tais considerações, analisemos um caso em específico, pois envolve o que dissemos até aqui.

Um relatório da Delegacia Especializada de Ordem Social (DEOS, órgão da polícia paulista), de 1965, revela que em julho daquele ano (ou seja, já durante o regime ditatorial instalado no ano anterior), no Salão Paroquial da Igreja Matriz de Pindamonhangaba, funcionários da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Papel, Papelão e Cortiça local, reuniram-se em assembleia geral com a então vice-diretora da empresa, Maria Cecília da Silva Prado, filha de Cícero da Silva Prado, por conta de uma “possível pretensão” do trabalhadores de “interferir na direção da empresa”. A assembleia contou ainda com a presença do então presidente da Federação Estadual da categoria, Olavo Previato. Ao todo, estiveram presentes aproximadamente 150 pessoas⁶³.

Segundo o relato policial, Previato teria dito que “não poderia haver, de forma alguma, mudança de diretor na empresa” e que “nem os trabalhadores ou mesmo o Sindicato tomaria

⁶³ DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM SOCIAL, [Relatório sobre assembleia sindical em Pindamonhangaba, em 4 de julho de 1965], folhas 1 e 2. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuários/BR_SPAPESP_DEOPSOS000735.pdf ; p. 04 – Acessado em 7/8/2017.

qualquer atitude pois, a mesma seria anticonstitucional”. É difícil dizer se o que o presidente da federação sindical se referia como “anticonstitucional seria a modificação na diretoria da Companhia ou a interferência dos operários em sua organização. Contudo, o que nos chama atenção é a atuação dos trabalhadores procurando fazer valer seus interesses e a situação na qual se encontrava a empresa naquele momento, um contraste com o que se via na imprensa da época.

Em fevereiro daquele ano, o periódico *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, publicou uma matéria intitulada “Coruputuba ensina a um vale o papel do reflorestamento”, onde deu destaque à atividade florestal desenvolvida pela Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado⁶⁴. Após um breve panorama sobre a situação florestal na região e os bons resultados obtidos pela empresa, por meio do uso de um “novo estilo de espaçamento” na plantação de eucaliptos e pinus, sobre o setor industrial, o articulista assinalou: “a possibilidade de o país tornar-se exportador de celulose, produto que ainda não fabrica para o consumo, está em Coruputuba, em duas grandes indústrias: uma fábrica de papel e outra de celulose” (*Jornal do Brasil*, 7 fev. 1965, p. 14).

Convém ressaltar que, como apontamos no primeiro capítulo, a produção de celulose no Brasil já ocorria desde meados da década de 1940, o que contradiz a afirmação de que o produto não era fabricado no país. A produção de celulose na Companhia de Cícero da Silva Prado teve início em 1961; pelo que sugeria a publicação, em 1965 ela estava em plena expansão: “uma nova equipe de engenheiros químicos foi contratada pela Fazenda Coruputuba e todos os estudos para o aumento da produção já se acham no papel” (*Jornal do Brasil*, 7 fev. 1965, p. 14). Porém, quatro meses depois, a situação da empresa, e por extensão, a do trabalhadores, parecia ser outra.

Pelo que consta no documento da Delegacia Especializada de Ordem Social a que há pouco nos referimos, na assembleia, os trabalhadores se queixaram de atraso no “pagamento do salário família”, que, segundo eles, estava pendente havia um mês, e alegaram que o pagamento de maio havia sido “efetuado com dez dias de atraso”. Além disso, exigiram que os setores de “abastecimento e assistência social” fossem separados da empresa e ficassem sob cuidados do sindicato local. Em defesa da empresa, Maria Cecília da Silva Prado alegou que a

⁶⁴ A publicação dessa matéria se deu no contexto de reformulação do antigo Código Florestal Brasileiro, instituído em 1934 e que, em 1965, sofreu alterações e passou a vigorar sob a lei nº 4.771/65. “O novo Código Florestal determinou que 50% da vegetação de cada propriedade na Amazônia deveriam ser preservadas. Nas demais regiões do país, o exigido era 20%. Os proprietários que eventualmente já tivessem derrubado além dessa porcentagem teriam de se responsabilizar pela recomposição da área” (SOSFLORESTAS, 2011, p. 5).

situação financeira da Companhia não era boa, mas se prontificou a atender todas as reivindicações dos operários, entre elas, “o problema de habitação dos operários”, prometendo “ceder o terreno para a construção da casa própria”.

Retomando a palavra, o sr. Olavo fez esclarecimentos sobre o sindicalismo em geral e ainda lembrou aos dirigentes da empresa mencionada que os mesmos não estão acompanhando o desenvolvimento industrial do país. A respeito, o orador já havia lhes observado pois, a firma não renovou suas máquinas e agora atravessa essa crise.

Até onde conseguimos observar, as reivindicações dos trabalhadores ou a situação na qual a Companhia se encontrava, conforme observada por Olavo Previato, em nenhum momento foram divulgadas pelos veículos de imprensa, nem mesmo os jornais da cidade. Os periódicos locais em circulação na época, os jornais *Tribuna do Norte* e *7 Dias*, sequer mencionaram o episódio em suas páginas. Isso expressa perfeitamente quais assuntos, para esses periódicos, deveriam ser tratados como sendo de interesse público e quais não. Todavia, há de se considerar que, com a instauração do regime militar no Brasil em 1964, a atuação da imprensa foi ficando cada vez mais limitada, o que inviabilizou ainda mais a publicização de manifestações públicas de descontentamento social.

Retornando às memórias, isto é, às entrevistas, antecipamos que nenhuma das pessoas que ouvimos relatou o ocorrido em si. No entanto, de modo muito sucinto, algumas das queixas que, segundo o relatório da DEOS, foram feitas pelos trabalhadores durante a assembleia de 1965, aparecem, por outros contornos, nas narrativas de nossos entrevistados; uma, em particular, concentra muito mais força e se constitui como ponto de encontro entre essas narrativas e o referido documento.

Em um trecho do relatório, após relacionar as reclamações dos trabalhadores, o investigador que acompanhou a assembleia destacou: “o descontentamento é geral, citando ainda os operários, a perseguição que sofrem do engenheiro agrônomo João Antônio, e que mesmo na cidade o mesmo não é pessoa bem vista.” Os trabalhadores se referiam a João Antônio Salgado, engenheiro agrônomo e um dos chefes da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado e que, diga-se de passagem, é prestigiado na matéria do *Jornal do Brasil* que acima mencionamos, em virtude das técnicas inovadoras aplicadas no plantio de arroz e no cultivo de eucaliptos. Porém, como vimos, no âmbito das relações interpessoais esse prestígio encontrava e, podemos dizer, ainda encontra, certos limites.

Se, em 1965, João Antônio Salgado não era uma pessoa muito benquista entre os trabalhadores, as impressões que permaneceram vivas em torno de sua figura, com o passar de um pouco mais de meio século, continuam sendo pouco simpáticas. Na memória do sr. Zacarias, assim como nas lembranças do sr. Ivan, o nome do engenheiro agrônomo aparece associado ao descontentamento dos trabalhadores, especialmente no que diz respeito a atrasos e desvios nos pagamentos dos funcionários. Comentando um episódio em específico, o sr. Zacarias relatou:

Um dia o João Antônio; ele foi um chefe, um chefe geral da firma, né, de Coruputuba, da Sapucaia. Ele andou passando a mão nas horas extras dos funcionários, porque o dr. Cícero pagava a hora pros funcionário, ele... [apontando para o bolso]. Ele que ficava pra ele. Depois um dia o dr. Cícero; o dr. Cícero era muito humilde, né?! Chegou lá e perguntou pros funcionário: “como é que tá? Tá tudo bem aí?”. E os funcionários falaram: “tá tudo bem dr. Cícero, só que tá acontecendo... só que nós não gosta; vamos falar pro senhor, que o senhor é um homem muito bom e a gente não quer amagoar o senhor. Mas eu queria falar pro se... nós estamos pensando em falar pro senhor, porque nós trabalha aqui até tantas horas depois da hora do serviço e nós não ganha hora extra. Ele falou assim: “não ganha? Então eu vou chegar em Coruputuba, eu vou chamar o chefe lá e vou perguntar para ele por que que ele não tá pagando a hora para vocês, porque eu pago a hora extra de vocês”. Ele ia chamar ele aqui [em Coruputuba] pra falar com ele. E chegou aqui, chamou ele e mandou ele embora. (Zacarias Bento, entrevista, 2018).

O relato do sr. Zacarias, ao mesmo tempo em que evidencia a desonestidade do chefe e o prejuízo causado aos trabalhadores, realça a força e os traços do paternalismo, presentes na relação com Cícero da Silva Prado, que podem ser percebidos em passagens como: “Cícero era muito humilde, né?!” e “o senhor é um homem muito bom com a gente e a gente não quer amagoar o senhor”. Além do que, apesar de o sr. Zacarias não ter tido participação na assembleia de 1965, podemos dizer que sua fala reúne elementos que, de certo modo, se aproximam dos tratados naquela ocasião: a indisposição com o chefe, o aborrecimento referente ao salário, nesse caso, em descompasso com as horas trabalhadas; por fim, a articulação dos trabalhadores em busca de resolver tal desacordo.

O mesmo se percebe na fala do sr. Ivan, quando diz: “depois que o dr. Cícero faleceu, acabou Coruputuba. Entrou lá um tal de João Antônio; até redução de salário nosso ele quis mexer”, explicou (Ivan da Silva, entrevista, 2018). Para ele a arbitrariedade e a má fé do chefe são fatores que geraram muitos descontentamentos entre os trabalhadores e levaram a Companhia de Cícero da Silva Prado à ruína: “depois que o dr. Cícero morreu foi muita gente embora. Bendito esse homem [João Antônio]. Ele quis reduzir salário, ele quis mudar de horário, mudar de seção. Ah, eu vou dizer uma coisa pra você ...”. O sr. Ivan estabelece a morte

de Cícero da Silva Prado como marco da decadência da empresa, que tomou rumos que ainda hoje lhe causam indignação.

Embora o cruzamento das narrativas, do sr. Zacarias e do sr. Ivan, nos ofereça desencontros cronológicos (visto que, para o primeiro, João Antônio Salgado foi demitido por Cícero da Silva Prado, enquanto que para o segundo, ele “entrou lá” após a morte do diretor da empresa), ambas convergem para pontos semelhantes que, sumariamente, assim como faz o relatório de 1965, revelam tensões e frustrações que, por evidenciarem as contradições de um modo de vida ideal, não tiveram repercussão na imprensa local nem nos escritos memorialistas. Por outro lado, mesmo que essas vicissitudes não encontrem suporte em registros escritos, muito menos na memória oficial, elas permanecem inscritas na memória de nossos entrevistados, embora ocupem lugar secundário nela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos analisar as memórias dos antigos trabalhadores da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado para compreender como elas se relacionam com aquilo que foi amplamente divulgado pela imprensa e pelos textos memorialistas a respeito daquele complexo agrícola e industrial, que tinha toda uma estrutura organizada para concentrar grande parte de sua mão de obra em algumas de suas propriedades. Essa investigação, por sua vez, nos permitiu conhecer aspectos da vida e do dia a dia desses trabalhadores sobre os quais os registros escritos, acima mencionados, não se detiveram, pelo fato de privilegiarem a figura de Cícero da Silva Prado e explorarem apenas os significados políticos e econômicos de seu empreendimento.

No primeiro momento, nos debruçamos sobre a trajetória histórica da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado. Vimos que, quando Cícero da Silva Prado adquiriu sua primeira propriedade no município de Pindamonhangaba, a Fazenda Coruputuba, no início da década de 1910, as cidades do Vale do Paraíba paulista passavam por transformações que aos poucos começavam a impulsionar atividades econômicas antes pouco exploradas na região. Enquanto em alguns núcleos urbanos ocorria uma expansão do comércio e da indústria, no campo, a pecuária, a rizicultura e o cultivo de mandioca e milho passavam a fazer parte do cenário rural.

A partir da análise de materiais de imprensa, constatamos que em Pindamonhangaba, nos primeiros anos da década de 1910, houve um pequeno surto de estabelecimentos industriais. No entanto, já nas décadas de 1950 e 1960, articulistas de periódicos locais, entusiastas da industrialização, reclamavam a falta de fábricas na cidade; o que nos sugere que em poucas décadas a expansão das atividades industriais na cidade tenha se retraído – fenômeno que, aliás, merece ser estudado com mais atenção, mas que para nós não foi possível investigar pelos motivos que logo adiante serão descritos.

Os 57 anos em que esteve à frente da Fazenda Coruputuba e da Companhia Agrícola e Industrial Cícero – ou seja, aquela que por quase meio século foi vista como a maior e mais importante empresa da cidade – já seriam capazes de tornar Cícero da Silva Prado uma figura de destaque na memória oficial de Pindamonhangaba. No entanto, foi preciso considerar a construção dessa memória dentro da conjuntura histórica de uma cidade ressentida economicamente.

Podemos dizer que o prestígio de Cícero da Silva Prado e da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado, tal como se vê nos periódicos pindamonhangabenses de meados do século XX, não ocorreu de imediato. Ele veio justamente no contexto em que a elite política local procurava definir os caminhos que a cidade deveria seguir para chegar ao tão almejado progresso – entendido por alguns como o fortalecimento da agricultura, tal qual nos tempos áureos da atividade cafeeira, e por outros como a urbanização e industrialização, a exemplo das cidades vizinhas.

Cícero da Silva Prado, que de início dedicava-se apenas à produção agrícola, embora vez ou outra fosse citado em jornais da cidade, não recebia tanto destaque em relação aos demais fazendeiros de Pindamonhangaba. Porém, isso começou a mudar a partir da década de 1920, após a instalação da fábrica de papelão na Fazenda Coruputuba e com a fundação da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado, em 1929, que colocou o empresário entre os mais destacados do estado de São Paulo.

Consolidada, a empresa de Prado por diversas vezes recebeu atenção da grande imprensa: pelas inovações técnicas que empregava na lavoura, pela mecanização do trabalho agrícola, pela notável produção de eucaliptos, ou pela modernização de suas propriedades. Fatores foram pouco explorados por memorialistas ou pelos articulistas dos periódicos locais, que, por outro lado, presos ao ideário de progresso, investiram intensamente na imagem de Cícero da Silva Prado como modelo de empresário ideal, dando ênfase a suas iniciativas empresariais, muitas vezes concebidas como fruto de um esforço particular ou como característica familiar; divulgando atos de solidariedade ou reiterando os traços paternalistas difundidos pelas empresa.

Ao nos debruçarmos sobre as narrativas dos antigos trabalhadores da Companhia, pudemos perceber que as representações construídas pela imprensa, bem como pela própria empresa e pelos memorialistas, até certo ponto ajudaram a formar, na memória desses sujeitos, um referencial para suas interpretações do passado; contudo, não podemos dizer que essas

representações tenham tido força suficiente para moldar essas memórias, tampouco, que foram capazes de expressar a vivência desses trabalhadores, considerando as omissões que ocorreram.

As narrativas permitiram conhecer um pouco sobre a trajetória de pessoas comuns ligadas à empresa de Cícero da Silva Prado e aspectos do cotidiano de trabalho na fábrica, na lavoura e em outros espaços. Entre outras coisas, a análise dos relatos sobre o trabalho nos mostrou os limites de um controle que se quis constante, e as táticas utilizadas para subvertê-lo; a reação e a resistência dos trabalhadores quando cientes de seus direitos; a valorização, a importância e o domínio do saber adquirido no ofício; a imprecisa separação entre a vida privada e o trabalho. Enfim, uma série de especificidades que fizeram parte do dia a dia desses trabalhadores.

Sobre a vivência nas propriedades pertencentes à empresa, constatou-se que, de modo geral, a memória dos entrevistados carrega sinais de um passado idealizado, caracterizado por diversos fatores: pela gratuidade da boa moradia e dos serviços de água e energia elétrica; pelas festas, cuja abundância era seu traço mais marcante; pela apropriação de espaços de lazer ou pela fartura de alimentos, resultado de uma produção doméstica de produtos agrícolas, da pequena criação de animais, da caça e da pesca.

Fatores que quase sempre são entendidos, pelas pessoas que ouvimos, como sinais da bondade de Cícero da Silva Prado. Isso, por sua vez, demonstra a assimilação do discurso do paternalismo e como ele ainda se mantém vivo na memória dos trabalhadores. Vimos que a empresa se aproveitou de momentos festivos e do discurso religioso para reforçar sentimentos de gratidão e realçar os laços em torno da empresa, imaginados conforme uma estrutura familiar, características próprias do paternalismo.

Não obstante, ao mesmo tempo, as narrativas revelam uma vida modesta, em alguns casos permeada por dificuldades financeiras, marcada por muita luta e esforços diários. Na realidade, essas são vicissitudes que poucas vezes foram narradas de forma consciente, mas que podem ser lidas nos relatos. Essas são marcas do passado que – assim como os pequenos conflitos, os descontentamentos, a articulação dos trabalhadores em torno de seus interesses, os atrasos salariais, as horas excessivas de trabalho, algumas vezes indevidamente remuneradas – não encontram eco nos registros de imprensa e nem nos textos memorialistas, contudo evidenciam os contrastes e os limites de um discurso dominante.

Os maiores desafios encontrados no decorrer da pesquisa se deram em torno da historiografia sobre Pindamonhangaba, sobretudo no que diz respeito à escassez de estudos voltados ao século XX. Para superar tal limitação recorreremos a estudos regionais, a periódicos

disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira e a relatórios do governo estadual, disponíveis na página Memória Estatística do Brasil, da Biblioteca do Ministério da Fazenda. A partir dessas fontes conseguimos ter noção de aspectos relacionados ao período em questão. Contudo, acreditamos que uma análise mais detida desse material poderá trazer bons frutos no que se refere à história da cidade.

Outro problema que enfrentamos foi a dificuldade em formar uma rede de entrevistados mais ampla dentro dos limites de prazo para essa tarefa. Pelas redes sociais até conseguirmos localizar um número considerável de possíveis colaboradores, no entanto, a maioria com quem entramos em contato, por razões particulares ou por não se sentirem confortáveis para narrar a própria vida, preferiram se abster de tal compromisso. Ainda é preciso ter em mente que muitas pessoas que viveram em Coruputuba ou em outra propriedade pertencente à Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado, no período que atende o recorte dessa pesquisa, se encontram em estado bem avançado de idade e outras já não compartilham mais conosco a existência.

Por fim, gostaríamos de dizer que, com esse estudo, esperamos ter conseguido enriquecer o debate acadêmico historiográfico sobre temas relacionados à história do trabalho, história empresarial, vilas operárias, memória de trabalhadores ou ainda história e cidade. Porém, mais do que isso, desejamos que os relatos aqui transcritos, analisados, interpretados e discutidos, possam dar visibilidade a personagens comuns da história, muitas vezes esquecidos pela força de interpretações do passado hegemônicas, que ofuscam a luta de sujeitos históricos que, assim como esses e tantos outros, nos despertares costumeiros da alvorada, no sol a sol da lavoura, no trabalho doméstico, no chão da fábrica, no amparo ao próximo, na sala de aula, nas idas e vindas, forjaram sua própria história.

REFERÊNCIAS

OBRAS CITADAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.

ABREU, Waldomiro B. *Algumas notas para a história de Pindamonhangaba*. Rio de Janeiro, Tupy, 1957.

_____. *Pindamonhangaba – Tempo e Face*. Pindamonhangaba: Ed. Santuário Aparecida, 1977.

ALMEIDA, João Martins. *Vultos de Pindamonhangaba*. 1ª série. Rio de Janeiro: Gráfica Tupy, 1957.

_____. *Vultos de Pindamonhangaba*. 2ª série. Rio de Janeiro: Gráfica Tupy, 1958.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Cap. 6.

CAPELATO, Maria H. R. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: *HISTÓRIA das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. [S.l: s.n.], 2015.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

COMPANHIA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL CÍCERO PRADO. *Coruputuba 1911 – 1968: 57 anos de glórias e realizações*, 1968.

D'ARACE, Romulo Campos. *Retratos da Princesa do Norte*. São Paulo: Piratininga, 1954.

DECCA, Maria A. G. *A vida fora das fabricas: cotidiano operário em São Paulo - 1927-1934*. 1983. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH/UNICAMP, Campinas.

FERRARO, Mario R. *A gênese da agricultura e da silvicultura moderna no estado de São Paulo*. 2005. 106 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) – ESALQ/USP, Piracicaba.

FERREIRA, Antonio C. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bossanezi; LUCA, Tânia Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 61-92.

FORTE, Graziela N. *Carlos Prado: trajetória de um modernista aristocrata*. 2014. 384 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – IFCH/UNICAMP, Campinas.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 282-295.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão [et al.] Campinas: Unicamp, 1990.

LOPES, José Sergio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

LOPES, Tabita T. A família Prado em São Paulo: imigração e branqueamento em fins do século XIX. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL SÉCULO XIX, 2014, Vitória. *Anais da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos - SEO*. Vitória: Sociedade de Estudos do Oitocentos SEO, 2014.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

_____. Monteiro Lobato e a metáfora das cidades mortas. *Remate de Males*, Campinas, v. 27, n.1, p. 41-60, 2007.

MAESTRINI, Karla. *Em busca da cidade moderna: as ações de saúde, de higiene e as intervenções urbanas em São Paulo durante a gestão de Antonio da Silva Prado (1899–1910)*. 2015. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MEIHY, José C. S. B. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2000.

MENDONÇA, Sonia R. de. *A industrialização brasileira*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1995.

MORANGUEIRA, Vanderlice de S. *Vila Maria Zélia: visões de uma vila operária em São Paulo (1917- 1940)*. 2006. 200 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – USP, São Paulo.

MOTTA SOBRINHO, Alves. *A civilização do café (1820 – 1920)*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

MULLER, Nice Lecocq. *O fato urbano na Bacia do Rio Paraíba do Sul – São Paulo*. Rio de Janeiro, IBGE, 1969.

MUTO, Sílvia. *Mal(-)dito Brasil: o regional e o nacional nos escritos de Paulo Prado (1922-1934)* 2008. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Fabrício B. *Impressos do Vale: uma análise das rotinas produtivas dos jornais Tribuna do Norte e Valeparaibano*. 2008. 107 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Faculdades Integradas Teresa D’Ávila, Lorena.

PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leitura da História e da Literatura. *História da Educação*, Pelotas, v. 7, n. 14, p. 31-45, 2003. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/asphe/issue/view/1300>. Acesso em 9 jul. 2018.

_____. Representações. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Contexto, v.15, nº 29, 1995.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. In: ALMEIDA, Paulo R. de; KHOURY, Yara Aun. História Oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 50, p. 197-226, jan./jun. 2014.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890 – 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REALE, Ebe. *Pindamonhangaba: cidade do segundo reinado*. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da Coordenadoria de Atividades Culturais da Universidade de São Paulo, 1970.

SANTOS, Jefferson R. dos. *A dinâmica territorial das indústrias de celulose e papel: a expansão no Brasil e a incorporação do Rio Grande do Sul*. 2012. 308 f. Tese (Doutorado em Geografia) – UFSC, Florianópolis.

SANTOS, Maricélia O. *O viver na Cidade do Bem: tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luíz Tarquínio na Boa Viagem/BA*. 2010. 233 f. Tese (Doutorado em História) – UFMG, Belo Horizonte.

SENA JR. Gustavo F. Realidade versus ficção: a literatura como fonte para a escrita da história. In: SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER, 6, 2010, São Cristóvão. *Anais...* São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2010. p. 1-12.

SILVA, José G. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp - Instituto de Economia, 1996.

SILVA, José Pereira da. *Trapistas no Brasil*. 2014. 224 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.

SODERO, Francisco T. Taubaté como palco, o Vale do Paraíba como cenário. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. Taubaté, v. 4, n. 3, p. 118-137, 2008. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/issue/view/19>. Acesso em 20 abr. 2018.

SOS FLORESTAS. *Código Florestal: Entenda o que está em jogo com a reforma de nossa legislação ambiental* – 2011.

SOTO, Fernando. *Da indústria de papel ao complexo florestal no Brasil: o caminho do corporativismo tradicional ao neocorporativismo*. 1992. 305 f. Tese (Doutorado em Economia) – IE/Unicamp, Campinas.

SOTO, María Cristina Martínez. *Pobreza e conflito: Taubaté - 1860-1935*. São Paulo: Annablume, 2001.

TIRIBA, Lia V. *Trabalho e educação da classe operária: a perspectiva política da escola técnica do Sindicato dos Metalúrgicos-RJ*. 1989. 358 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

VALLE, Franco D. Morte e Vida do bandeirante: história e o afeto do passado de São Paulo. *Intellêctus*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 111–128, 2015. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/20983> . Acesso em 8 jun. 2018.

DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA

Anuário Estatístico do Estado de São Paulo de 1940, disponível no acervo digital da Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro (Memória Estatística do Brasil).

Diário Oficial [1922] – acervo digital Imprensa Oficial do Estado do São Paulo

Jornal Tribuna do Norte - Fundação João Romeiro, Pindamonhangaba.

Jornal 7 Dias - Fundação João Romeiro, Pindamonhangaba.

Periódicos e revistas disponíveis na Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

Escritura da *Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado*; *Jornal O Trabalhista*; Ofício à Câmara Municipal de Pindamonhangaba [12 maio 1925]; Panfleto com a programação da festa de aniversário de Cícero da Silva Prado [1955]; Relação dos moradores da Fazenda Sapucaia [30 junho 1943] – Arquivo Histórico Dr. Waldomiro de Abreu.

Relatório sobre assembleia sindical em Pindamonhangaba [4 jul. 1965] - Acervo digital do Arquivo do Estado de São Paulo;

ENTREVISTADOS/AS

Dona Graça (Vó Graça), aposentada, entrevista cedida a Ailton R. Nascimento. Natural de Pindamonhangaba. Trabalhou na lavoura de arroz e depois foi empregada doméstica do Chalé da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado e depois exerceu a mesma função para Laerte Assumpção, neto de Cícero da Silva Prado. Disponível no formato digital: MP3.

Francisco (Chico Pedro), aposentado, entrevista cedida a Ailton R. Nascimento. Natural de Pindamonhangaba. Trabalhou na lavoura de arroz, depois como motorista para a Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado e demais grupos que assumiram o controle acionário da empresa. Disponível no formato digital: MP3.

Ivanilda Jacinto da Silva, nascida em 1943, aposentada, entrevista cedida a Ailton R. Nascimento, em 12 abr. 2018. Natural de Pindamonhangaba. Trabalhou no setor industrial da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado, depois passou para o escritório da mesma empresa. Disponível no formato digital: MP3.

José Ivan Jacinto da Silva, nascido em 1941, aposentado, entrevista cedida a Ailton R. Nascimento, em 12 abr. 2018. Natural de Pindamonhangaba. Exerceu várias funções no setor industrial da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado. Disponível no formato digital: MP3.

José Zacarias Bento, nascido em 1949, aposentado, entrevista cedida a Ailton R. Nascimento, em 2 mar. 2018. Natural de Pindamonhangaba. Exerceu várias funções no setor agrícola da Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado. Disponível no formato digital: MP3.

Maria do Carmo dos Santos Gomes, nascida em 1935, aposentada, entrevista cedida a Ailton R. Nascimento, em 22 fev. 2018. Natural de Pindamonhangaba. Trabalhou como na Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado começou telefonista e depois trabalhou como assistente social da empresa. Disponível no formato digital: MP3.

Paulo Tarcízio da Silva Marcondes, nascido em 1947, advogado, entrevista cedida a Ailton R. Nascimento, em 8 mar. 2018. e 15 mar. 2018. Natural de Pindamonhangaba. Foi professor do ensino primário na Escola Rural Antonio Biculo Leme, Fazenda Coruputuba. Disponível no formato digital: MP3.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 24 de outubro de 2019

Ailton Ribeiro Nascimento